

Revista
Geografia
e Pesquisa

volume

9

n° 1

ISSN 1806-8553

unesp 

Ourinhos

2015

© 2015 Curso de Geografia do Campus Experimental de Ourinhos

CAPA

Natália Bae

FOTO DE CAPA

Luiz Fernando dos Reis Sossio

PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo

DIAGRAMAÇÃO

Bruna Orkki

REVISÃO

Marília Koepl e Renato Ritto

EDITORACÃO ELETRÔNICA

TIKINET

R4546

Revista Geografia e Pesquisa / Universidade Estadual Paulista.
Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia –
Ourinhos: Curso de Geografia, 2014.

74p.; 21cm.

Semestral
v.9, n.2, jul./dez.

ISSN 1806-8553

1. Geografia. 2. História. I. Universidade Estadual Paulista.
Campus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia.
II. Título.

CDD: 910.05

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.
Solicita-se permuta – Se solicita intercâmbio – We ask for Exchange

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Câmpus Experimental de Ourinhos – Curso de Geografia

Av. Vitalina Marcusso, 1500

19910-206 – SP

PABX: (14) 3302-5700

Home Page: <http://www.ourinhos.unesp.br/revistageografiaepesquisa>

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

EDITORES RESPONSÁVEIS

Fabiana Lopes da Cunha

E-mail: fabiana@ourinhos.unesp.br

Luciene Cristina Risso

E-mail: luciene@ourinhos.unesp.br

SECRETARIA

Leonardo Hiroshi Horie

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Júlio César Durigan

Reitor

Marilza Vieira Cunha Rudge

Vice-Reitora

Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitor de Administração – PRAD

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX

Eduardo Kokubun

Pró-Reitor de Pós Graduação – PROPG

Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Pesquisa – PROPE

Laurence Duarte Colvara

Pró-Reitor de Graduação – PROGRAD

CÂMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Andréa Aparecida Zacharias
Coordenadora Executiva

Edson Luís Piroli
Vice-Coordenador Executivo

Fabiana Lopes da Cunha
Coordenadora do Curso de Geografia

REVISTA GEOGRAFIA E PESQUISA

COMISSÃO EDITORIAL

Fabiana Lopes da Cunha – UNESP Ourinhos
Luciene Cristina Risso – UNESP Ourinhos

CONSELHO CIENTÍFICO

Ailton Luchiari – FFLCH/USP / SP
André Munhoz Argollo Ferrão – UNICAMP / SP
Andrea Aparecida Zacharias – UNESP / Ourinhos
Angelita Matos Souza – UNESP / Rio Claro
Antonio Nivaldo Hespanhol – UNESP / Presidente Prudente
Antonio Thomáz Junior – UNESP / Presidente Prudente
Bernadete A. C. Castro – UNESP / Rio Claro
Cenira Lupinacci – UNESP / Rio Claro
David Treece – King's College London / Londres/Inglaterra
Eliseu Severio Sposito – UNESP / Presidente Prudente
João Lima Sant'Anna Neto – UNESP / Presidente Prudente
José Flávio Morais Castro – PUC / MG
José Manuel Mateo Rodriguez – Universidad de Havana / Cuba
Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Marcelo José Lopes de Souza – UFRJ
Marcelo Martinelli – USP / SP
Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP / Presidente Prudente
Maria Inez Machado Borges Pinto – FFLCH/USP / SP
Ricardo Antonio Tena Nuñez – UNAM / Cidade do México/México
Zeny Rosendahl – UERJ / RJ

Editorial

A revista *Geografia e Pesquisa* é um periódico científico nacional que publica semestralmente, artigos inéditos e resenhas na área da Geografia e ciências afins.

Em seu segundo número de 2015 (**volume 9, número 2**) a publicação do segundo semestre de 2015 conta com sete artigos premiados durante o **I Simpósio Internacional - "Patrimônios"** realizado na UNESP, campus de Ourinhos em Junho de 2015.

Como a abordagem sobre Patrimônios no evento foi múltipla, contemplando diferentes áreas e, portanto, proporcionando distintos olhares e discussões sobre o tema, optamos por produzir uma revista com uma temática específica que, nesse caso, seria o **Patrimônio Edificado e Territorialidades**.

O primeiro artigo intitulado "O acervo pessoal do urbanista Jorge de Macedo Vieira: a importância da preservação do patrimônio documental" da autoria de Fernanda Correia Silva, geógrafa consultora do Acervo Cartográfico do Arquivo Histórico de São Paulo e Cíntia Stela Negrão Berlini, historiadora da UNESP, campus de Assis e coordenadora do Acervo Permanente do Arquivo Histórico de São Paulo, mostra a importância do urbanista citado, entre as décadas de 1920 e 1960. Esse trabalho trata da colaboração dele e a criação de cidades novas no noroeste do Paraná, como Londrina, Maringá e Cianorte, que foram interligadas através de rodovias e ferrovias a Ourinhos, localizada em São Paulo, garantindo o escoamento de produtos e a expansão da ocupação na fronteira dos estados.

O segundo artigo, "O tombamento de Santa Ifigênia e Campos Elísios: reflexões sobre os caminhos cruzados do patrimônio e do urbanismo em São Paulo", de Pedro Beresin Schleder Ferreira da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) busca compreender as tensões existentes entre os objetivos democráticos da preservação e a utilização de um instrumento peculiar à sua ação, o tombamento, que possuía, dentro dos órgãos patrimoniais, uma tradição de operação distinta, por vezes distante das finalidades desejadas.

O terceiro artigo, "Chichén Itzá e a constituição do patrimônio arqueológico mexicano", da autoria de Daniel Grecco Pacheco, mestrando da História da Arte pela Unicamp, discute as relações da constituição das leis do patrimônio mexicano como parte da construção do moderno estado nacional e da constituição de uma própria identidade mexicana.

O quarto artigo intitulado "Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural" da autoria de Ana Betânia S. P. Martins, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Mestrado Profissional do IPHAN e Claudia F. Baeta Leal, doutora em História Social pela UNICAMP, analisa os usos da cartografia na identificação e caracterização dos fenômenos socioculturais - entre os quais, o patrimônio.

O quinto artigo, "Interpretação patrimonial e turismo em centro histórico: uma proposta para o município de Antonina, Paraná, Brasil", das autoras Raquel Ribeiro De Souza Silva e Marcos Aurélio Tarlombani da Siveira da Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus de Curitiba, aborda as possibilidades de aprimoramento da atividade turística por intermédio da interpretação patrimonial no município de Antonina, localizado no estado do Paraná. Tal artigo analisa o tema buscando entender o evento que ocorreu em 26 de janeiro de 2012, quando o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Brasília, aprovou o tombamento de seu centro histórico, reconhecendo-o como patrimônio nacional.

O sexto artigo, "Núcleo Original da Freguesia do Ó - São Paulo (SP): o valor dos bens culturais e as territorialidades cotidianas", de autoria de Alberto Luiz dos Santos, mestre pelo programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp compreende as territorialidades manifestadas no Núcleo Original da Freguesia do Ó como forma de interpretar o legado de seu tombamento pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) por meio da Resolução nº 46 de 1992.

Finalmente, o artigo “As antigas salas de cinema nos bairros do Brás e da Mooca: arquiteturas e espaços de sociabilidade” escrito por Bruna Aparecida Silva de Assis e da professora Dra. Manoela Rossinetti Ruffinoni, do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) identifica e analisa as antigas salas de cinema de rua dos bairros do Brás e da Mooca, na cidade de São Paulo, entre o período de 1927 a 1960 no intuito de mapear os espaços de sociabilidade e as conexões urbanas daí derivadas.

Enfim, agradecemos a todos os colaboradores que contribuíram com a publicação dessa revista, e aos pareceristas pelas sugestões, refinando as ideias apresentadas nesse número.

Esperamos ainda que, a revista Geografia e Pesquisa atinja o propósito de disseminação desses artigos de qualidade e que todos tenham uma boa leitura. Reiteramos o convite à comunidade acadêmica na divulgação da pesquisa.

Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha
Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

O acervo pessoal do urbanista Jorge de Macedo Vieira: a importância da preservação do patrimônio documental

*The personal archives of urban planner Jorge de Macedo Vieira:
the importance of preserving documentary heritage*

FERNANDA CORREIA SILVA¹
CÍNTIA STELA NEGRÃO BERLINI²

1 Geógrafa pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Atualmente é professora da Rede Pública do estado de São Paulo e consultora do Acervo Cartográfico do Arquivo Histórico de São Paulo. E-mail: nandaco@yahoo.com

2 Historiadora pela Universidade Estadual Paulista, campus de Assis. Atualmente é coordenadora do Acervo Permanente do Arquivo Histórico de São Paulo.
E-mail: cintiaberlini@uol.com.br

A trajetória profissional do urbanista Jorge de Macedo Vieira pode ser descrita através da sua contribuição pouco conhecida à história do urbanismo brasileiro entre as décadas de 1920 e 1960. Projetou diversos loteamentos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e, principalmente, colaborou com a criação de cidades novas no noroeste do Paraná, como Londrina, Maringá e Cianorte, que foram interligadas através de rodovias e ferrovias a Ourinhos, localizada em São Paulo, garantindo o escoamento de produtos e a expansão da ocupação na fronteira dos estados. Grande parte dos documentos do urbanista está sob a guarda permanente do Arquivo Histórico, pertencente à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo. É relatado neste trabalho o histórico de sua incorporação à instituição, bem como as informações sobre o estado de conservação em que se encontram os documentos produzidos e acumulados pelo titular. Vale ressaltar a importância da preservação de arquivos pessoais como patrimônio documental a ser protegido, organizado e acessível a todos. Assim, os documentos de arquivo – sejam eles públicos ou privados –, por seu valor histórico permanente, se tornam imprescindíveis como patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: patrimônio documental, acervos pessoais, memória, arquivos.

The professional trajectory of urban planner Jorge de Macedo Vieira can be described by his little-known contribution to the history of Brazilian urban planning between 1920 and 1960. He designed several urban subdivisions in the states of São Paulo and Rio de Janeiro, and especially collaborated in the creation of new cities in northwest Paraná, such as Londrina, Maringá, and Cianorte, that were connected by highways and railroads to Ourinhos, located in São Paulo, thus ensuring the flow of goods and the expansion of the occupation on the states' borders. Much of the urbanist's documents are in the permanent custody of the Historical Archive, belonging to the Department of Culture of the Municipality of São Paulo. The history of their arrival in the institution is reported in this paper, as well as information about the current state of conservation of the documents produced and retained by the holder. It is worth to stress the importance of preserving personal archives as documentary heritage to be protected, organized and accessible to all. Thus, the archival documents – be they public or private –, by its permanent historical value, become essential as Brazilian cultural heritage.

Keywords: documentary heritage, personal archives, memory, archives.

A trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira e sua obra contribuíram para a história e formação da paisagem urbana de várias cidades e bairros brasileiros. Os documentos que pertencem ao seu acervo pessoal são relevantes e fazem parte do patrimônio documental brasileiro pelo seu conteúdo histórico, geográfico e arquitetônico. Além disso, fundamentam a identificação e a história do patrimônio cultural urbanístico e edificado. Sendo assim, organizar, preservar e acondicionar esse acervo por meio de instituições arquivísticas se torna primordial, tendo em vista as gerações futuras, disponibilizando as informações para consulta, conforme prevê a constituição brasileira, e dando ao cidadão o direito do acesso à informação.

JORGE DE MACEDO VIEIRA E SUA OBRA

Jorge de Macedo Vieira (1894-1978), formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo em 1917, iniciou sua carreira na *City of São Paulo Improvement and Freehold Land Company Limited*, mais conhecida como Cia. City, sendo estagiário do arquiteto inglês Richard Barry Parker entre 1917 e 1919, quando Parker esteve no Brasil e projetou alguns *bairros-jardins*, como Pacaembu, Jardim América, Alto da Lapa e Bela Aliança (ANDRADE, 2000). Vieira recebeu grande influência das ideias e soluções formais dos movimentos urbanistas do final do século XIX: *city beautiful*, de origem estadunidense, e *garden city*, de origem inglesa. Este último, concebido pelo inglês Ebenezer Howard³, ficou mais conhecido no Brasil como *cidade-jardim*, sendo amplamente desenvolvido nos loteamentos da empresa na qual Vieira trabalhava (BONFATO, 2003).

Recém-formado e com apenas 24 anos, seu primeiro projeto data de 1918, a Vila Anastácio, localizada no bairro da Lapa, na cidade de São Paulo, abrangendo uma área de 629.782 m². Segundo Steinke, essa e as demais obras que se seguiram

revelam os vínculos de Vieira aos princípios de arruamento e planejamento empreendidos pela Cia. City, cuja origem revela

3 Para saber mais sobre o conceito de cidades-jardim, veja: HOWARD, E. **Cidades-Jardins de amanhã**. Tradução de Marco Aurélio Lagonego, introdução de Dácio Araújo Benedito Otoni. São Paulo: Hucitec, 1996. (Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana)

filiação ao movimento pela cidade-jardim, já despojados de seu caráter reformista inicial, recuperando apenas alguns elementos comuns, como a presença de parques e jardins, os *cul-de-sac* no interior das quadras, a separação do tráfego intenso das vias para uso estritamente residencial. (2005, p. 2).

Figura 1. Vieira (no meio) e seus amigos da Escola Politécnica (c. 1920) e em entrevista em 1972.

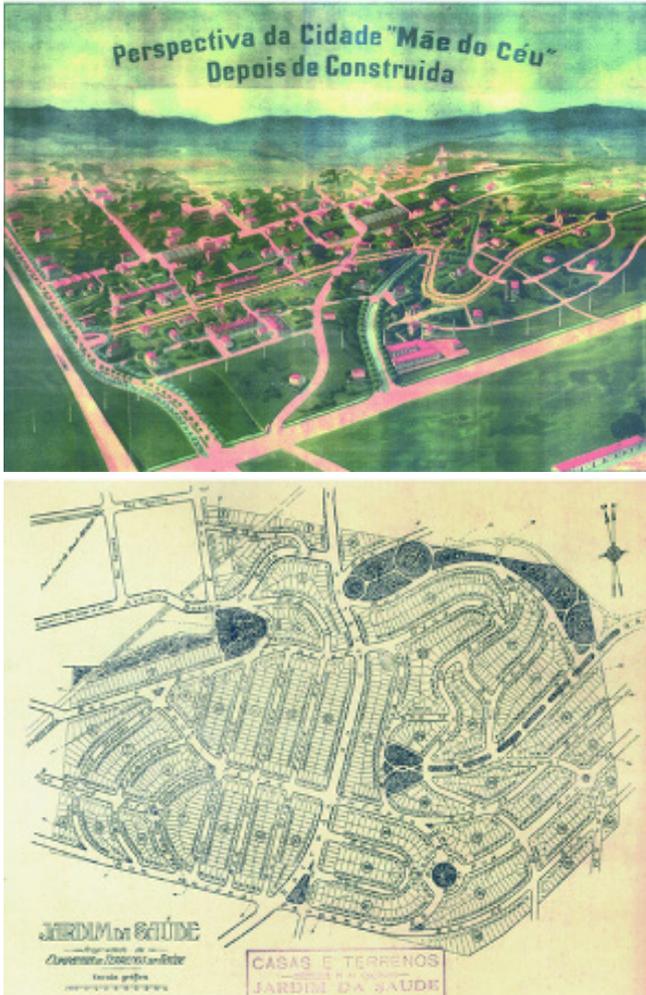


Fotografia: autor desconhecido. Acervo: AMJS e Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura de Maringá.

Esses elementos formais proporcionavam qualidade paisagística e ambiental em relação aos outros bairros existentes, definindo um conjunto equilibrado e revelando uma característica permanente em seus projetos posteriores.

A toponímia designada como vila, jardim ou parque era percebida pelo cuidado no arruamento, com ruas sinuosas acompanhando o relevo mais acidentado ou a possibilidade de criar composições únicas, como é o caso do Parque Edu Chaves e Vila Nova Manchester e de demais bairros paulistanos, como Cidade Mãe do Céu e Jardim da Saúde, entre outros, com a presença de parques junto aos vales e córregos que atravessam sua área (STEINKE, 2002, 2005, 2007).

Figura 2. Perspectiva do bairro Cidade Mãe do Céu e planta das primeiras glebas do bairro Jardim da Saúde.



Acervo: AMJS

Após atuar na Cia. City, criou um escritório com o colega de Politécnica, Mariano de Oliveira Wendell, onde trabalharia durante dois anos. Com o escritório Vieira & Wendell, o projeto mais importante foi o do Parque da Mooca, de 1922.

Em 1923, Vieira organiza sua própria empresa, localizada na Rua Boa Vista, em São Paulo, denominada “Escritório Thecnico”, com uma organização familiar na qual trabalhavam seu pai, Francisco Vieira da Silva, contador; seus irmãos Francisco Vieira da Silva Júnior, arquiteto; José de Macedo Vieira, topógrafo e assistente na administração de muitas obras, além de um sobrinho, também topógrafo.

O ambiente cultural em que viveu o engenheiro – primeiras décadas do século XX – e sua formação na Escola Politécnica, associados à experiência na Cia.

City, contribuíram para reforçar sua atuação como profissional no urbanismo brasileiro (STEINKE, 2002, 2005, 2007).

Figura 3. Cartaz de divulgação do escritório técnico e Jorge de Macedo com seu irmão no escritório.



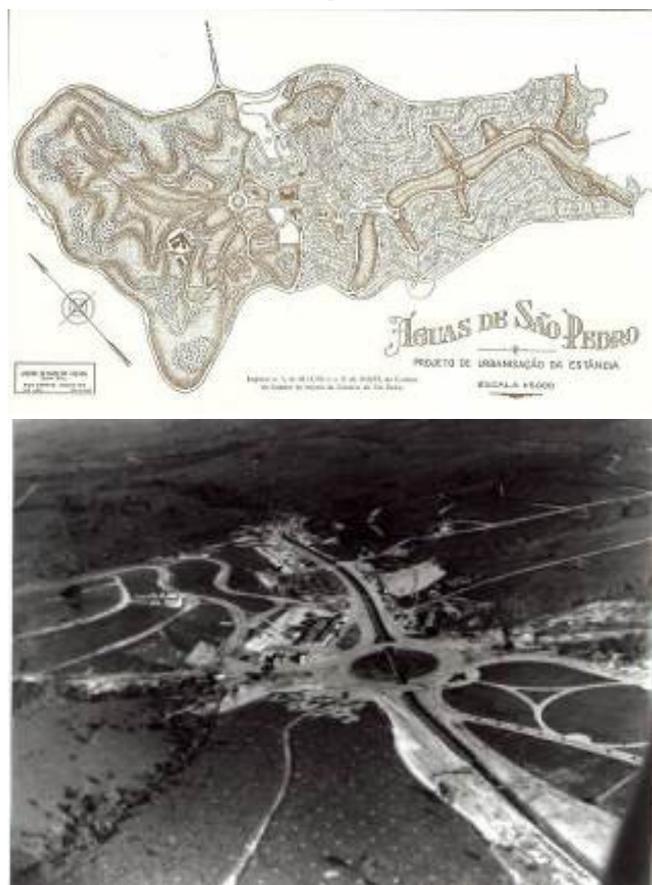
Fotografia: autor desconhecido. Sem data.
Acervo: AHSP

Introduzindo o conceito urbanístico inglês de *cidade-jardim* no Brasil, seu escritório foi responsável por uma série de loteamentos na cidade de São Paulo, em bairros como Parque Edu Chaves, Vila Nova Manchester, Jardim da Saúde, Jardim Japão; mas também em outras localidades, como Campos do Jordão, Campinas (Vila Isa, Nova Campinas e Chácara da Barra), Atibaia, Osasco (Vila Campesina), Rio de Janeiro (Jardim Guanabara e Nova Friburgo), entre outras, além de elaborar projetos e planos urbanísticos para quatro cidades novas: Águas de São Pedro, de 1940, Maringá, de 1947, Pontal do Sul, de 1951 (não implantado totalmente), e Cianorte, de 1955 (REGO, 2001; REGO et al., 2004; TREVISAN; SILOTO DA SILVA, 2008).

A concentração de planos urbanísticos em um mesmo período para as novas cidades situadas a noroeste do Paraná pode ser justificada pela intensa atividade cafeeira que reforça a ocupação da região, necessitando também criar um escoamento da produção e propiciar o avanço da ocupação populacional para o interior de São Paulo (UEHARA, 2012, p. 15).

Sendo assim, Vieira também colabora na implantação do ramal ferroviário em Ourinhos, que ligará os novos núcleos urbanos e suas respectivas rodovias de acesso.

Figura 4. Primeiro plano urbanístico de Águas de São Pedro, de 1940, e imagem aérea da avenida principal. Eram previstas duas grandes áreas de bosques, porém a área leste não chegou a ser construída.



Fotografia: autor desconhecido. Acervo: AHSP e Família Moura Andrade.

Figura 5. Plano urbanístico e detalhe de Maringá, projetado entre 1945 e 1947, com seu centro cívico e esportivo.



Acervo: AHSP.

No Rio de Janeiro, o Jardim Guanabara, bairro residencial situado na Ilha do Governador, foi projetado entre 1925 e 1931 e estava destinado a uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, com áreas reservadas para parques, jardins e ruas diferenciadas para pedestres e veículos.

Igualmente, a localização do terreno do anteprojeto para o Distrito Industrial de Manguinhos (1927), com uma área de 3 milhões e 650 mil m², envolvia a sede do Instituto Osvaldo Cruz, tendo por objetivo a concepção de um bairro industrial, congregando o aproveitamento racional e funcional dos transportes rodoviário, ferroviário e marítimo, contando ainda com um bairro operário (STEINKE, 2002, 2005, 2007).

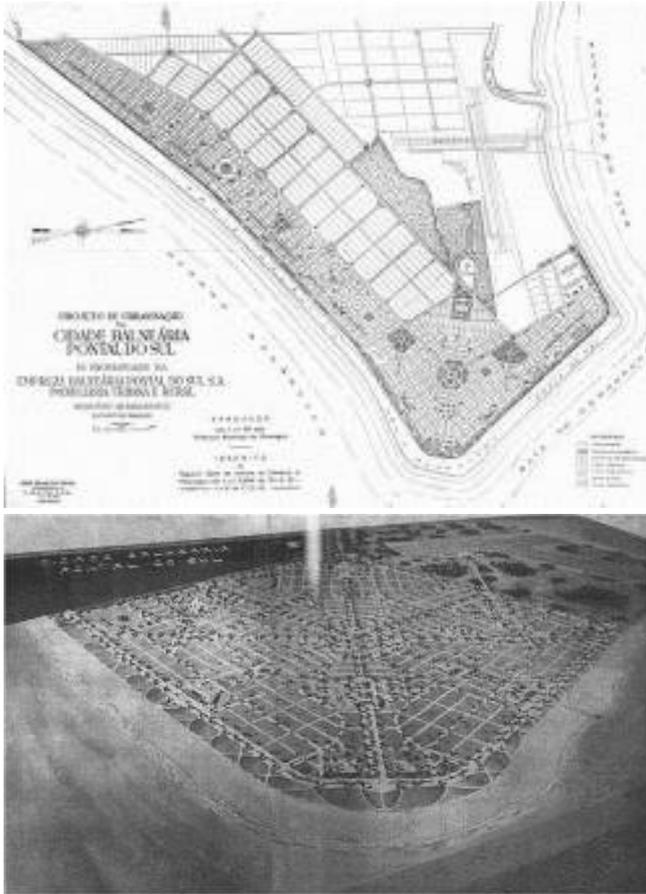
As cidades e bairros projetados se destacam até hoje pela qualidade de vida proporcionada aos seus

habitantes, aliando natureza e harmonia nas construções dos loteamentos. Dessa forma, segundo Bonfato (2003), podemos dividir a diversidade de obras realizadas pelo seu escritório em duas vertentes:

A implantação de loteamentos situados nos arredores do grupo de bairros que compõem a área central da cidade de São Paulo e loteamentos implantados em outras localidades, como Rio de Janeiro, Atibaia, Campinas e Campos do Jordão; e *a implantação de cidades novas* que, devido à experiência adquirida em inúmeros loteamentos, forma o principal legado deixado pelo engenheiro-civil (p. 78).

Diante do que foi exposto, reitera-se a importância de difundir o conteúdo dos documentos do arquivo pessoal do urbanista Jorge de Macedo Vieira.

Figura 6. Plano urbanístico e imagem da maquete do Balneário de Pontal do Sul, de 1951.



Fotografia: autor desconhecido. Acervo: AHSP.

Figura 7. Plano urbanístico de Cianorte, projetado em 1955, e detalhe do eixo monumental com suas praças.



Acervo: AHSP

A CONSTITUIÇÃO DO FUNDO PARTICULAR NO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO⁴

Na cidade de São Paulo, os desenhos técnicos de Vieira foram objeto de duas exposições: a III Bienal Internacional de Arquitetura, de 1997, com a organização da sala temática *Cidades-Jardins*, e a IV Bienal Internacional, de 1999, com a Sala Especial *O Urbanismo do Engenheiro Jorge de Macedo Vieira*, com 44 painéis, além de outras fotos e demais documentos⁵.

⁴ O Arquivo Histórico de São Paulo recebeu essa denominação em maio de 2010, substituindo a anterior, Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

⁵ Os painéis podem ser visualizados no site da Associação de Moradores do Jardim da Saúde: <http://www.amjs.org.br/expoini.htm>

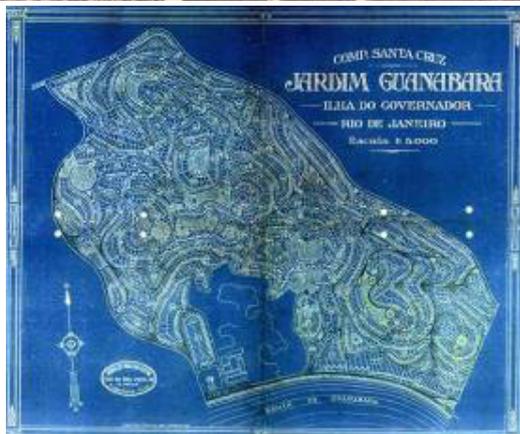
Os responsáveis pela exposição da IV Bienal foram os professores Walter Pires, Lia Mayumi, Maria Candelária V. Moraes e Celso Ohno, do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo (DPH/PMSP), em conjunto com Milvia Mitie Aracava, da Associação dos Moradores do Jardim da Saúde (AMJS), Monteiro de Andrade, Rosana Steinke, Stella Schrijnmackers e Amanda Franco, da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), além da professora Célia Seri Kawai, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), estes últimos da Universidade de São Paulo (USP).

A preparação dessa exposição só foi possível devido à colaboração de Amália Christina Marialva de Macedo Vieira, sobrinha-neta de Vieira, que disponibilizou grande parte da produção do engenheiro civil. Também contribuiu a equipe de pesquisadores da EESC/USP, coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade, que localizou os

primeiros trabalhos de Macedo Vieira (BONFATO, 2003).

Todo o material utilizado na IV Bienal ficou consignado ao DPH, acondicionado no Arquivo Histórico de São Paulo sob a responsabilidade do professor Walter Pires que, após anos da ausência de herdeiros interessados pela guarda, solicitou parecer da assessoria jurídica do DPH sobre a possibilidade de incorporação dos documentos à municipalidade, a fim de se constituir um fundo particular. O despacho da assessoria determinou a posse da documentação ao poder público municipal decorrido o prazo necessário para a aplicação da lei de usucapião, constituindo-se assim o Fundo Particular Jorge de Macedo Vieira do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP)⁶ que, a partir de então, pôde receber tratamento arquivístico adequado.

Figura 8. Foto aérea e planta do bairro Jardim Guanabara, localizado no Rio de Janeiro.



Fotografia: autor desconhecido. Acervo: AHSP e AMJS

O CONJUNTO DOCUMENTAL E SEU ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O conjunto documental que compõe o Fundo Particular Jorge de Macedo Vieira foi acumulado pelo próprio titular no exercício das suas atividades profissionais. É constituído por cadernetas de anotações de campo, boletins, notas fiscais, contratos para loteamentos, dossiês de projetos, desenhos técnicos, projetos de arruamentos e loteamentos, anteprojetos, além de bibliografia específica da área de Engenharia em várias línguas. O arranjo adotado até o momento para o acervo corresponde a uma divisão preliminar em dois grupos: textuais, acondicionados em 62 caixas-arquivo, em quarentena devido à contaminação por ataque biológico; e desenhos técnicos (aproximadamente 400 unidades), acondicionados em mapotecas horizontais, em estado razoável de conservação. As datas-limite estendem-se de 1915 (ano em que Vieira ainda era aluno da Politécnica) até meados da década de 1970.

Os documentos textuais e livros encontram-se danificados devido ao mau armazenamento e acondicionamento, apresentando craquelado, amassamentos, manchas de micro-organismos, manchas de umidade, rasgos, perdas, fitas adesivas, ataque biológico, ferrugens, sujidades generalizadas. Devido a esses fatores, no momento o acervo está indisponível para o acesso público, revelando o descompasso entre o nível de organização e o estado de conservação, condições fundamentais para a acessibilidade das informações contidas nesse arquivo pessoal.

O conjunto de desenhos técnicos (loteamentos, arruamentos, topografia e urbanização) está em estado de conservação razoável, embora apresente deformações, amassamentos, perdas, rasgos, fitas adesivas aderidas e necessitem de uma planificação. Não estão contaminados por insetos e também não apresentam alto grau de sujidade, tanto que, para esses desenhos, foi criado um instrumento de pesquisa que os disponibilizou para a consulta pública.

Com a incorporação do acervo, a contaminação foi detectada nos documentos textuais. A partir de então, a equipe técnica do AHSP⁷ realizou análise

6 O AHSP passou a ter a guarda permanente dos documentos conforme despacho realizado pela assessoria jurídica do DPH no processo administrativo 2012-0.276.432-7, com registro do fundo em 03 de Outubro de 2012.

7 A equipe produziu o primeiro relatório do estado de conservação em 2013, sendo responsáveis as coordenadoras Fernanda Correia Silva (geógrafa) e Cintia Stela Negrão Berlini (historiadora), tendo como supervisor do Acervo Permanente o historiador Guido Gustavo Venturini Flud Alvarenga. Em 2015, a atual supervisora pediu vistas ao relatório para continuar a tramitação necessária.

e elaborou parecer sobre o estado de conservação, além de estimar a quantidade de documentos e suas tipologias.

Figura 9. Sujidades e ferrugens no memorial descritivo do projeto de loteamento da Vila Maria.



Fotografia: Fernanda Correia e Cintia Berlini. Acervo: AHSP

Figura 10. Contaminação por insetos nas publicações e referências de estudo.



Fotografia: Fernanda Correia e Cintia Berlini. Acervo: AHSP

É imprescindível que haja uma operação de descontaminação desses documentos o mais breve possível, e também que seja realizado o processo de higienização e desmetalização. Após inúmeras reuniões, foram determinadas algumas ações emergenciais visando a descontaminação, como o envio ao Centro de Tecnologia das Radiações do Instituto de Pesquisas e Energias Nucleares (IPEN) da Universidade de São Paulo, para que seja feito o processamento por radiação ionizante como tecnologia alternativa para a desinfecção e desinfestação em documentos⁸.

Reiteramos a importância da preservação de arquivos pessoais como patrimônio documental a ser protegido, organizado e acessível a todos. Para isso, é necessário compreender a princípio a abordagem teórica, no que tange a política de preservação documental, e como pode ser adotada nas instituições, conforme pode ser entendida no artigo de Yamashita e Paletta (2006).

Figura 11. Acervo de Mapotecas e organização de documentos.



Fotografia: Fernanda Correia e Cintia Berlini. Acervo: AHSP

8 Essa técnica permite a redução da carga microbiana e a eliminação de insetos em obras em papel, pintura, escultura e objetos variados, visando ampliar as condições de preservação de documentos presentes em arquivos, museus e bibliotecas, por exemplo.

É mundialmente sabido o papel fundamental que os equipamentos de cultura, principalmente museus e arquivos – sejam eles públicos ou privados –, exercem como instrumentos de pesquisa, educação, salvaguarda e divulgação do patrimônio cultural e natural.

Assim, os documentos de arquivo, por seu valor histórico permanente, se tornam imprescindíveis como patrimônio cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R. M. Ressonâncias do tipo cidade-jardim no urbanismo de cidades novas no Brasil. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6., 2000, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2000.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. **Caderno de desinsetização e desratização.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2013.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS. **Guia Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.** São Paulo: DPH/SMC, 2007. 76 p.

BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA. **Brochura de Apresentação da Sala Especial dedicada a Jorge de Macedo Vieira.** São Paulo: Fundação Bienal, 1999.

_____. **Catálogo da IV Bienal Internacional de Arquitetura.** Coordenação geral e produção de Glória Bayeux. São Paulo: Fundação Bienal, 1999.

_____. **O Urbanismo do Engenheiro Jorge de Macedo Vieira.** 1999-2000. São Paulo: Fundação Bienal. Disponível em: <<http://www.amjs.org.br/ex-poini.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2014

BONFATO, A. C. Jorge de Macedo Vieira: o orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 2, p. 75-93, nov. 2003. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/98>>. Acesso em: 5 out. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Nobrade:** norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059>>. Acesso em: 10 out. 2013.

KAWAI, C. S. **Os loteamentos de traçado orgânico no município de São Paulo na primeira metade do século XX.** [ano da elaboração], [número de folhas]. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MANUAL de conservação preventiva de documentos. São Paulo: EDUSP, 2005. 80 p.

PRETO, M. H. de F. **Sistema de espaços livres públicos:** uma contribuição ao planejamento local. [ano da elaboração], [número de folhas]. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-03052010-164003/pt-br.php>>. Acesso em: 10 out. 2013.

REGO, R. L. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. **Acta Scientiarum Maringá**, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/2801>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S.; DE ANGELIS NETO, G.; JABUR, R. S.; RISSI, Q. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum Maringá**, v. 26, n. 2, p. 141-150, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/1513>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

STEINKE, R. A biografia profissional enquanto tema na cultura urbanística: relato de uma experiência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

_____. **Ruas curvas versus ruas retas.** Na história da cidade, três projetos do Eng. Jorge de Macedo Vieira. [ano da elaboração], [número de folhas]. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

_____. **Ruas Curvas versus Ruas retas:** a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira. Maringá: Eduem, 2007. 212 p.

THOMÉ, L.; REMÉDIO, M. A.; CASSARES, N. C. **Treinamento:** conservação preventiva e higienização de documentos. São Paulo: SIBI-USP, 2010.

TREVISAN, R.; SILOTO DA SILVA, R. (Re) Construindo Águas de São Pedro, uma Cidade-Jardim. **Revista Vivência**, n. 33, p. 77-100,

2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/33/PDF%20para%20INTERNET_33/07_Ricardo%20Trevisan.pdf> . Acesso em: 14 set. 2014.

UEHARA, A. Y. **Do modelo de cidade-jardim à metropolização:** evidências do urbanismo à brasileira na região norte do Estado do Paraná. [ano da elaboração], [número de folhas]. Dissertação (Mestrado em [área de estudo]) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2012.

VIEIRA, J. de M. **Entrevista concedida à equipe do Serviço de Recursos Audiovisuais da Secretaria de Educação e Cultura de Maringá.** Acervo Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Maringá. 1972.

_____. **Memorial.** São Pedro, 15-12-1939.

YAMASHITA, M. M.; PALETTA, F. A. C. Preservação do Patrimônio Documental e Bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 172-184, ago./dez. 2006.

O tombamento de Santa Ifigênia e Campos Elísios: reflexões sobre os caminhos cruzados do patrimônio e do urbanismo em São Paulo

The preservation of Santa Ifigênia and Campos Elísios: Reflections on the crossroads of Heritage and Urbanism in São Paulo

PEDRO BERESIN SCHLEDER FERREIRA¹

1 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).
E-mail: pedro.beresin.ferreira@usp.br

Em meados da década de 1980, o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, como parte de seu “liberalismo urbano”, negligenciou o Plano Diretor então vigente, aliviando suas normas condutoras em favor dos interesses do capital privado. Firmou-se como protagonista da transformação urbana o “reloteamento”, ou nos dizeres atuais, a “revitalização” dos bairros Santa Ifigênia e Campos Elísios.

É nesse contexto que surge o processo de tombamento dessas mesmas áreas, em clara afronta aos planos da gestão municipal. Em 1986, foi realizado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) um estudo de preservação de ambos os bairros. Assinado por Modesto Souza Barros Carvalhosa, então presidente do órgão, junto aos inominados conselheiros e consultores convidados. O estudo, logo transformado em processo de tombamento, permaneceu em trâmite até 2008, quando passou por uma revisão, até ser outorgado em 2013. A longa duração do processo evidencia que nessa ação de salvaguarda, aparentemente de ordem meramente técnica, estavam envolvidas disputas mais amplas do que as valorações patrimoniais.

Para além da preservação de bens “culturais”, o estudo de tombamento de Santa Ifigênia e Campos Elísios teve como objetivo primordial uma ação política: impedir a remoção das populações menos abastadas e sua conseqüente relocação nos extremos periféricos. Nesse caso, o âmbito do patrimônio apresenta-se como um campo de disputas, tensionando sua definição como um campo isento, homogêneo e unívoco. Seguindo o pensamento de Antônio Arantes, o patrimônio é observado então como uma construção social que, portanto, nunca está desassociada de uma ação futura, tampouco de interesses que transcendem a sua esfera particular: econômicos, políticos etc.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as tensões existentes nesse processo entre os objetivos democráticos da preservação e a utilização de um instrumento peculiar à sua ação, o tombamento, que possuía, dentro dos órgãos patrimoniais, uma tradição de operação distinta, por vezes distante das finalidades desejadas. Para tanto, analisou-se os critérios de seleção utilizados no estudo de 1986, o discurso patrimonial que endossou o tombamento desses bairros, finalizando-se com um balanço de seus resultados efetivos. Observou-se que, apesar do cerceamento da propriedade e “congelamento” da área, impedindo o “arrasamento” dos bairros, a seleção dos bens e a proposta de preservação realizada culminaram em uma exclusão simbólica do que se pretendia defender. Assim, procurou-se apreender as implicações da utilização do tombamento nesse caso e subsidiar discussões acerca das potencialidades e limitações da utilização da ação patrimonial como instrumento de urbanismo.

Palavras-chave: patrimônio urbano, urbanismo.

In the mid-1980s, the former mayor of São Paulo, Jânio Quadros, as part of his ‘urban liberalism’, neglected the city’s then active Director Planning, relieving its conductive rules and benefiting the private capital interests. That’s when the neighborhoods of Santa Ifigênia and Campos Elísios became the protagonists for the attempts of ‘revitalization’ in São Paulo. It is in this context that starts the preservation of these same areas, as a clear affront to the plans of municipal management. In 1986, CONDEPHAAT conducted a preservation study on both neighborhoods. Signed by Modesto Souza Barros Carvalhosa, president of the agency at the time, along with the directors and guest consultants, this study, soon turned into a preservation process, remained in course until 2008, when underwent a review until its approval in 2013. The long duration of this process shows that broader disputes were involved in this protection conduct, rather than purely technical equity valuations.

In addition to the preservation of cultural goods, the preservation study of Santa Ifigênia and Campos Elísios had as main objective a political action: to prevent the removal of the less affluent population and its consequent relocation to peripheral edges. In this case, the scope of ‘heritage’ is presented as a dispute field, difficulting its definition as a field-free, homogeneous and unequivocal term. Following the thought of Antonio Arantes, the heritage is thus seen as a social construction, which is never disassociated from future action, nor from the economic or political interests that transcend its particular sphere.

This research aims to understand the tensions in the process of democratic goals of preservation and a peculiar instrument to its action, the ‘tombamento’, which had within the balance organs a divergent operation tradition, sometimes far from its desired purposes. Therefore, we analyzed the selection criteria used in the 1986 study, the patrimonial speech that endorsed the preservation of these neighborhoods, followed by a balance of its effective results. We observed that despite the restriction of property and ‘freezing’ of the area, which prevented the ‘demolition’ of the neighborhoods, the selection of goods and the proposal for their preservation culminated in a symbolic exclusion of what they intended to defend. So, we tried to grasp the implications of using the ‘tombamento’ instrument in this case and support discussions on the potential and limitations of using the heritage preservation action as a urbanism instrument.

Keywords: urban heritage, urbanism.

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1980, o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, como parte de seu “liberalismo urbano”, negligenciou o Plano Diretor então vigente, aliviando suas normas condutoras em favor dos interesses do capital privado (SZMRECSÁNYI; MEYER, 1989). Nesse quadro, entra como protagonista da transformação urbana o “reloteamento”, ou nos dizeres atuais, a “revitalização” dos bairros Santa Ifigênia e Campos Elísios (PRATA, 2013).

Nesse contexto, foi realizado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural) um estudo de tombamento desses bairros, como forma de oposição à atuação liberal de Jânio. Assinado por Modesto Souza Barros Carvalhosa, então presidente do órgão, junto aos inominados conselheiros do órgão e consultores convidados (CARVALHOSA et al., 1986), o estudo de 1986, logo transformado em processo de tombamento,

permaneceu em trâmite até 2008, quando passou por uma revisão, até ser outorgado em 2013.

OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as tensões existentes nesse processo entre os objetivos democráticos de preservação e a utilização de um instrumento peculiar à sua ação, o tombamento, que possuía dentro dos órgãos patrimoniais uma tradição de operação distinta, por vezes distante das finalidades desejadas. Para tanto, analisou-se os critérios de seleção utilizados no estudo de 1986, o discurso patrimonial que endossou o tombamento desses bairros, finalizando-se com um balanço de seus resultados efetivos. Observou-se que, apesar do cerceamento da propriedade e o “congelamento” da área, impedindo o “arrasamento” dos bairros, a seleção dos bens e a proposta de preservação realizada culminaram em uma exclusão simbólica do que se pretendia defender. Assim,

procurou-se apreender as implicações da utilização do tombamento nesse caso e subsidiar discussões acerca das potencialidades e limitações da utilização da ação patrimonial como instrumento de urbanismo.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio da análise de fontes primárias – prioritariamente o realizado pelo CON-DEPHAAT em 1986 para o tombamento dos bairros Santa Ifigênia e Campos Elísios – sustentada por bibliografia de apoio destinada a esclarecer o contexto de produção do documento, assim como avaliar seu discurso e elaborar as reflexões decorrentes de seu exame.

DESENVOLVIMENTO

O estudo de tombamento dos bairros Santa Ifigênia e Campos Elísios pode ser dividido em duas seções. Na primeira, procura-se justificar tecnicamente a preservação desses bairros. A argumentação do texto é precária, procurando manter-se cientificamente distante de seus objetos, esquivando-se de assumir a voz própria e arbitrária da escolha dos bens e dos bairros, camuflando-se no valor de antiguidade:

É fácil compreender porque os que interessam pelo patrimônio urbano de São Paulo tem uma especial sensibilidade pela preservação seletiva de alguns componentes urbanísticos do velho e importante bairro de Santa Ifigênia. Ele guarda faces do passado urbanístico, social e cultural de São Paulo. [sic] (CARVALHOSA et al., 1986, p. 13).

A ênfase no tempo passado e na importância de preservá-lo enquanto documento é recorrente. Dois valores são ressaltados para justificar a proteção da área: a originalidade do traçado urbano “em xadrez” do loteamento, assim como a permanência de edifícios antigos em bom estado de conservação. Por entre algumas frestas, observa-se que para além do interesse histórico, certo saudosismo permeia o discurso: “Uma área de ruas estreitas, becos e pátios jamais deveria ter sido atropelada pela construção de edificações elevadas e gabaritos muito desiguais”. (CARVALHOSA et al., 1986, p. 13, grifo do autor).

É desse sentimento romântico e melancólico em relação ao passado atropelado que se desdobra a segunda seção do texto. Esta, ao contrário da primeira, tem sua ênfase no tempo presente. O discurso passivo do técnico assume nova coloração, agora agressiva e militante, ampliando a argumentação da esfera patrimonial para o campo do urbanismo:

A população está assustada com as consequências de uma demolição generalizada, não acompanhada de uma planificação decente e digna de credibilidade. Teme-se novas fases de expulsão direta ou induzida das populações residentes para as grandes e distantes periferias. E que se invente uma forma menos amedrontadora de **arrasamento** de antigas áreas construídas, sem o perigo de descontinuidades administrativas, e, sobretudo, respaldadas por uma maior sensibilidade humana e social, uma grande energia cultural e uma real força moral. Que estão ausentes. (CARVALHOSA et al., 1986, p. 18, grifo do autor).

Se no início do documento falava-se da história da cidade de maneira pretensamente tecnicista, agora se apela para o discurso moral, e coloca-se diretamente em discussão o fato presente: a iminente transformação radical daqueles bairros. A ideia de arrasamento é recorrente no texto, no sentido material e em sua decorrente expulsão de populações marginalizadas. Os autores firmam seu objetivo: em contraposição aos interesses “imediatistas e dinheiristas dos donos do poder econômico e político” (loco citado), aos técnicos e cientistas cabe elaborar propostas de melhoramento com base no cruzamento de seus saberes com as “legítimas aspirações das populações residentes” (loco citado).

Justapostas às duas seções, temos um estudo com duas abordagens da ação patrimonial extremamente distintas: uma técnica, que valoriza a dimensão documental dos bens materiais, e outra política, que valoriza a garantia do direito à cidade e do direito à moradia a certos setores da população.

A primeira abordagem é mais convencional e já possui ampla legitimação desde praticamente o início das práticas patrimoniais no Brasil. Em contraposto, a outra é extremamente peculiar, podendo assinalar que a justaposição de ambas exista no texto para poder contornar a segunda com a validade da outra.

Em geral, entende-se que a finalidade do tombamento é promover a proteção e a salvaguarda de bens materiais e imateriais de importância cultural para a sociedade. A amplitude do termo “cultural” é imensa,

como se pode notar com a expansão da diversidade de bens protegidos nas últimas décadas. Porém, nesse estudo não ocorre uma interpretação rara do que seja a cultura, tanto que todos os bens apontados são caracterizados pela categoria mais conservadora possível: a de antiguidade.

A questão reside no uso que se faz da construção desses objetos patrimoniais que, na história do Brasil, já variou desde a construção de uma identidade nacional, passando pela promoção do turismo e demarcação de terras quilombolas, chegando à preservação de uma sala de cinema. Ou seja, apesar de poder ter interesse plenamente documental, raramente a construção do patrimônio está desassociada de uma ação futura, de um projeto (ARANTES, 1987).

A possibilidade de tal maleabilidade está incutida nas origens do tombamento e do patrimônio no Brasil, que atribuem ao técnico amplos poderes executivos. O tombamento supõe uma visão do técnico como um homem esclarecido, de inquestionável idoneidade e caráter, capaz de perceber o que os outros não conseguem. No estudo em questão, o técnico é posicionado como o oposto do capitalista, pois é capaz de dialogar com a população civil e apreender suas “legítimas aspirações”, enquanto o outro está aprisionado pela visão aplanada do lucro. A abrangência e flexibilidade das noções de patrimônio e cultura permitem sua apropriação para os mais diversos fins, basta o corpo técnico tomar posição.

A origem do estudo dos Campos Elísios parece estar em plena consonância com tal visão: ao contrário de outros tombamentos de bairro realizados em São Paulo (PRATA, 2013), solicitados por associações de moradores, o processo do bairro foi aberto pelo próprio órgão. Ou seja, o valor foi atribuído não pela sociedade civil, mas pelos próprios técnicos e conselheiros. A argumentação fundamentada na frágil categoria da antiguidade também evoca essa visão tecnocrática, pois não há nenhuma tentativa de explicitação da importância do antigo, mas apenas sua afirmação como necessidade.

O tombamento foi operado como um instrumento de urbanismo disfarçado de ação patrimonial. Porém, dados os diversos usos há pouco apontados, torna-se difícil julgar a validade de tal ação. Pode-se dizer que o uso do tombamento dessa maneira é instrumentalizado; um desvio de suas finalidades próprias. Mas esse juízo parece conceber o órgão patrimonial como uma empresa pública idealmente tecnocrática, isolada de conjunturas políticas, sociais e econômicas. Defender essa ideia parece ser tentar afirmar o valor documental

(o mais próximo de isenção de todos) como o valor supremo a ser considerado. Porém, isso reduziria o órgão patrimonial a um colecionador de bens, à maneira dos antiquários e dos piores museus. Seria afirmar a autonomia de uma disciplina que já nasceu com o intuito de ser algo além da coleção, mas que busca um algo a mais na relação da sociedade com os bens selecionados. A diversidade de abordagens surge justamente da indefinição desse “algo a mais”.

Essa condição torna o patrimônio um campo de disputas, fragilizando a insistência na bibliografia, em geral no uso singular da categoria “patrimônio cultural”. Talvez o mais coerente fosse assumir a sua diversidade, a inexistência de um conjunto coerente de bens, mas a existência de uma série de ações distintas a partir de um mesmo instrumento e um mesmo órgão. Teríamos assim patrimônios. Portanto, dentre as diferentes apropriações da ideia de patrimônio cultural, não há claros motivos para não legitimá-lo como instrumento de urbanismo. Mas com certeza, assumida tal ação, pode-se questionar a maneira peculiar pela qual ela se dá, e qual sua efetividade quando realizada a partir de um órgão patrimonial e não dos setores oficialmente encarregados.

No estudo de tombamento dos Campos Elísios e Santa Ifigênia, apesar da finalidade progressista de proteger o direito à moradia e à cidade das populações pobres, em sua execução firma-se uma intensa contradição: conclama-se uma forma mais democrática de gestão urbana, porém, para garanti-la, vale-se de um instrumento e uma via de ação extremamente autoritários: o estudo foi aberto pelos técnicos e movido pela concepção idealizada e edificante de que o tombamento e a organização dos órgãos patrimoniais lhes instituem.

Tal contradição desdobra-se com maior profundidade se analisada com maior afinco a forma como é desenhado o plano de proteção dos bairros. Apesar de ter sido conhecido como “tombamento de bairro”, o processo não visava à proteção de um conjunto, mas apenas de um seleto número de imóveis isolados somados às vias ortogonais. Dentre os bens selecionados, com exceção do Colégio Salesiano Liceu Coração Sagrado de Jesus e da Estação Júlio Prestes, todos se tratavam de imóveis residenciais.

Essa seleção favorece a ideia de uma região de uso estritamente residencial, e sendo a maioria dos bens selecionados casas de abastados, tem-se um “bairro de elite”. Essa visão, consolidada no imaginário comum de São Paulo, é extremamente redutiva da diversidade

real encontrada no bairro, tanto no presente como no passado³. De maneira passiva, incorpora o bairro como a materialização da pujança do ciclo do café e ignora todos os outros usos e grupos sociais ali presentes.

No estudo não se fala objetivamente dessas narrativas, o que leva a imaginar que a decisão pela seleção desses bens, apesar de corroborá-las, teve origem nos critérios de seleção. Apesar de apelar para o valor documental das obras na argumentação textual, a escolha das obras revela outra abordagem. Todas constituíam residências com pujante expressão arquitetônica, demonstrando que, apesar da sensibilidade dos técnicos à expulsão das populações pobres da região, sua interpretação do que é o patrimônio cultural estava atrelada a valores elitistas, pois no âmbito simbólico não foram capazes de reconhecer as habitações dos setores médios e baixos como dignas de conservação. Na história do ambiente construído de São Paulo excluíram essas populações, dignificando de permanência apenas os lastros dos ricos.

Essa interpretação de definição do patrimônio cultural está intimamente atrelada às origens do tombamento instaurado pelo IPHAN (CHUVA, 2009), que define o patrimônio como um bem monumental, visando à ação contemplativa frente à obra arquitetônica, vinculando-se aos valores de exceção e de grandiosidade estética como definidoras do bem patrimonial; valorações intimamente ligadas à cultura intelectual dominante. Limitando sua valoração à expressão arquitetônica, o patrimônio é apreendido apenas em sua relação visual. No caso das residências, pode ser um dos motivos pelos quais os técnicos à época não contemplaram em seus estudos casas de diversos setores sociais. Também explica a dificuldade ou o desinteresse de refletir sobre o uso de tais obras, tendo em vista que o interesse concentra-se em sua superfície.

RESULTADOS

Qual seria então a abrangência do uso do tombamento como um instrumento útil para o urbanismo? No caso dos Campos Elísios e Santa Ifigênia, parece

que a virtude enxergada pelos técnicos é o poder de cerceamento do direito de propriedade, garantido a quase toda a área pela somatória e sobreposição das áreas envoltórias dos bens selecionados. Isso permite que áreas ameaçadas de grandes processos de transformação sejam “congeladas” rapidamente para melhor planejamento. Na etapa seguinte, o órgão patrimonial não tem capacidade de atuação, demandando a ação conjunta com outros setores do Estado para que a ação tenha algum resultado efetivo. De outro modo, o direito de propriedade pode ser congelado por tempo demasiado longo, dificultando o desenvolvimento econômico da região e, conseqüentemente, a própria conservação dos bens.

Para além do cerceamento dos direitos de propriedade, com o que mais poderia contribuir a ação patrimonial nos Campos Elísios e Santa Ifigênia? Certamente com a construção de um imaginário que favorecesse e legitimasse a ocupação do bairro de então. Talvez esse seja o modo de atuação mais relevante das políticas patrimoniais associadas ao urbanismo, uma vez que, consolidado um imaginário ou identidade forte para um local, em seu processo de transformação mediações com tais ideias não de ocorrer. A potência da relação entre o patrimônio e o urbanismo consiste em agir no que Henri Lefebvre (HARVEY, 1994) denominou “espaço percebido” (p. 223), ou seja, na construção de um imaginário que guie a percepção do espaço de forma a valorizar as qualidades que se procura fazer sobressair.

No caso estudado, parece que no calor do momento os técnicos deram pouca atenção a essa dimensão simbólica, agindo de maneira automática, com base nos valores consolidados anteriormente sobre o que deve ser um bem patrimonial. Ao tentar “salvar” os menos favorecidos de uma desapropriação, simultaneamente, os técnicos e conselheiros do CONDEPHAAT sustentaram e corroboraram uma narrativa de exclusão, e o fizeram porque foram conduzidos pelo *modus operandi* e pelos valores tradicionalmente associados ao tombamento. O estudo clama por uma forma mais democrática de construir a cidade, mas é realizado ele mesmo nos padrões autoritários e tecnocráticos que quer negar. A ação é efetiva na paralisação momentânea do processo de exclusão, mas paradoxalmente fomenta, através do imaginário, a sua continuidade.

2 Ao confrontar as descrições do “bairro de elite” encontradas em diversas fontes documentais, com a planta cadastral realizada pela Repartição Técnica de Águas e Esgotos do Município de São Paulo em 1894, Paulo Garcez demonstra que, para além dos casarões, ali também havia casas geminadas, destinadas aos setores médios e baixos, assim como galpões industriais. (MARINS, 2011)

REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. A. Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 22, p. 48-55, 1987.
- CARVALHOSA, M. S. B. et al. *Processo de Tombamento 24506/1986*. São Paulo: CONDEPHAAT, 1986.
- CHUVA, M. R. R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- MARINS, P. C. G. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In: LANNA, A. L. D. (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.
- SZMRECSÁNYI, M. I.; MEYER, R. M. P. *Gestão Jânio Quadros: prática e discurso*. Anais dos Encontros Nacionais da Anpur. São Paulo: Anpur, 1989, p. 43.

Chichén Itzá e a constituição do patrimônio arqueológico mexicano

Chichén Itzá and the constitution of the Mexican archaeological heritage

DANIEL GRECCO PACHECO

1 Mestrando em História da Arte pela Unicamp, graduado em História pela PUC/SP. Bolsista CNPQ. E-mail: daniel_gpacheco@yahoo.com.br

Este artigo pretende discutir as relações da constituição das leis do patrimônio mexicano como parte da construção do moderno estado nacional e da constituição de uma própria identidade mexicana. Para isso, irei discutir esses aspectos a partir de um estudo de caso no sítio de Chichén Itzá, localizado na Península de Iucatã, no México, para perceber como se deu a atuação de uma das primeiras leis protetoras do patrimônio arqueológico mexicano nesse sítio, e assim discutir como o projeto indigenista mexicano, levado a cabo entre os séculos XIX e XX, com o propósito principal de estabelecer uma identidade nacional própria que os desvinculasse à Espanha, estava intimamente ligado à questão de patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio, Chichén Itzá, Augustus Le Plongeon, México.

This article discusses the relationship of the constitution of laws on the Mexican heritage as part of the construction of the modern national state and the Mexican identity. I will discuss these issues from a case study in the site of Chichén Itzá, located in Yucatan Peninsula, Mexico, to evaluate the performance of one of the first protective laws of Mexican archaeological heritage on this site. In an attempt to perceive how a Mexican indian project carried out between the nineteenth and twentieth centuries, with the main purpose of establishing a national identity that could dissociate Mexico from Spain was closely linked to the issue of heritage.

Keywords: heritage, Chichén Itzá, Augustus Le Plongeon, Mexico.

INTRODUÇÃO

A independência mexicana, conquistada em 1821 após um conflito de mais de dez anos entre os colonos mexicanos e as autoridades representantes da Coroa espanhola, levou ao poder o grupo *criollo*, que passou a pensar maneiras de consolidar sua independência ao buscar a criação de uma identidade nacional própria. Outra característica desse momento foi a construção de um discurso nacionalista, pautado pela necessidade de construir uma história global e unificada, que usasse as culturas indígenas pré-hispânicas como uma referência de identidade e orgulho para a nação mexicana moderna (NAVARRETE, 2009). Nesse ponto, a noção de patrimônio histórico e arqueológico nacionais estão intimamente ligadas a esse projeto, pois como bem salienta Jorge (2000, p. 20), o “patrimônio sempre esteve ligado à identidade, com valores não materiais, simbólicos, e com a

memória dos indivíduos e dos grupos. Sem memória não há pessoa, não há projecto, não há sentido de comunidade”. Essa valorização do patrimônio nacional passou por uma crescente ação, pela proteção e conservação de sítios arqueológicos pré-hispânicos, objetos e artefatos. É nesse contexto que ocorre a “descoberta” de sítios arqueológicos abandonados há séculos pela Coroa espanhola, durante o período colonial, por exploradores europeus e norte-americanos buscando uma inserção dessas antigas cidades desconhecidas na história da civilização mundial. Teorias marcadamente difusionistas, caracterizadas ora por um forte eurocentrismo, ora por uma preocupação dos Estados Unidos em rivalizar com esse pensamento europeu, originaram correntes de pensamento que tinham como construção teórica a ideia de que o continente americano deveria ter a sua própria história “grandiosa”, para rivalizar com os europeus (TRIGGER, 2011).

Esse despertar do passado pré-hispânico mexicano, ocorrido em duas frentes diferentes – política e ciência – levou a novas preocupações para com esse patrimônio histórico. As leis e normas jurídicas para a proteção dos bens culturais começaram a se estruturar nesse momento do século XIX, como foi o caso da lei de 1827 sobre controles aduaneiros, que proibia a exportação de achados arqueológicos. Um caso em Chichén Itzá, sítio maia localizado na Península de Iucatã envolvendo essa lei, teve grande repercussão naquele momento, e foi paradigmático em relação a como o México recém-independente passou a tratar o seu patrimônio histórico e arqueológico. É esse caso envolvendo o casal de exploradores ingleses Augustus Le Plongeon e Alice Dixon que será discutido neste artigo, a fim de identificarmos um momento chave no início da preocupação com o patrimônio, intimamente relacionado à criação da própria identidade nacional mexicana, levantando discussões sobre o exercício da noção de patrimônio e memória próprias, relacionando-as ao uso do passado para legitimações e interesses políticos de épocas determinadas.

OBJETIVOS

Trabalhando com conceitos referentes a patrimônio e usos do passado como legitimação política e construção identitária, pretendo, a partir de um caso concreto ocorrido em Chichén Itzá, mostrar a importância que o patrimônio cultural mexicano passaria a ter durante a consolidação da independência no país. Pretendo também discutir esse evento como um marco para a elaboração das leis protetoras do patrimônio arqueológico nacional e como parte de um projeto nacionalista pós-independência que se apoiou num passado pré-hispânico para edificar uma pretensa unificação nacional mexicana, ocultando outros sujeitos históricos.

METODOLOGIA

Dialogando com autores como Vitor Oliveira Jorge, Pedro Paulo Funari e Glaydson José da Silva, com questões referentes ao patrimônio e usos do passado, proponho apresentar os eventos ocorridos no sítio de Chichén Itzá, após sua “descoberta” por exploradores estrangeiros no século XIX, numa tentativa de estabelecer uma genealogia das primeiras leis de conservação do patrimônio histórico

e arqueológico ocorridas no período subsequente à independência do país no século XIX. Irei trabalhar com uma análise de documentos, cartas de correspondência entre o explorador Augustus Le Plongeon e o presidente mexicano Sebastián Lerdo de Tejada, além de fotografias tiradas por Alice Dixon no momento em que a escultura foi retirada de Chichén Itzá e levada à cidade vizinha de Pisté. Por fim, apresentarei a lei de 1827, *Arancel para las aduanas marítimas y de la frontera de la República Mexicana* [Tarifa para a alfândega marítima e da fronteira da república mexicana], que passou a regular a saída de mercadorias, bens históricos e arqueológicos do território mexicano.

Com isso irei discutir como o sítio de Chichén Itzá fez parte do projeto de construção identitária do estado nacional mexicano, a partir da valorização desse passado pré-hispânico, e como esse processo impactou a população indígena do país.

DESENVOLVIMENTO

Localizado na Península de Iucatã, o sítio de Chichén Itzá, ou “boca do poço dos itzás” na língua maia iucateca, foi o sítio mais proeminente das terras maias do norte no período Clássico Terminal (800-1000 d. C.). Esse assentamento foi um destacado centro regional, estabeleceu o controle de rotas comerciais e de bens de consumo de luxo, além de desempenhar uma posição de coletor de impostos a sítios menores subjugados ao seu poder (COBOS, 2001; NAVARRO, 2012). Com o abandono do sítio por volta de 1200 d.

C. e durante o subsequente período colonial, Chichén Itzá continuou exercendo um papel protagonista, como um importante centro de peregrinação religiosa. A “descoberta” de Chichén Itzá pelos europeus e norte-americanos se deu em meados do século XIX, com a chegada de exploradores e arqueólogos amadores.

Um dos primeiros arqueólogos a explorar o sítio foi o inglês Augustus Le Plongeon, que junto com a sua esposa, a fotógrafa Alice Dixon, chegou ao sítio no ano de 1875, após percorrer outros sítios da Península de Iucatã para realizar uma série de escavações arqueológicas sob o patrocínio da American Antiquarian Society. Le Plongeon logo desenvolveu um forte apreço pela cultura maia, sua história e seus descendentes, levando-o a supor que a origem da civilização mundial teria se dado pelos maias (LE PLONGEON, 1881). No próprio ano de 1875, durante escavações na Plataforma das Águias e Jaguares, na parte central do sítio, o casal descobriu

uma escultura feita de pedra calcária, enterrada a oito metros de profundidade, medindo um metro e quarenta e seis centímetros de largura por um metro e quinze centímetros de altura, com aproximadamente cinquenta quilos, de um personagem reclinado, com os joelhos unidos e os cotovelos apoiados no solo, que batizou com o nome de “chacmool” (“grande”, ou “vermelha pata de jaguar”, em maia iucateco). Le Plongeon logo fez uma interpretação de que a escultura seria uma estátua do príncipe Coh, governante de uma antiga dinastia maia que teria existido em Iucatã, comandada por ele e pela rainha Móo, que eram amantes, mas também irmãos. O casal também teria mais outros três irmãos, Nic, Cay, e Aac, irmão mais novo e assassino de chacmool, que o teria matado por ciúmes de sua relação com a rainha Móo. Segundo Le Plongeon, a Plataforma de Águias e Jaguares teria sido o túmulo do príncipe chacmool (DESMOND; MESSENGER, 1988; LE PLONGEON, 1881). Apesar de posteriormente essa teoria criada por Le Plongeon não ter mostrado o menor fundamento científico, o nome “chacmool” permaneceu a ser usado para nomear figuras escultóricas com características semelhantes a essas encontradas em outras partes da Mesoamérica³.

Após essa descoberta, Le Plongeon pensou que se tratava de uma peça com grande importância e relevância para a história da Arqueologia mundial, o que seria a sua grande realização como explorador. Com a ajuda de dez trabalhadores maias, ele e Alice Dixon conseguiram retirar a estátua do solo, e construíram uma espécie de carriola de madeira com rodas para transportar a escultura. A Península de Iucatã naquele momento enfrentava uma grave instabilidade política com uma guerra civil, conhecida com a Guerra das Castas, que envolveu indígenas contra integrantes das classes dominantes espanholas, e levou a Península naquele momento a ser governada pelos rebeldes. Essa situação criou muita dificuldade para os trabalhos de Le Plongeon, mas após algumas reuniões

com os rebeldes, ele ganhou a confiança desse grupo indígena, conhecido como Chan Santa Cruz, ou Cruzob, que dominou Chichén Itzá no ano de 1876. Alguns meses após a descoberta do chacmool, Le Plongeon decidiu transportar a escultura até a cidade vizinha de Pisté, a apenas dois quilômetros do sítio de Chichén Itzá, local onde o casal de exploradores tinha estabelecido uma espécie de “base de operações” na igreja da cidade. Lá seria apenas uma etapa para o objetivo principal de Le Plongeon: levar a estátua e outros artefatos a uma exposição que iria acontecer na cidade da Filadélfia, nos Estados Unidos. Alice Dixon tirou uma série de fotos retratando essa empresa. Os registros mostram a sequência da descoberta da peça e o processo de desenterrar a estátua e colocá-la na carriola para o transporte (ver anexo). Nas fotos, é possível ver esse deslocamento e a presença de alguns trabalhadores maias que auxiliavam Le Plongeon. Já na foto tirada no momento do desenterramento da estátua, o explorador se encontra numa posição central, sentado na estátua do chacmool, numa clara posição de reivindicação desse artefato e de tentar estabelecer uma relação próxima à peça e ao contexto. Para tentar tirar a peça do país, o explorador entrou em contato com o presidente mexicano da época, Sebastián Lerdo de Tejada, por meio de cartas, pedindo uma autorização para levar as peças aos Estados Unidos.

Na carta enviada no dia 27 de janeiro de 1876, Le Plongeon fez uma descrição pormenorizada das suas atividades e escavações em Chichén Itzá e em outros sítios da região. Ele relata a descoberta do chacmool, além de seu interesse por uma fama pessoal com essa descoberta:

Well, then I had resolved that, cost what it might, the world should know my statue – my statue, that was to establish my fame forever among the scientific circles of the civilized world. I had to carry it, but, alas! I calculated without the prohibitive laws. (SALISBURY, 1877, p. 71).

Na sequência da carta, o explorador ressalta a importância que seria levar a escultura para a feira da Filadélfia, e se coloca no papel de um personagem de grande importância para o México:

Will the man Who, to place this country at the height of other civilized nations, has known how to improvise. [...] I ask the greatest discovery ever made in American Archaeology, to remain lost and unknown to the scientific men, to the artists, to the travelers, to the choicest of the

3 “Mesoamérica” é uma denominação criada e utilizada pela primeira vez por Paul Kirchhoff em 1943, para determinar uma área cultural que inclui a metade meridional do México, toda a Guatemala, Belize, El Salvador, parte ocidental de Honduras, costa pacífica da Nicarágua e noroeste da Costa Rica. Essa região é assim chamada por apresentar características culturais em comum, como elementos religiosos, constituição étnica, linguística, elementos artísticos, arquitetônicos, concepção de mundo, contagem do tempo e calendário (SANTOS, 2002, p. 40).

nations that are soon to gather at Philadelphia? No! I do not believe it! I do not wish to, I cannot believe it! (Ibidem, p. 72).

Já no final, ele faz o pedido formal de levar a estátua para os Estados Unidos:

1st To carry the statues of Chacmool, and some bas-reliefs that have relations to the story of that Chieftain, and are represented in the plates 4 and 5, together with my mural tracings, plans and photographs to the approaching Exposition of Philadelphia. (Ibidem, p. 72-73).

Após longa demora, com base na lei de 1827 sobre questões aduaneiras, Tejada decide negar o pedido de Le Plongeon. Com isso, a estátua do chacmool é apreendida pelo exército mexicano na cidade de Pisté e levada a Mérida com uma grande pompa militar e um desfile pela cidade, com a peça numa clara demonstração de força e ato simbólico de mostrar a importância que o patrimônio cultural mexicano passaria a ter nos anos seguintes. Esse episódio se tornou a primeira disputa documentada sobre a custódia e proteção de um patrimônio arqueológico no país e sobre o papel que Chichén Itzá passaria a ter nas questões relacionadas ao patrimônio cultural nacional. Com isso, devemos ter claro que os monumentos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens, e são usados pelos atores sociais para produzir significado, sendo elementos socialmente construídos, em especial, ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (FUNARI, 2009). Isso se deu de maneira destacada no México, com a participação do Estado na reelaboração da história do país, e conseqüentemente em seu uso para a produção da identidade nacional.

A lei pela qual o presidente Tejada negou a exportação das peças faz parte de um conjunto de leis e normas jurídicas para a proteção dos bens culturais que começaram a se estruturar durante o século XIX no país. Elas representam a base para ampliar a definição do patrimônio, que até esse momento era exclusivamente relacionado ao tangível (MARTÍNEZ MANCILLA, 2010). Entre as principais regulações estava a proibição de extrair monumentos e antiguidades mexicanas, como parte da lei de 1827, *Arancel para las aduanas marítimas y de la frontera de la República Mexicana* [Tarifa para a alfândega marítima e da fronteira da república mexicana], datada de 16 de novembro de 1827. Além

de regular o comércio marítimo, exportação e importação de produtos, essa lei proibia que navios estrangeiros de comércio aportassem no México sem autorização prévia, além de negar uma série de importações e exportações. Mas o objetivo central do controle das aduanas por parte do governo era obter recursos para o pagamento das grandes dívidas externa e interna que atingiam o país naquele momento pós-guerra de independência (ONTIVEROS RUÍZ, 2005).

Entre as proibições presentes na lei elaborada por A. D. Francisco García, estava a que dizia respeito a *monumentos y antigüedades mexicanas*, presente no Capítulo IV, n. 41, que possui como título “*De la Exportación*”. Foi com base nesses pontos que Tejada negou a saída da escultura do chacmool e dos artefatos descobertos por Le Plongeon. Um fato curioso ocorreria meses depois desse episódio: essa mesma lei usada pelo presidente para negar a exportação dos achados do explorador inglês não proibiu a propriedade de antiguidades por indivíduos privados (DESMOND; MESSENGER, 1988), o que ressalta ainda mais o fator político e nacionalista presente na decisão anterior do governo mexicano de negação em relação ao pedido de Le Plongeon.

RESULTADOS

A partir da discussão sobre a defesa do patrimônio histórico e arqueológico do sítio de Chichén Itzá no século XIX, podemos chegar a algumas reflexões finais. A primeira diz respeito à importância do sítio para a constituição da identidade nacional mexicana pós-independência e do uso do passado como um elemento ideológico e simbólico para uma construção identitária – algo já discutido pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (2005) no final do século XIX na Alemanha, com suas críticas ao historicismo alemão, por seu excesso de monumentalização e patrimonialização como formas de constituição do Estado Moderno, ao afirmar que essa situação desenvolvia uma fixação pelo passado e um esquecimento do presente. Essa ação do governo mexicano criou uma visão monolítica da história mexicana e do monopólio das elites *criollas* e mestiças sobre essa história. Nota-se uma grande ação dos historiadores e arqueólogos do final do século XIX e início do XX para, a partir dos vestígios arqueológicos, criar uma narrativa unificada, construída por histórias nacionalistas (NAVARRETE, 2009). Isso remete ao que Glaydson

José da Silva (2007) discute: a utilização do passado como legitimação das identidades nacionais e das pretensões de soberania sobre territórios e pessoas. Com isso, de acordo com o proposto por Federico Navarrete (2009), podemos perceber uma exclusão dos indígenas contemporâneos dessa construção ideológica, que se tornou uma versão seletiva e estereotipada da realidade social e cultural dos povos indígenas mexicanos, privilegiando a produção de artesanato e folclore.

Essa situação ocorrida durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX se soma à realidade atual de Chichén Itzá. Com a nomeação desse sítio para Patrimônio Cultural Mundial da UNESCO na década de 1980, somado à grande abertura e promoção do turismo nessa região, com a criação do polo turístico de Cancun durante esse mesmo momento, o sítio passou por uma “modernização”, com reformas, construção de hotéis, restaurantes e lojas de souvenirs em seu entorno, fazendo o local receber milhares de turistas por ano. Essas ações alteraram sobremaneira a vida da população local, sua estrutura e a organização de suas relações de trabalho, bem como as relações entre o sítio e sua população ao redor (BREGLIA, 2006). Dessa forma, restaram a essas comunidades as sobras da economia turística (FERREIRA, 2013), afastando-se do turismo de grande porte. Esse contexto cria uma condição de ambivalência, na qual Chichén Itzá é “aberta ao mundo”, considerada um patrimônio mundial, e ao mesmo tempo se afasta da comunidade maia local. Ou seja, Chichén Itzá é destinada a todos e não é de ninguém.

REFERÊNCIAS

- BREGLIA, L. **Monumental ambivalence**: the politics of heritage. Austin: University of Texas Press, 2006.
- COBOS, R. **El Centro de Yucatán**: de área periférica a la integración de la comunidad urbana en Chichén Itzá. Reconstruyendo la Ciudad Maya: el Urbanismo en las Sociedades Antiguas, editado por A. C. Ruiz, M. J. Ponce de León y M. Del Carmen Martínez. Madrid: Sociedad Española de Estudios Mayas, 2001.
- DESMOND, L. G.; MESSENGER, P. M. **A Dream of Maya**: Augustus and Alice Le Plongeon in nineteenth century Yucatán. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988.
- FERREIRA, L. M. **Essas coisas não lhes pertencem**: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. Revista de Arqueologia Pública Unicamp, v. 7, p. 87-106, 2013.
- FUNARI, P. P. A. Patrimônio e Memória: considerações sobre os bens culturais. In: XIII SEMANA DE HISTÓRIA. 2009. **Anais**. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá.
- JORGE, V. O. **Arqueologia, patrimônio e cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- LE PLONGEON, A. **Queen Mío and the Egyptian Sphinx**. New York: unpublished manuscript, 1896.
- MARTÍNEZ MANCILLA, M. R. S. La protección de los bienes arqueológicos e históricos, muebles e inmuebles. La legislación ante la dinámica social. FORO ESTATAL DE ANÁLISIS SOBRE EL MARCO JURÍDICO DE LA CULTURA EN MÉXICO. 2010. Tabasco: Comisión de Cultura del Congreso de la Unión y el Instituto de la Cultura del Estado de Tabasco.
- NAVARRETE, F. Ruinas y Estado: arqueología de una simbiosis mexicana. In: GNECCO, C.; AYALA ROCA, P. (Ed.) **Pueblos Indígenas y arqueología en América Latina**. Bogotá: Fundaciones de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, 2009, p. 65-82.
- NAVARRO, A. G. **Kakupacal e Kukulcán**: iconografía e contexto espacial de dois reis-guerreiros maias em Chichen Itzá. São Luís: Edufma, 2012.
- NIETZSCHE, F. W. **Escritos sobre história** (Org: Noéli Correio de Melo Sobrinho). Tradução Noéli Correio de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.
- ONTIVEROS RUÍZ, G. **Historia del comercio de México con los Estados Unidos durante los primeros 25 años de vida independiente**. México: 2005. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2005/gor-his/>. Acesso em: 5 jun. 2015.

SALISBURY, S. J. Dr. Le Plongeon in Yucatan. **Proceedings of the American Antiquarian Society**, n. 69, p. 70-119, 1877.

SANTOS, E. N. **Deuses do México indígena**. São Paulo: Palas Atena, 2002.

SELLEN, A. T.; LOWE, L. S. Las Antiguas Colecciones Arqueológicas de Yucatán en el Museo Americano de Historia Natural. In: **Estudios de Cultura Maya**, vol. XXXIII, 2009, p. 53-71.

SILVA, G. J. História antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). In: **História e Arqueologia em movimento**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007. p. 221.

TRIGGER, B. **História Do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2011.

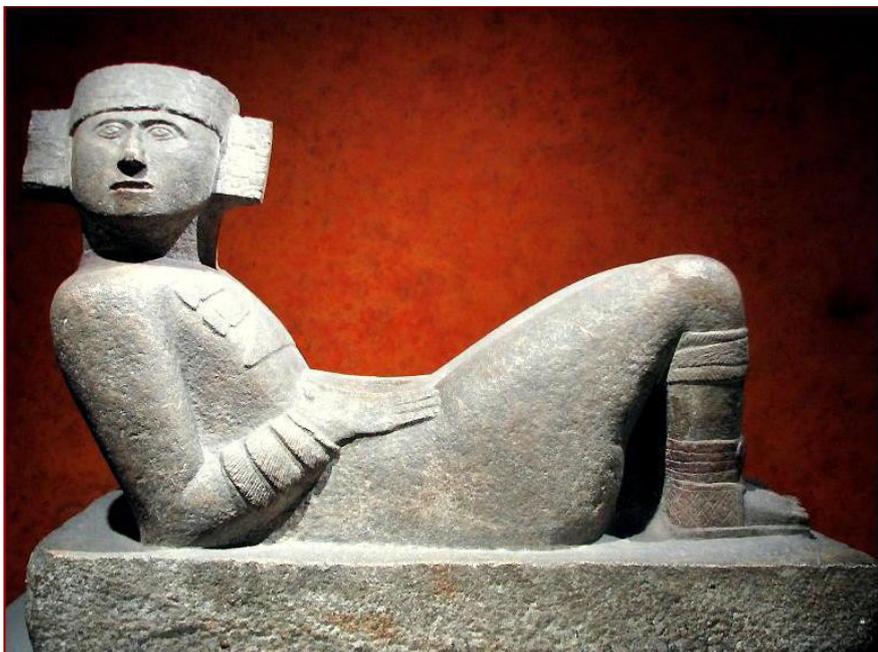
Documentos

Ley Arancel para las aduanas marítimas y de la frontera de la República mexicana. 16 de noviembre de 1827. Disponível em: <<http://www.biblioweb.dgsca.unam.mx/dublany/lozano/>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

The Getty Institute. Disponível em: <<http://www.getty.edu/research/>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

ANEXOS

Figura 1. Escultura do chacmool encontrado por Le Plongeon na Plataforma das Águias e dos Jaguares, em Chichén Itzá.



Fonte: Acervo do Museu Nacional de Antropologia, México.

Figura 2. Descoberta da estátua chacmool por Augustus Le Plongeon na Plataforma das Águias e Jaguares, em Chichén Itzá (Le Plongeon aparece sentado em cima da estátua).



Fonte: foto de Alice Brixon (Acervo Getty Institute).

Figura 3. Descoberta da estátua chacmool por Augustus Le Plongeon na Plataforma das Águias e Jaguares, em Chichén Itzá. (Alice Dixon aparece do lado esquerdo da imagem).



Fonte: Acervo Getty Institute.

Figura 4. Transporte da estátua chacmool em Chichén Itzá.



Fonte: foto de Alice Dixon (Acervo Getty Institute).

Figura 5. Escavações na Plataforma das Águias e Jaguares em Chichén Itzá.



Fonte: foto de Alice Dixon (Acervo Getty Institute).

Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural

*Maps and heritage: cartography as identifying cultural heritage:
cartography as means of identifying cultural heritage*

ANA BETÂNIA S. P. MARTINS¹
CLAUDIA F. BAETA LEAL²

¹ Geógrafa e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Mestrado Profissional do Iphan. E-mail: anabetamb@yahoo.com.br

² Doutora em História Social pela UNICAMP, professora orientadora pelo Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural promovido pelo Iphan e servidora dessa instituição. E-mail: claudialeal@iphan.gov.br

Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado sobre cartografia no âmbito da construção das práticas de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), notadamente as práticas ligadas ao desenvolvimento de ferramentas oficiais de identificação e conhecimento do patrimônio cultural brasileiro. A partir da análise dos usos da cartografia na identificação e caracterização dos fenômenos socioculturais – entre os quais, o patrimônio –, buscou-se compreender que conceitos de mapas e mapeamento as diretrizes dos inventários nacionais do Iphan utilizaram para orientar o emprego e a produção de mapas do patrimônio cultural com vistas à identificação de bens que o constituem. Com base na análise da bibliografia e das fontes primárias, identificaram-se duas abordagens de cartografia nessas diretrizes: de um lado, uma abordagem mais tecnicista da cartografia, que pretende melhor conhecer e analisar o espaço absoluto, procurando representar com precisão “matemática” a dimensão e a posição geográfica dos elementos sobre a superfície física ou terrestre; e, de outro, uma abordagem que entende os mapas não como o retrato da verdade precisa e objetiva, mas como uma construção social e simbólica. Identificaram-se também usos diversos dos mapas, para além da localização geral dos bens culturais: mapas como fonte histórica de conhecimento do sítio inventariado, como ilustração e como ferramenta de campo para levantamentos arquitetônicos e escolha de possíveis entrevistados. Percebeu-se a priorização de uma abordagem da cartografia tecnicista representada pela indicação de mapas da cartografia sistemática, mas com orientações que propiciariam o uso de outras perspectivas, como a cartografia temática e as metodologias participativas de mapeamento. Em nossa avaliação, esses resultados apontam para muitas possibilidades de um uso mais frequente e atento da cartografia nas ações voltadas para o conhecimento e debate sobre o patrimônio cultural em sua acepção mais contemporânea, a qual prima pelo debate interdisciplinar e pelo diálogo com a sociedade na busca do reconhecimento de suas referências culturais.

Palavras-chave: mapas, inventários, cartografia, patrimônio cultural.

This paper results from my Master's thesis on cartography within preservation practices established by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan), especially the ones related to the development of official instruments for the identification and knowledge of Brazilian cultural heritage. Based on the analysis of cartography uses for the identification and characterization of sociocultural phenomena – heritage among them –, this study sought to understand which concepts of maps and mapping were applied in the guidelines of Iphan national inventories for using and making of cultural heritage maps, which aim at identifying cultural properties. Specific bibliographic references and primary sources pointed towards two cartographic approaches in such guidelines: on one side, a more technical perspective that claims to be more accurate in knowing and analyzing the absolute space and in representing the geographic dimension and position of the elements on earth's surface; on the other side, an approach that proposes maps not as a precise and objective truth, but as a social and symbolic construction.

Keywords: documentary heritage, personal archives, memory, archives.

INTRODUÇÃO

Propor uma discussão sobre patrimônio cultural e cartografia significa trazer à tona a importância da dimensão espacial dos fenômenos socioculturais e problematizar a necessidade de ferramentas que auxiliem a sua leitura em relação com o contexto geográfico.

Todos os conceitos com que representamos a realidade e à volta dos quais constituímos as diferentes ciências sociais e suas especializações, a sociedade e o Estado, o indivíduo e a comunidade, a cidade e o campo, as classes sociais e as trajetórias pessoais, a produção e a cultura, o direito e a violência, o regime político e os movimentos sociais, a identidade nacional e o sistema mundial, todos estes conceitos têm uma textura espacial, física e simbólica, que nos tem escapado pelo facto de os nossos instrumentos analíticos estarem de costas viradas para ela mas que, vemos agora, é a chave de compreensão das relações sociais de que se tece cada um destes conceitos. Sendo assim, o modo como imaginamos o real espacial pode vir a tornar-se na matriz das referências com que imaginamos todos os demais aspectos da realidade (SANTOS, 2002, p. 197).

Essa análise da “textura espacial, física e simbólica”, feita não por um cartógrafo ou geógrafo, mas pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, reforça a importância que as perspectivas da geografia e mesmo da cartografia vêm assumindo em campos variados do conhecimento. Afirma ainda a relevância das relações dos conceitos com o espaço – conceitos entre os quais poderíamos, sem dúvida, incluir o patrimônio.

O estudo do patrimônio cultural pressupõe entendê-lo a partir de sua condição histórica, cujas origens estão assentadas na formação dos Estados-Nação no ocidente, no século XIX, quando começam a se moldar as práticas de preservação dos bens culturais ligados à ideia de propriedade e herança e à própria imagem dos Estados-Nação (ABREU, 2007; ANDERSON, 2008; CHOAY, 2006; FUNARI; PELEGRINI, 2009). Por outro lado, as mudanças ocorridas nas práticas de preservação do patrimônio ao longo do tempo redirecionam as reflexões sobre essa temática na conjuntura atual, primando também por outras escalas de análise, como quando o patrimônio dialoga e serve ao reconhecimento de múltiplas identidades cujas referências culturais remetem ao pertencimento a outras unidades territoriais que não somente a ideia do nacional (CHUVA, 2011).

Essa visão também revela o caráter processual do patrimônio, pelo qual é possível perceber que o mesmo se constitui por meio de etapas que envolvem desde a identificação e seleção de bens culturais e a escolha da valorização de referências culturais até as ações de gestão e salvaguarda e de proteção destinadas em geral a bens que foram oficialmente reconhecidos como parte do patrimônio cultural brasileiro. Tendo em vista variações nos critérios que definem a seleção do conjunto de bens culturais que são considerados representativos de um grupo ou lugar, hoje se ressalta o compromisso com a promoção e a valorização da diversidade cultural brasileira, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Desse modo, a noção de patrimônio cultural toca também a questão do contexto espacial, já que todos os bens mantêm sua relação com o espaço – sejam eles bens definidos como de natureza material ou imaterial, que em geral são mais bem identificados quando têm por base uma boa contextualização espacial ou, como coloca Arantes, quando se realizam pesquisas em “configurações socioespaciais bem localizadas” (IPHAN, 2000, p. 33).

Entendemos os mapas como representações que podem nos auxiliar a ir além da posição geográfica dos bens culturais, “isto é, fazer mais que responder à questão ‘onde’ – papel fundamental da ‘base cartográfica’ para lastrear as representações temáticas. Eles podem dizer muito sobre os lugares, caracterizando-os” (MARTINELLI, 2010, p. 35). Nesse sentido, acredita-se que um uso que explore as possibilidades e limites dos mapas pode contribuir para destacar questões relativas à dimensão espacial do patrimônio cultural, sendo que essas contribuições dependem da abordagem de cartografia de que se lança mão nos processos de identificação e seleção dos bens do patrimônio cultural.

OBJETIVOS

Uma vez que os mapas são, entre os produtos cartográficos, os mais utilizados e conhecidos, inclusive entre os instrumentos de identificação do patrimônio cultural, é por meio da observação de seu lugar nesses instrumentos que buscaremos pinçar e discutir as abordagens de cartografia que são apropriadas pelo Iphan nos seus inventários nacionais.

Esta pesquisa procurou discutir especificamente o uso da cartografia junto aos instrumentos de identificação do instituto. Dedicou-se à análise dos manuais de

dois inventários nacionais, selecionados como instrumentos emblemáticos da instituição, tanto na consolidação do inventário como prática institucional, quanto na afirmação de novas tipologias e procedimentos de atribuição de valor, do processo de identificação e seleção do patrimônio cultural e do próprio uso da cartografia nesse contexto.

CONCEITOS E ABORDAGEN METODOLÓGICAS DE CARTOGRAFIA

Variadas são as formas de ver a cartografia, seja tendo em vista a diferença entre as disciplinas (ciências humanas, ciências físicas e engenharias), seja no âmbito de um mesmo campo do conhecimento, como demonstra a trajetória do uso da cartografia pela Geografia (ARCHELA, 2001; FONSECA, 2004; GIRARDI, 2011; MARTINELLI, 2010; MATIAS, 1996, 2001; SOUZA; KATUTA, 2001).

Em relação aos estudos e pesquisas sobre o tema da cultura, realizamos uma revisão bibliográfica de dissertações e artigos científicos que versam sobre o uso da cartografia como objeto e ferramenta para entender a cultura, e algumas experiências encontradas nos auxiliaram a ilustrar essa diversidade de metodologias que podem ser identificadas entre os instrumentos de conhecimento do patrimônio cultural do Iphan. Não é nosso objetivo, nem seria cabível para este artigo, realizar a descrição minuciosa, tipo a tipo, dos mapeamentos, mas, a partir das leituras, foi possível definir duas formas gerais de abordagem: de um lado, metodologias da cartografia que tratam a questão cultural a partir de uma mais técnica, na qual a produção cartográfica debruça-se na “captação” de dados do espaço físico e não inclui ou dialoga pouco com o usuário final; e outra abordagem que se propõe participativa, cujos mapeamentos culturais tentam aproximar o usuário e leitor de mapas do processo de produção e aquisição dos dados que serão lançados no mapa, considerando inclusive suas interpretações sobre os temas representados cartograficamente.

As abordagens técnicas têm alcançado cada vez mais excelência em precisão, e leva-se em consideração que são relevantes para muitos ramos de pesquisa, inclusive para o trabalho com o patrimônio cultural. Estão centradas, no entanto, no conhecimento técnico do profissional que produz e nas características das

tecnologias de mapeamento e nos materiais empregados (tipo de sensor, radar ou óptico, resolução das imagens de satélite etc.), restando pouco ou nenhum espaço para o diálogo com o público leigo em conhecimentos cartográficos. Esse posicionamento pode muitas vezes significar a desconsideração dos saberes e entendimentos de uma dada população no processo de identificação dos fenômenos socioculturais e de construção de mapas, o que coloca em xeque os resultados de um mapeamento quando se trata de trabalhos voltados para a participação social e afirmação de identidades e referências culturais que se fundamentam justamente na escuta e debate, como é o caso das ações de reconhecimento do patrimônio cultural.

Como exemplo de experiência desenvolvida utilizando uma abordagem centrada na técnica e aplicada claramente na área do patrimônio cultural, encontra-se o artigo de Lindon Fonseca Matias (2008), que tece considerações sobre as potencialidades da aplicação das geotecnologias para o mapeamento e análise especificamente do patrimônio arquitetônico urbano, cujo uso tem sido aproveitado para fins turísticos. Dentre as possibilidades, descreve os tipos de análise já utilizados corriqueiramente na área de estudos ambientais, como o uso de imagens de satélite de resolução espacial compatível para identificação de formas do uso do solo no sítio, a observação do próprio padrão de urbanização, a identificação de materiais de construção por sensoriamento remoto, e a geração de modelos digitais de terreno para análise do patrimônio arquitetônico sobre o relevo. O autor ressalta as amplas possibilidades de análise a partir da reunião dessas informações em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), que permite prognósticos em relação à alteração da ambiência de bens tombados, diante, por exemplo, de intervenções/construções em sua vizinhança.

A atenção dada à dimensão espacial de fenômenos culturais tem conduzido cada vez mais não só à crítica aos usos ideológicos dos mapas e outros produtos cartográficos, conforme apontado por Harley (2009), mas principalmente tem indicado a necessidade do desenvolvimento de abordagens de construção de produtos cartográficos com forte caráter inclusivo, que relativizam o papel do cartógrafo no processo de comunicação cartográfica e defendem a participação dos usuários nos processos de produção de mapas.

Alguns fatores concorrem para o desenvolvimento dessas abordagens na atualidade. Por exemplo, a possibilidade de aproximação entre usuários e técnicos

ganha força, dada a difusão da cartografia e a facilidade de acesso às suas ferramentas computacionais nos dias de hoje, o que não era possível em um passado recente, quando a prática da cartografia exigia uma estrutura tecnológica em geral difícil de construir fora de centros de pesquisa especializada. A difusão das tecnologias e da internet diminuiu os custos para a disseminação das técnicas cartográficas, tornando esse recurso mais acessível. Esse novo contexto gera reflexões sobre os processos de produção de documentos cartográficos e indica que não precisam estar necessariamente restritos apenas a técnicos da área da cartografia, mas podem também ser realizados com a participação dos grupos sociais interessados na leitura, apropriação e uso de seu conteúdo (FERREIRA et al., 2008).

É o caso da abordagem da pesquisa de Andrade e Carneiro (2009), concebida no âmbito das atividades do Projeto Infraestrutura Geoespacial Nacional (PIGN), coordenado pelo IBGE e pela University of New Brunswick (UNB), que teve como objetivo apoiar o processo de mudança de referencial geodésico brasileiro³, identificando os impactos técnicos e sociais dessa mudança.

Paralelamente ao processo oficial de georreferenciamento e demarcação de terras do território quilombola Castainho, em Pernambuco, Andrade e Carneiro (2009) investigaram, em crianças e adultos da comunidade, qual a compreensão espacial que aqueles sujeitos tinham daquele processo, a partir da elaboração dos documentos cartográficos por meio da abordagem metodológica do mapeamento participativo. Um dos resultados observados foi a dificuldade inicial na leitura dos mapas de demarcação das terras. Essa questão indica que a cartografia “participativa” pode incluir o usuário sem demandar do mesmo um conhecimento específico de geoprocessamento/georreferenciamento; no entanto, ainda assim, persiste a necessidade de uma educação cartográfica básica para a interpretação dos

produtos cartográficos, assim como acesso à tecnologia pela comunidade para viabilização dos processos participativos. Os autores reforçaram ainda o interesse dos habitantes da comunidade Castainho pelo assunto, dada a importância daqueles produtos cartográficos participativos como instrumentos de fundamentação dos discursos para a luta de grupos sociais pelo acesso aos direitos fundamentais dos povos, como no caso da própria comunidade quilombola Castainho, que busca a regularização fundiária de seu território.

Nesse âmbito da cartografia participativa, destacam-se ainda os trabalhos realizados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), que vem proporcionando o reconhecimento de territórios de populações tradicionais de várias partes da região amazônica. Entre esses trabalhos destacam-se os realizados nos estados do Pará, Amazonas e Maranhão, com grupos identificados quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu etc., que promovem o ensino de técnicas de cartografia e participação ativa dos grupos nas pesquisas que visam à sistematização de informações sobre os respectivos territórios e publicação de fascículos com textos e produtos cartográficos, nos quais os grupos expressam sua visão sobre seus territórios, seus referenciais espaciais e problemas enfrentados do ponto de vista do conflito agrário, principalmente.

Sobre essas experiências, Acselrad (2008) reuniu diferentes visões, em geral críticas, sobre cartografia social, mas que também ressaltam aspectos interessantes das experiências brasileiras, nas quais os mapeamentos com participação direta da sociedade são instrumentos de resistência de grupos minoritários e estratégias recorrentes em relação às políticas públicas. Destacam-se aí os planos diretores e planos de manejo de unidades de conservação, que são documentos que têm contado com diferentes metodologias de mapeamentos participativos (Ibidem, p. 10).

Nesse sentido, em nossa concepção, pensar a cartografia na gestão pública, no caso aqui gestão do patrimônio cultural, deve considerar e, dependendo do objetivo das ações, mesmo priorizar essas abordagens que abrem espaço para o diálogo com a sociedade, viabilizando a instrumentalização de grupos sociais interessados no reconhecimento de suas identidades, lugares e bens culturais, para que dominem essa linguagem cartográfica. Por essa via, então, deverá haver contribuições diretas para a identificação e reconhecimento de diferenças culturais, levando-se em consideração a forma de leitura e interpretação da realidade dos próprios

3 Um referencial geodésico diz respeito a um sistema de coordenadas que toma por base modelos matemáticos da Terra e que, por outro lado, são a base para o cálculo do posicionamento preciso de elementos do território de um país ou região do globo. O Brasil já utilizou diferentes referenciais geodésicos, como o Sistema Geodésico Córrego Alegre na década de 1950; hoje, utiliza o SIRGAS 2000 (para maiores detalhes, veja a seção de Geodésia no site do IBGE: <http://ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/default.shtm>).

grupos através da cartografia, em detrimento de abordagens exclusivamente técnicas.

É imbuído dessa visão que este estudo analisou as abordagens de produção de mapas que têm sido preferidas na aplicação dos instrumentos de identificação do Iphan, procurando compreender em que momentos os mapas são requeridos nas metodologias de inventários, que tipos de mapas são pensados para essa etapa de identificação do patrimônio, com que tipo de informações sobre o patrimônio espera-se que a cartografia contribua para a produção no contexto desse processo de identificação de bens.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DO USO DOS MAPAS NOS INVENTÁRIOS NACIONAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Considerando que nosso objetivo central foi analisar a cartografia no âmbito das práticas de preservação do Iphan, especificamente a análise do uso de mapas no contexto dos instrumentos de Inventários Nacionais de identificação e conhecimento do instituto, cabe apresentar tais instrumentos.

A pesquisa baseou-se na análise dos manuais do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU) e do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), por serem inventários cujas metodologias foram amplamente trabalhadas em vários pontos do país, em relação aos demais, e por exemplificarem bem o uso de mapas. Os manuais das metodologias dos inventários, fontes privilegiadas neste estudo, são documentos técnicos eminentemente descritivos que reúnem as bases para sua elaboração, as diretrizes para aplicação dos instrumentos, e carregam, além das orientações para a execução dos procedimentos e etapas de trabalho, perspectivas sobre o patrimônio cultural e sobre a forma como os bens que o constituem devem ser identificados e registrados. Apesar de não serem documentos acadêmicos, antes voltados para uma aplicabilidade muito clara e para objetivos eminentemente técnicos, os manuais aqui analisados dialogam com conceitos comuns a estudos mais acadêmicos e se apropriam deles, tendo sido inclusive elaborados por profissionais que têm ou tiveram relação direta com universidades, seja lecionando ou participando de atividades de pós-graduação, mas que, em algum momento, também participaram das rotinas do Iphan.

Na análise de ambos os manuais dos inventários procurou-se caracterizar os campos das fichas e respectivas etapas de trabalho nas quais houve a requisição de uso de mapas. Nos debruçando sobre cada metodologia, procurou-se então compreender os temas e conteúdos sugeridos para uso/produção de mapas em cada inventário e as orientações para o uso dos produtos cartográficos, como na questão da localização do sítio e dos bens culturais.

O INBI-SU resulta da movimentação para a criação de um inventário unificado, que funcionaria como uma metodologia para ser aplicada em vários sítios urbanos do país com bens tombados. Sua elaboração remonta ao final da década de 1980 e se estendeu por vários anos até sua consolidação, no final da década de 1990. Um marco desse processo é o ano de 1989, quando houve o seminário “Inventários de Centros Históricos: Avaliação e Perspectivas de Utilização de Dados”, a partir do qual se tomou a decisão de se concentrar esforços na realização de testes para o desenvolvimento daquela metodologia em alguns centros históricos, sendo Tiradentes, em Minas Gerais, a cidade-piloto principal (IPHAN, 2007, p. 15-22).

O INBI-SU tem por objetivo o conhecimento dos sítios históricos onde se localizam os bens tombados, sobre os quais o Iphan tinha pouca ou nenhuma informação sistematizada para embasar suas ações de proteção e gestão. É voltado ao entendimento da formação histórica e do desenvolvimento urbano dos sítios tombados, com foco no patrimônio arquitetônico (Ibidem p. 15-16). No tópico “Delimitação do objeto”, o manual deixa claro que a área a ser inventariada parte da área protegida legalmente através do tombamento, mas a pesquisa não precisa necessariamente se restringir a ela. Quanto à delimitação do recorte temporal do INBI-SU, há orientações claras: desde a fundação da cidade até a época do tombamento do sítio, quando a cidade é tratada como patrimônio cultural.

Quanto à organização geral das etapas do trabalho do inventário, o INBI-SU é dividido em pesquisa histórica e levantamento de campo, que inclui o levantamento arquitetônico e as entrevistas.

O outro inventário analisado foi o INRC, construído no lastro das contribuições dos projetos desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980 pelo Centro Nacional de Referências Culturais e a Fundação Nacional Pró-Memória, assim como a partir da experiência acumulada pelo próprio Iphan na organização de inventários anteriores, como o INBMI e o INBI-SU. O INRC

começou a ser desenhado em meados da década de 1990 e foi concluído no ano de 1999, sendo colocado em teste em 2000 na região do Museu Aberto do Descobrimento (Made), na Bahia, em função da comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, promovida pelo Ministério da Cultura.

O desenvolvimento do INRC surgiu da necessidade de o Iphan dispor de uma metodologia de identificação de bens culturais que partisse da noção de referência cultural à memória e à identidade de grupos e possibilitasse o reconhecimento de “novos patrimônios”, isto é, de bens culturais de natureza diversificada, que destoassem do perfil consagrado de bens que até então eram protegidos pelo Iphan (bens “de pedra e cal”), conforme destaca Célia Corsino no texto de apresentação do manual desse inventário (IPHAN, 2000, p. 7-9).

De acordo com o manual, o objetivo principal desse inventário seria, portanto, “identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade brasileira” (Ibidem, p. 23). Foi idealizado para ser realizado tanto em sítios urbanos tombados quanto em recortes espaciais que ainda não contassem com bens protegidos.

Quanto ao objeto, deve, necessariamente, ter como alvo das pesquisas categorias específicas criadas para a finalidade desse instrumento:

O delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes:

1. Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas;
4. Espaços em que se produzem as práticas culturais. (Ibidem, p. 23)

Embora o INRC seja um instrumento voltado para a identificação, um dos principais resultados decorrentes da realização desses inventários no país, além da geração de dossiês de documentação sobre bens culturais, tem sido a indicação de bens inventariados à candidatura ao título de patrimônio cultural brasileiro, através do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial

(Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000). O registro de bens foi concebido pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) como uma ação de reconhecimento e proteção dos bens de natureza imaterial, visto que o recebimento do título implica o desenvolvimento de um plano de ações de salvaguarda.

No tocante à natureza dos bens, é importante esclarecer que, ainda que a apropriação desse inventário pela prática institucional tenha consolidado o uso do INRC justamente para a identificação de bens de natureza imaterial, o inventário não foi criado exclusivamente com esse objetivo e não se exclui a possibilidade de uso do inventário para identificação de bens chamados de natureza material, conforme destaca Célia Corsino (IPHAN, 2000, p. 8).

Quanto à organização geral das etapas do trabalho do inventário, o INRC é dividido em três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação.

RESULTADOS

Em relação ao seu uso no contexto dos inventários analisados, INBI-SU e INRC, percebe-se que o uso da cartografia foi requerido pelas diretrizes dos manuais, entendidas como parte do contexto de elaboração dos dois instrumentos de identificação. A cartografia é lembrada principalmente nas fichas de inventário relacionadas ao conhecimento e/ou delimitação do sítio (e localidades, no caso do INRC) a ser inventariado, mas também aparece em outras etapas, tratando-se especificamente do caso do INBI-SU.

A cartografia sistemática apareceu como abordagem predominante nas orientações para o uso de mapas nos manuais de inventário, tanto no INBI-SU quanto no INRC. Em nosso ponto de vista, essa abordagem está coerente com a proposta central do INBI-SU, qual seja o conhecimento da forma urbana dos sítios tombados, que parte do detalhamento da forma e da métrica do espaço, coadunando também com a visão de espaço por ele cunhada.

No INRC, os mapas não são tratados como uma ferramenta central que de fato influencie na condução do objetivo central do inventário – identificação de referências e bens culturais. A contribuição e uso dos mapas de fato se destinam mais à etapa da delimitação do sítio onde os bens e manifestações serão inventariados. No INRC, o sítio deve ser amplamente conhecido em vários aspectos para além do cultural, e, por isso,

também se requer o uso de mapas temáticos relacionados a hidrografia, empreendimentos econômicos, áreas protegidas, vias de acesso, entre outros temas. No entanto, não fica claro como isso contribui para o entendimento do bem cultural em si, cuja dimensão espacial nem sempre é tratada como a mais relevante, excetuando-se aqui a categoria dos lugares.

Ainda sobre a utilização de mapas no INRC, percebe-se certa lacuna deixada pelo uso exclusivo da abordagem sistemática de cartografia, visto que a expectativa da pesquisa era de obter, devido à própria perspectiva do inventário – que se baseia fortemente na noção de referência cultural e nos dados passados pelos informantes entrevistados –, maior abertura para a visão do usuário no processo de cartografar o patrimônio cultural.

Além da abordagem sistemática, que coloca em primeiro lugar a função de localização e orientação da representação cartográfica, observaram-se também outras diretrizes para o uso de mapas – há uma indicação do mapa como ilustração figurando entre fontes bibliográficas a serem levantadas pela etapa da pesquisa histórica no INBI-SU, por exemplo. Mas o grande destaque desta pesquisa foi encontrar a perspectiva que vê a cartografia como linguagem e o mapa como fonte histórica, conforme observado no caso do manual do INBI-SU, o qual a inclui na etapa da pesquisa histórica e dispõe de orientações e indicações de locais para sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nosso ver, esta pesquisa fornece indícios que permitem reforçar a afirmativa de que a cartografia tem sido percebida e utilizada, no contexto dos instrumentos de identificação do patrimônio cultural, em sua acepção mais tradicional, como Cartografia Geral ou Sistemática, e quase que exclusivamente como instrumento dos técnicos do instituto, notadamente os arquitetos, que precisam recorrer ao desenho técnico dos bens e suas áreas limítrofes, bem como áreas de entorno.

Em nossa avaliação, é preciso estar atento a outras abordagens que tenham nos mapas mais do que meras ilustrações pontuais dentro dos inventários com função única de localização na superfície, objetivo central da cartografia nos estudos de Engenharia e Geociências, mas que não se demonstra suficiente nos estudos e

ações voltadas para o patrimônio cultural em sua acepção mais contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos*. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2007. v. 1. p. 263-287.

ACSELRAD, H. Introdução e 1º artigo. In: _____. (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. 9-43.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, E.; CARNEIRO, A. F. T. A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo. *Boletim de Ciências Geodésicas, Curitiba*, v. 15, n. 3, p. 410-427, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/bcg/article/view/15506/10357>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

ARCHELA, R. S. Cartografia contemporânea e novas tecnologias. In: ARCHELA, R. S.; FRESCA, T. M.; SALVI, R. F. (Org.). *Novas Tecnologias*. Londrina: UEL, 2001. 41-56.

ARCHELA, R. S.; ARCHELA, E. Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa. *Geografia, Londrina*, v. 11, n. 2, p. 161-170, 2002.

CHOAY, F. Monumento e Monumento Histórico. In: _____. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. p. 11-29.

CHUVA, M. Entre vestígios do passado e interpretações da história – Introdução aos estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In: _____. (Org.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CHUVA, M. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Revista Topoi, Rio de Janeiro*, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul./dez.

2003. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf>. Acesso em: 03 out. 2012.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2011.

FERREIRA, A. C. S.; CARNEIRO, A. F. T.; PAIXÃO, S.; NICHOLS, S. Ciências Geodésicas num contexto social ampliado. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 2., 2008, Recife. Anais... Disponível em: <http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOII_CD/Organizado/cad/103.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013.

FONSECA, F. P. A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia. 2004, 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/pt-br.php>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: IPHAN. O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: Iphan, 2006. p. 85-97. (Edições do Patrimônio)

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIRARDI, E. P. A construção de uma cartografia geográfica crítica. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, p.1-17, 2011. Disponível em <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2019/1918>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. Confins: Revista Franco-brasileira de Geografia, v. 5, 2009. Disponível

em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em 02 de Março de 2013, às 00h:02m.

IPHAN. Inventário Nacional de Bens Imóveis, Sítios Urbanos Tombados INBI-SU – Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa – Manual de Preenchimento. Brasília: Iphan; Senado Federal, 2007.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais – Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3415>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

MARTINELLI, M. Mapas da Geografia e Cartografia temática. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATIAS, L. F. Geotecnologias e Patrimônio Arquitetônico: potencialidades no mapeamento e análise para fins turísticos. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). Geografia, Turismo e Patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2010. p. 81-111.

MATIAS, L. F. Por uma Cartografia Geográfica: uma análise da representação gráfica na geografia. 1996, 310 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MATIAS, L. F. Sistema de Informações Geográficas (SIG): teoria e método para representação do espaço geográfico. 2001, 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, B. S. A crítica da Razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, J. G. de; KATUTA, Â. M. Geografia e conhecimentos cartográficos. In: _____. A Cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: Unesp, 2001.

Intrepretação patrimonial e turismo em centro histórico: uma proposta para o município de Antonina, Paraná, Brasil

*Heritage interpretation and tourism in hitoric center:
a proposal for Antonina City, Paraná, Brasil*

RAQUEL RIBEIRO DE SOUZA SILVA¹
MARCOS AURÉLIO TARLOMBANI DA SIVEIRA²

1 Estudante de Doutorado e Bolsista CAPES do curso de Pós -Graduação em Geografia da UFPR – Universidade Federal do Paraná – Campus Curitiba.
E-mail: unesp2004@yahoo.com.br

2 Orientador. Docente UFPR – Universidade Federal do Paraná Campus Curitiba.
E-mail: marcos.ufpr@yahoo.com.br

Este trabalho objetiva abordar as possibilidades de aprimoramento da atividade turística por intermédio da interpretação patrimonial no município de Antonina, localizado no estado do Paraná, tendo em vista que, em 26 de janeiro de 2012, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Brasília, aprovou o tombamento de seu centro histórico, reconhecendo-o como patrimônio nacional. A partir da metodologia de pesquisa qualitativa e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, verificou-se que a área tombada materializa os processos de ocupação territorial no Sul do Brasil, e está ligada ao primeiro ciclo de exploração de ouro do país no século XVII. Além dos aspectos históricos do município, há ainda a beleza de sua composição paisagística, com a presença da Serra do Mar, da Mata Atlântica e sua baía, fatores que contribuíram também para Antonina fazer parte do patrimônio histórico nacional. Considerando que uma das formas de valorização dos destinos turísticos e de seus respectivos patrimônios pode ocorrer a partir do uso da interpretação, “ensinando” o visitante por meio de informações sobre a história do local, tornando o patrimônio mais do que um objeto de mera contemplação, e sim um meio de conhecer a cultura e a identidade a partir da percepção do local visitado. A atividade interpretativa pode revelar significados e relações antes não exploradas durante as visitas turísticas. Os bens patrimoniais tombados em Antonina podem, portanto, ser mais bem aproveitados para o turismo, à medida que elementos interpretativos sejam inseridos no contexto das visitas, pois além dos benefícios culturais, uma programação consolidada com ações de interpretação pode levar o visitante a prolongar sua permanência na cidade, bem como estimular o retorno para outras visitas, movimentando assim a economia local. Dessa forma, este trabalho visa a contribuir e a fornecer subsídios para o município, em um estudo a fim de nortear planejamento de atividade interpretativa aliada à atividade turística.

Palavras-chave: patrimônio, população local, turistas.

This study aims to address the possibilities to improve tourism activities through the use of heritage interpretation in Antonina city, located in Paraná State, considering that in January 26, 2012, the Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural [Advisory Council of Cultural Heritage] at the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) [National Historic and Artistic Heritage Institute] in Brasília, approved a classification recognizing its historic center as national heritage. From a qualitative research methodology by literature and documentary research, it was found that the area classified represents the territorial occupation process in South Brazil, and it is connected to the first gold mining cycle in the country in the seventeenth century. Besides the historical aspects of the city, there is the beauty of its landscape composition, with the presence of the Serra do Mar, the Atlantic Forest and the Bay, factors that contributed to make Antonina part of the national heritage. Considering that one of the forms of recovery of tourist destinations and their respective assets can occur from the use of interpretation, ‘teaching’ the visitor through information on the history of the place, making heritage more than a object of mere contemplation but rather a way to know the culture and the identity from the perception of the visited place. The interpretative activity can reveal meanings and relationships previously not explored during the sightseeing. All buildings classified as heritage in Antonina can therefore be better used for tourism as interpretative elements if they were inserted in the context of visits, because besides the cultural benefits, a consolidated program with interpretation actions may lead the visitors to prolong their stay in the city, as well as stimulate them to return and recommend others to also visit the place, moving the local economy. Thus, this work aims to contribute and provide subsidies for the municipality under study, in order to guide one interpretive activity planning allied to tourism.

Keywords: heritage, local population, tourists.

INTRODUÇÃO

De todas as linhas de pesquisa da geografia, a denominada humanista é a que melhor subsidia os estudos turísticos por fornecer um suporte teórico-metodológico que considera a cultura bem como a percepção como o ponto central para a compreensão do mundo vivido pelos grupos humanos (SILVEIRA, 2005).

Essa linha de investigação científica dentro da geografia abre espaço para o desenvolvimento de estudos que relacionam o turismo e o patrimônio em todas as suas esferas, inclusive aquela concernente aos processos de tombamento de centros históricos como patrimônio nacional e até mesmo mundial.

Os centros históricos dos municípios brasileiros possuem uma representatividade no discurso de preservação e conservação do patrimônio material edificado, pois estão relacionados com a história que envolve a atividade econômica de uma determinada fase áurea da economia local e/ou com a oficialização de sua fundação.

O processo de patrimonialização desses conjuntos urbanos iniciou-se em 1938, pelo Instituto de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um ano após a instituição do Livro do Tombo, local

onde é feita a inscrição dos bens culturais, visando à sua proteção (BRASIL, 1937).

Atualmente, o número total de centros históricos brasileiros inscritos no Livro do Tombo são quinze, localizados em diversos estados, sendo que seis também são declarados Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O recebimento de um título de patrimônio tombado nacional e/ou mundial proporciona visibilidade ao município que os recebem, e como não poderia deixar de ser, instaura-se um interesse econômico em torno de um bem material que deveria mais despertar um interesse cultural visando à sua preservação.

As ações governamentais em prol da proteção dessas áreas incentivam esse interesse econômico, focando-se especialmente à atividade turística, como o programa de aceleração do crescimento – cidades históricas (PAC) – instituído em 2009 pelo governo federal brasileiro.

Apesar desses esforços, como resultado desse programa tem-se centros históricos esteticamente homogêneos e centralizados na dinâmica do valor econômico do apelo de marketing da indústria cultural da cidade, os quais se tornam um objeto de consumo, uma forma de esconder os problemas locais, muitas vezes com exclusão da população

residente (LUCIARI, 2005; CHOAY 2006; CRUZ, 2012).

Gravari (1995) observa que o conceito de patrimônio enfatiza a natureza especial da sua relação com a cultura política contemporânea e, nesse caso, a designação de objetos eleitos como patrimônio é decidida por fora, por parte de atores chamados para intervir em um território que não é integrado à vida de sua população.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo fornecer subsídios para nortear o planejamento de atividades de interpretação patrimonial no centro histórico do município de Antonina, e para tal, abordaremos seu tombamento como patrimônio nacional, que se deu em 26 de janeiro de 2012 pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013), na capital federal, Brasília.

Abordaremos ainda a legislação pertinente aos processos de patrimonialização e aos patrimônios municipais, os bens tombados do município em estudo, os princípios de interpretação patrimonial, mais a Carta ICOMOS, que trata da interpretação patrimonial e as possibilidades de aprimoramento da atividade turística por intermédio do uso da interpretação patrimonial a partir do envolvimento da população local.

O recente reconhecimento e recebimento do título ainda não ocasionaram transformações territoriais positivas ou negativas já experimentadas pelos demais centros históricos brasileiros detentores do mesmo título, por isso, são dignos de estudo e análises. A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa, a partir das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, apresentando a legislação pertinente aos processos de patrimonialização e aos patrimônios municipais, os bens tombados do município em estudo, os princípios de interpretação patrimonial estabelecidos inicialmente por Tilden (1977) e aprimorados por Beck e Cable (1998), mais a carta ICOMOS (2008), que trata da interpretação e apresentação de sítios patrimoniais culturais, no sentido de nortear o planejamento de atividades interpretativas.

COMPREENDENDO OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

O termo “patrimônio”, de origem latina, *patrimonium*, “referia-se, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família” (FU-

NARI; PELEGRINI, 2006, p. 10), pois naquela época não havia o conceito de patrimônio público: o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia.

A Convenção Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Paris, em 16 de setembro de 1972, definiu os bens patrimoniais culturais como todos os elementos que compõem o universo de criação e vivência humana que são dotados de um valor excepcional do ponto de vista etnológico, antropológico, histórico, artístico, estético e da ciência de forma geral (CURRY, 2000).

Atualmente, o conceito de patrimônio cultural vem sendo ampliado, de modo a conter não somente os bens tangíveis, materiais, mas também os bens intangíveis, incluindo as manifestações, por múltiplas formas, do modo de viver, pensar e agir de uma sociedade (CASTRO, 2011).

É nesse universo que ocorrem os processos de patrimonialização, os quais são definidos por Cruz (2012), basicamente, como a institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural. No Brasil, a patrimonialização do patrimônio se consolida com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais em 1933, a partir da qual surge, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o qual posteriormente deu origem ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo o tombamento o principal recurso por meio do qual se assegura, desde 1937, a proteção dos bens culturais de natureza material e, mais recentemente, imaterial.

Na Constituição do Brasil de 1988, o artigo 216 afirma ser patrimônio cultural brasileiro

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações [...] V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Um instrumento constitucional de proteção ao patrimônio material é o ato de tombamento. De acordo com o Decreto-lei n. 25, de 1937, o tombamento é

o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio e que se efetiva a partir da inscrição no livro do tombamento. O artigo 4º desse decreto prevê quatro livros do tombamento, nos quais os bens culturais devem ser inscritos: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas (BRASIL, 1937).

No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico são inscritos os bens referentes às categorias das artes arqueológicas, etnográficas, ameríndia e popular, bem como os monumentos naturais, as paisagens e sítios cuja conservação é importante por sua singularidade; no Livro do Tombo Histórico são inscritos os elementos e as obras de arte de interesse e importância histórica; no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas são inscritas as obras de arte erudita e aplicada, nacionais ou estrangeiras (SILVA, 2012). O ato de inscrição em um desses livros determina diretrizes de conservação estabelecidas pelo órgão responsável pelo tombamento. O bem tombado pode ser de caráter público ou privado e também voluntário ou compulsório. Contudo, o bem só é definitivamente tombado quando se conclui o processo, que é inscrito em um dos livros apropriados à sua categoria (SILVA, 2012).

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Antonina é um município do estado do Paraná que está situado na mesorregião metropolitana da capital Curitiba, entre a Baixada Paranaense e a Serra do Mar (FIGURA 1). Possui uma extensão territorial de 882 km², que corresponde a 0.4427% da área total do estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a população local é de 18.981 habitantes e a densidade demográfica é de 21,41 hab./km².

Histórico do município de Antonina

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental (IPHAN, 1996; PARANÁ, 2006) foi encontrado que a área tombada materializa os processos de ocupação territorial no Sul do Brasil, e está ligada ao primeiro ciclo de exploração do ouro no país no século XVII.

Contudo, sobre processo de urbanização, o primeiro registro que se tem é que em 21 de janeiro de 1857, pela lei n. 14, a Vila de Antonina foi elevada à categoria de Comarca, e apesar das disputas econômicas com o município vizinho de Paranaguá, Antonina tornou-se um porto, e no início do século (fase de ouro do ciclo da erva-mate), o porto de Antonina chegou a ser o 4º mais importante porto do país em volume de movimentação de cargas.

Figura 1. Localização geográfica do município de Antonina.



Fonte: Abreu (2006).

De acordo com registros do IPHAN (2013), o município vivenciou um período de crescimento, e pela primeira vez ganhou belos prédios, um teatro e um lugar de destaque no cenário político do estado. A partir de 1914, com o início das atividades das Indústrias Matarazzo, o município seguia com sua expansão econômica.

Entretanto, a queda na produção do mate e a Segunda Guerra Mundial deslocaram o centro portuário do estado para Paranaguá, e a cidade que vivia do porto e para o porto começou a declinar aos poucos, ofuscada pelo movimento de Paranaguá, que possuía um porto maior, com um canal mais profundo e preparado para receber grandes navios.

Devido à falta de investimentos, ao assoreamento dos canais da baía e ao progressivo aumento do calado das embarcações, a partir de 1930 o Porto de Antonina entrou em decadência. Nesse período, várias empresas fecharam as portas, levando a cidade, mais uma vez, à estagnação econômica.

Em 1972 houve o fechamento das Indústrias Matarazzo e, em 1976, a desativação do ramal ferroviário Morretes-Antonina. A situação econômica da época fez o centro histórico deixar de ser residencial, após a mudança dos antigos moradores para outros bairros ou para a capital, Curitiba, fato que facilitou o abandono dos imóveis desse conjunto urbano (IPHAN, 1996). A partir da década de 1980, verificou-se em Antonina um processo de valorização de seu patrimônio, com enfoque no turismo, a começar pelo Plano Diretor Municipal, que reconheceu o trecho do centro histórico como Setor histórico (SE), preocupando-se com a manutenção das características da região, seguido do Plano de Revitalização de 1996.

Consta como objetivo do referido plano a recuperação do centro histórico, que estava em péssimas condições de conservação, com um grande o número de ruínas. Dentre as ações previstas, estavam: melhoria das vias públicas; planejamento paisagístico; infraestrutura de mobiliário urbano e saneamento; restauração de bens de interesse cultural; restauração de edifícios públicos; fomento à proteção do patrimônio cultural; desenvolvimento de programa de educação patrimonial e oficina-escola (IPHAN, 1996).

Ao longo dos anos, algumas dessas ações foram executadas, enquanto outras ocorreram nos últimos dois anos, devido ao processo de tombamento que se deu oficialmente em 26 de janeiro de 2012, quando o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, na

sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Brasília, reconheceu o centro histórico de Antonina, no litoral do Paraná, como patrimônio nacional (IPHAN, 2013).

O tombamento compreende o centro histórico da cidade e o complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Dentre os espaços tombados mais conhecidos estão a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, construída em 1714; a Igreja São Benedito, de 1824; o Teatro Municipal, de 1906; e a Estação Ferroviária, de 1922.

Com a aprovação do tombamento de seu centro histórico, o município conta agora com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas, que se destina a recuperar a paisagem dos municípios antigos.

Dentre os projetos de melhoria para Antonina está a remoção da fiação aérea no município, o incentivo ao turístico náutico, a requalificação da mão de obra na cidade e o planejamento urbano.

Esse investimento no turismo receptivo local pode trazer benefícios à comunidade, partindo do princípio de que uma infraestrutura básica de serviços é utilizada tanto por visitantes como por residentes, pois o patrimônio de uma localidade pode ser extraordinário, mas tem seu potencial de atração reduzido se existirem problemas de transporte, hospedagem, segurança, entre outros serviços complementares ao receptivo turístico (GAZETA DO POVO, 2013).

Além dos aspectos históricos do município, há ainda a beleza de sua composição paisagística, com a presença da Serra do Mar, da Mata Atlântica e sua baía, fatores que contribuíram para Antonina fazer parte do patrimônio histórico nacional.

A INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL E O TURISMO

A literatura apresenta a interpretação patrimonial como uma das formas de valorizar os destinos turísticos e seus respectivos patrimônios, sendo que o desafio dela é “ensinar” ao visitante, por meio de informações sobre a história do local, tornando o patrimônio mais do que um objeto de mera contemplação, e sim um meio de conhecer a cultura e a identidade a partir da percepção do local visitado (CHIOZZINI, 2011). A atividade interpretativa pode assim revelar significados e relações

por meio de objetos originais da experiência direta e/ou por meios ilustrativos.

Tilden (1977) e Beck e Cable (1998) estabeleceram os seguintes princípios para a realização da interpretação patrimonial:

- ♦ Relacionar o que está sendo mostrado ou descrito com a personalidade ou experiência do visitante;
- ♦ Revelar-se com base na informação;
- ♦ Combinar diversas artes, sendo que qualquer arte é passível de ser ensinada em algum nível. Para tal, os objetos apresentados podem ser científicos, históricos, arquitetônicos, entre outros;
- ♦ Possuir como principal objetivo não a instrução, mas a provocação;
- ♦ Possuir abordagem diferenciada para menores de 12 anos;
- ♦ Considerar todos os lugares como detentores de uma história, cabendo aos intérpretes dar vida ao passado, tornando o presente agradável e o futuro significativo;
- ♦ Utilizar a alta tecnologia em atividades interpretativas, com prudência e cuidado;
- ♦ Os intérpretes devem preocupar-se com a quantidade e a qualidade da informação apresentada, e devem estar familiarizados com as técnicas básicas de comunicação;
- ♦ A redação interpretativa deve dirigir-se ao que os visitantes gostariam de saber;
- ♦ As atividades interpretativas devem ter a capacidade de atrair suporte financeiro, voluntário privado e/ou político-administrativo.

Evidenciando a preocupação global com os patrimônios, no ano de 2008 o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS, 2008), uma organização internacional de profissionais do setor patrimonial que se dedica desde 1965 ao estudo, documentação e proteção dos patrimônios, ratificou em sua assembleia geral, realizada em Québec, Canadá,

a carta ICOMOS para interpretação e apresentação de sítios patrimoniais culturais. O objetivo dessa carta foi definir os princípios básicos da interpretação e da apresentação como elementos essenciais dos esforços de conservação do patrimônio, considerando-os uma ferramenta básica para a apreciação e compreensão do público sobre os sítios patrimoniais culturais.

Os sete princípios apontados na carta em relação aos programas de interpretação e apresentação do patrimônio foram:

- ♦ A facilidade de acesso físico e intelectual ao público;
- ♦ Basear-se em evidências obtidas a partir de métodos científicos, bem como por meio das tradições culturais vivas;
- ♦ Realizar-se em consonância com o entorno e o contexto cultural e histórico;
- ♦ Respeitar os princípios básicos de autenticidade;
- ♦ Ser sensível ao entorno natural e cultural, tendo como meta a sustentabilidade social financeira e ambiental;
- ♦ Ser resultado de uma colaboração eficaz entre profissionais do patrimônio, a comunidade local e todos os agentes envolvidos;
- ♦ Fazer as atividades de investigação, formação e avaliação serem contínuas.

Os princípios interpretativos aqui expostos corroboram a afirmação de Murta e Goodey (1995) de que a interpretação do patrimônio é um processo de adicionar valor à experiência de um lugar por meio de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais.

Na carta ICOMOS para interpretação e apresentação de sítios patrimoniais culturais há o diferencial da preocupação da inserção da comunidade local no processo de planejamento interpretativo de seus patrimônios.

Meneses (2006) coloca que interpretar um patrimônio é torná-lo atrativo para outros conhecerem, e deve, portanto, estar fundamentado em três eixos: associar a interpretação ao fazer cotidiano e a vivência da comunidade; harmonizar os serviços da interpretação à realidade local; e não dissociar a interpretação da identidade e das tradições.

Beni (1998) sugere a promoção de um processo de reapropriação dos bens culturais pela própria comunidade por meio da mobilização dos atores da cidade, no sentido de resgatar o orgulho pelo lugar. Ele sugere ainda a reconstrução da imagem da cidade, sendo que o processo de formatação e divulgação da imagem da cidade pode ser um fator motivador para o (re)conhecimento do lugar. Por tudo isso, Simão (2006) afirma que o turismo pode ser motivador para a manutenção da identidade local.

Assim, na atividade turística de cunho patrimonial, é importante que o visitante receba e entenda a mensagem a ele transmitida durante sua visita a determinado patrimônio, que haja a recordação do que foi aprendido e, se possível, o uso das informações em algum momento de sua vida (VEVERKA, 1994).

Com relação à interpretação de edificações, Tuan (1983) assinala que a arquitetura revela, instrui e atende a um propósito educacional de explicar uma visão da realidade, seja ela atual ou passada, pois em algumas cidades as construções arquitetônicas são os primeiros textos a transmitir uma tradição.

As possibilidades de canais de interpretação para uso turístico patrimonial são diversas, e incluem a interpretação ao vivo, por meio de uma visita guiada, a distribuição de um roteiro e de folders ilustrativos aos visitantes, a sinalização dos detalhes históricos e a instalação de placas explicativas. São elementos que corroboram a percepção da visita e servem como um souvenir a ser levado para casa (MURTA; GOODEY, 1995).

PATRIMÔNIO MATERIAL TOMBADO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA

Antes mesmo de ter seu centro histórico tombado como patrimônio nacional, Antonina já possuía bens tombados pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná desde 1969, demonstrando a preocupação com os aspectos históricos locais.

Esses atos de tombamento de bens patrimoniais municipais estão em acordo com o disposto no artigo 23, inciso III da Constituição Federal, o qual declara ser de “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (1988).

A Secretaria da Cultura do Estado do Paraná reconhece a existência de um patrimônio cultural local que só pode ser patrimônio cultural municipal, e por essa razão outorga ao município a competência legislativa sobre tal patrimônio.

O resultado dessa iniciativa é a identificação do patrimônio urbano como o principal recurso para o desenvolvimento local integrado, e não apenas das atividades voltadas ao desenvolvimento do turismo.

Assim, o município conta com quatro patrimônios de caráter material, representados por edificações de singular relevância para os municípios antoninenses (TABELA 1).

Tabela 1. Patrimônio material tombado no município de Antonina, Paraná.

Patrimônio	Localização	Data de inscrição	Proprietário
Arquivo municipal de Antonina	Museu da Estação	30.06.1990	Prefeitura Municipal de Antonina
Fonte da Carioca	Largo da Carioca	23.04.1969	Prefeitura Municipal de Antonina
Igreja do Bom Jesus de Saivá	Praça Carlos Cavalcanti	15.09.1970	Mitra Diocesana de Paranaguá
Igreja Nossa Senhora do Pilar	Praça Coronel Macedo	08.11.1999	Mitra Diocesana de Paranaguá
Total: patrimônios materiais = 4			

Fonte: Paraná (2006).

♦ Arquivo Municipal de Antonina

O Arquivo Municipal foi tombado como patrimônio histórico do município e inscrito no Livro do Tombo 101-II por meio do processo de número 05/90, em 30 de julho de 1990, e pertence à Prefeitura Municipal de Antonina.

Composto pela documentação produzida pela Câmara e Prefeitura de Antonina, contempla a ocupação do litoral paranaense, a história política das relações entre Antonina, Paranaguá e Curitiba, bem como os documentos referentes ao porto e indústrias Matarazzo e também o cotidiano do cidadão comum que faz a história local. Esse arquivo representa o marco para uma nova percepção do que compõe o patrimônio cultural do estado do Paraná (PARANÁ, 2006).

♦ Fonte da Carioca

A Fonte Carioca foi tombada como patrimônio histórico do município e inscrita no Livro do Tombo 22-II por meio do processo de número 22/69, em 23 de abril de 1969, e pertence à Prefeitura Municipal de Antonina.

Devido à escassa documentação sobre esse patrimônio, o ano de 1765 é a data que se dispõe sobre as melhorias da Fonte da Carioca, mas de acordo com dados históricos, a existência dessa fonte natural influenciou a demarcação da área onde Antonina seria construída. O uso de suas águas dataria do início da ocupação territorial no local no final do século XVII e início do XVIII, possibilitando o assentamento dos colonizadores europeus (Ibidem).

♦ Igreja de Bom Jesus do Saviá

De acordo com o registro da Secretaria do Estado da Cultura (Ibidem), a Igreja de Bom Jesus do Saivá foi tombada como patrimônio pelo governo estadual do Paraná e inscrita no Livro do Tombo Histórico em 15 de setembro de 1970, sendo propriedade particular da Mitra Diocesana de Paranaguá.

A Igreja teve como patrocinadores de sua construção o capitão-mor Manoel José Alves, o Juiz de Órfãos, capitão Pereira do Amaral e Benigno Pinheiro Lima, que ao falecerem entre o período de 1831 e 1837, deixaram donativos para as obras da igreja. Contudo, apesar das doações recebidas, as obras não foram finalizadas, e em 1866 foi constituída uma irmandade com o intuito de concluí-las.

No período de 1866 a 1900, a igreja funcionou normalmente, comemorando no mês de agosto a festa do Senhor Bom Jesus do Saivá. Após 1900, a irmandade entrou em decadência, e não havia fundos suficientes para a manutenção do templo, até ser fechado para uso público na década de 1910, quando ocorreu o desmoronamento. Em 1970, o prefeito municipal e a SEEC/CPC deram início ao processo de tombamento, e iniciaram as obras de restauro em 1972, concluídas em 1976, quando a igreja foi reinaugurada no dia 28 de julho com uma grande festa. Igualmente à Igreja Nossa Senhora do Pilar, as transformações ocorridas na Igreja de Bom Jesus do Saivá refletem períodos econômicos do município de Antonina.

Quando tombada, foram feitas as seguintes observações no Livro Tombo II: igreja com nave, capela-mor e torre, construída em alvenaria de pedra. Encontrava-se em mau estado de conservação, apresentando grandes rachaduras nas paredes laterais e posterior. A torre é evidentemente posterior. Há sinais claros de ter havido um campanário que provavelmente ruiu. É o único exemplar antigo de arquitetura religiosa de Antonina que não sofreu modificações irreparáveis.

♦ Igreja de Nossa Senhora do Pilar

De acordo com registro da Secretaria do Estado da Cultura (PARANÁ, 2006), a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar foi tombada como patrimônio pelo governo estadual e inscrita no Livro do Tombo Histórico em 8 de novembro de 1999, sendo propriedade particular da Mitra Diocesana de Paranaguá.

Fundada em 1715, essa igreja é representativa na história de Antonina. A história relata que o município foi fundado a partir da devoção de três irmãs que rezavam à Nossa Senhora do Pilar, e a partir de então foi construída uma capela em homenagem à santa, que posteriormente tornou-se a Igreja Matriz. Isso aconteceu quando o povoado abrigava cerca de 50 famílias. Assim, essa construção se destaca na cidade pela sua antiguidade.

Desde sua inauguração, essa igreja já passou por diversas transformações. no ano de 1923 ela foi fechada devido ao seu estado de precariedade. Já em 1926, com a nomeação de um novo padre, passou pela primeira grande reforma que se tem conhecimento; a segunda grande reforma que se tem referência foi em 1952. Nesta restauração, de acordo com fontes orais, as esquadrias de madeira foram substituídas por vitrôs, o

telhado ficou mais alto, o piso passou a ser cerâmico, e as paredes perderam seus afrescos. Essas restaurações estão intimamente ligadas aos diversos períodos econômicos vivenciados pelo município, desde a colonização portuguesa até os dias atuais.

Em 2012, a igreja foi elevada à categoria de santuário pela Diocese de Paranaguá. De acordo com o pároco local, cerca de três mil pessoas, entre frequentadores e romeiros de diversas regiões do país e do exterior, passam pelo santuário por mês (GAZETA DO POVO, 2013).

Todos esses elementos patrimoniais são passíveis de atividades de interpretação patrimonial, com o envolvimento da população, agregando valor ao turismo local ao mesmo tempo que trabalharia a memória coletiva local, com relação à história e aos fatos relevantes ocorridos no município desde antes de sua fundação oficial.

Nesse sentido, a partir de uma iniciativa do IPHAN – PR e do Núcleo Regional de Educação, foi realizada em 2013 uma oficina de educação patrimonial voltada aos educadores da rede pública de ensino do município, com o objetivo de tornar conhecidos os processos de tombamento histórico local, bem como os direitos e deveres de quem vive nas áreas tombadas. Além disso, foram discutidas as ferramentas de preservação do patrimônio e apresentado um jogo para ilustrar essas ações de forma lúdica.

De acordo com os organizadores do evento, ações como essas são de fundamental importância para refletir com a comunidade escolar e com os moradores de Antonina os sentidos da preservação e valorização dos centros históricos das cidades, pois estão diretamente relacionadas com o aprimoramento da memória coletiva e com o fortalecimento da identidade dos municípios (IPHAN, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Antonina possui todos os elementos necessários para a elaboração de atividades interpretativas voltadas aos seus moradores e turistas, pois conforme observado, a interpretação patrimonial funciona como um fator motivacional para a manutenção da identidade da comunidade local, elevando sua autoestima e reafirmando o sentimento de pertencimento ao lugar onde se vive, além de ser um componente essencial para o turismo, trazendo a possibilidade do

conhecimento e da apreciação de novos lugares, podendo incentivar a permanência no local por mais dias, bem como estimular o retorno para novas visitas.

O conteúdo aqui exposto tem como aspiração fornecer subsídios para esse planejamento interpretativo, com o intuito de agregar valor tanto à visitação turística como para o aprimoramento da memória coletiva dos moradores de Antonina.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. L. **Localização geográfica município de Antonina**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municip_Antonina.svg>. Acesso em: 2 maio 2014.

BECK, L.; CABLE, T. **Interpretation for the 21st century: fifteen guiding principles for interpreting nature and culture**. Champaign Sagamore, 1998.

BENI, M. Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 2 maio 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao037ao.htm> Acesso em: 20 set. 2013.

CASTRO, C. **A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural**. Disponível em: <www.partes.com.br/turismo/turismocultural.asp>. Acesso em: 10 nov. 2013.

CHIOZZINI, D. **Turismo cultural e educação patrimonial mais próximos**. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=147>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Ed. Unesp, 2006.

CURRY, I. **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CRUZ, R. C. A. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GAZETA DO POVO. **Centro histórico de Antonina vira patrimônio nacional**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/verao/conteudo.phtml?id=1217127&tit=Centro-historico-de-Antonina-vira-patrimonio-nacional>>. Acesso em: 8 maio 2014.

GAZETA DO POVO. **Igreja centenária de Antonina será elevada à condição de santuário**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1282347&tit=Igreja-centenaria-de-Antonina-sera-elevada-a-condicao-de-santuario>>. Acesso em: 8 maio de 2014.

GRAVARI-BARBAS, M. **Le patrimoine, facteur d'appartenance à un territoire urbain**. Le territoire, lien ou frontière? Paris, 2 – 4 octobre 1995.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta para interpretação e apresentação de sítios de patrimônio cultural**. Québec, 2008. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/quebec2008/charters/interpretation/pdf/GA16_Charter_Interpretation_20081004_ES.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Antonina: Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410120#>>. Acesso em: 2 maio 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano de revitalização do Centro Histórico de Antonina**. Curitiba, 1996.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Conselho Consultivo confirma tombamento do Centro histórico de Antonina, no Paraná**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16419&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Educadores participam de oficina sobre tombamento de Antonina – PR**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17182&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

LUCHIARI, M. T. D. P. A re-invenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, n. 17, p. 95-105, 2005.

MENESES, J. N. C. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia**. Belo Horizonte: Sebrae, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Coordenação do Patrimônio Cultural**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/ESPIRAIS.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SILVA, F. F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. 2. ed. São Paulo, Peirópolis: Universidade de São Paulo, 2012.

SILVEIRA, M. A. T. Percepção geográfica, turismo e valorização do espaço. In: **Simpósio nacional sobre geografia, percepção e cognição do meio ambiente**. Londrina, 2005. Disponível em: <http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/marcos_aurelio.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2013.

SIMÃO, M. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. 3. ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1977.

VEVERKA, J. A. **Interpretive master planning**. Acorn Naturalists: Tustin, California, 1994.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP): o valor dos bens culturais e as territorialidades cotidianas¹

*Original enter of Fregueria do Ó - São Paulo (SP): The value of the
cultural heritge and the daily territorialities*

ALBERTO LUIZ DOS SANTOS²

¹ Este trabalho envolve pesquisas desenvolvidas entre 2012 e 2014 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp.

² Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp.
E-mail: beto_als@yahoo.com.br

Os grupos de sujeitos exercem múltiplas territorialidades cotidianas. Trata-se de um processo marcante do urbano contemporâneo, impondo-se à totalidade da sociedade. Tais territorialidades expressam elementos simbólicos que constituem a vida: da história e memória às manifestações culturais, expressas em posturas, gestos, indumentárias, encontros, festas e demais especificidades das práticas sociais. É imprescindível destacar que o cotidiano dos grupos sociais traz à tona escolhas e possibilidades que são influenciadas pelo poder do dinheiro. O consumo de mercadorias, lugares e situações também são processos simbólicos, como discute Zukin (2000) ao tratar do consumo visual do espaço e do tempo. Considera-se, portanto, a imbricação entre as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais do espaço geográfico (CORRÊA, 2012). Como salienta Sahlins (1997), a cultura é o fenômeno único das ações e da experiência humana, em que pessoas, relações e coisas manifestam-se como valores e significados. Coadunando com essa perspectiva, as territorialidades nos fornecem uma pista do modo como os sujeitos atribuem valor ao espaço. Podemos nos remeter, entre outros processos, à valoração de bens culturais materiais – centros históricos, edificações, monumentos históricos, praças, vias públicas, entre outros exemplos que constituem parte do acervo do patrimônio cultural. Consideramos que tais bens, por vezes reconhecidos pelo sistema normativo por meio de ações como os tombamentos (FONSECA, 2005), não possuem valor simbólico inerente e sim valores atribuídos pelos grupos sociais (MENESES, 2000). Por este esse motivo, nos dedicamos à compreensão das territorialidades manifestadas no Núcleo Original da Freguesia do Ó como forma de interpretar o legado de seu tombamento pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) por meio da Resolução nº 46 de 1992. Esta resolução e seus estudos prévios elencam os valores histórico, urbanístico, arquitetônico, ambiental e afetivo do bairro como justificativas para o tombamento, envolvendo um conjunto de ruas, edificações e, destacadamente, os Largos da Matriz Velha e Nossa Senhora do Ó, onde está situada a Igreja de mesmo nome, e um conjunto de bares, restaurantes e áreas públicas. Em pesquisas desenvolvidas recentemente, valendo-nos de uma metodologia qualitativa e da aplicação de entrevistas semiestruturadas, buscamos em expressões como jogos, esportes, festas, encontros de familiares e amigos e no consumo em estabelecimentos comerciais, desvelar os valores simbólicos que os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha possuem para moradores, visitantes e transeuntes. Assim, à luz das territorialidades atuais no Núcleo Original da Freguesia do Ó, este trabalho pretende apresentar os resultados de nossas pesquisas em diálogo com as justificativas elencadas pelo Conpresp para o referido tombamento. Destacando trechos das entrevistas aplicadas, nossa proposta é discutir elementos que coadunam com tais justificativas, bem como aqueles que as transcendem através das constantes (re) significações que envolvem as práticas socioespaciais e os bens culturais tombados. Tendo em vista a relevância de interpretar o patrimônio cultural por meio das vivências e dos viventes (MENESES, 2012), buscaremos tratar a atualidade desses bens culturais tombados, com foco nos usos atribuídos pelos grupos sociais.

Palavras-chave: patrimônio cultural, territorialidade, Freguesia do Ó.

Abstract: The groups of people practice multiple quotidian territorialities. It is a noteworthy process of the coeval urban, imposing itself to the whole society. These territorialities express symbolic elements that constitutes the life of history: from life and memory to the cultural manifestation, shown by their attitude, gesture, dressing, celebrations, and other social practices specificities. It is indispensable to detach that the social groups quotidian brings to light choices and possibilities affected by the power of money. The consumption of goods, places, moments are also symbolic process, as say Zukin (2000) when talking about the visual consumption of time and space. It is considered, therefore, the imbrication between the geographic space, cultural, political, social and economic dimensions (CORRÊA, 2012). As Sahlins (1997) highlights, culture is the unique phenomenon of human actions and experiences, where people, relationships and things manifest as values and significance. Join this perspective, territorialities gives us a clue of how people give value to the space. We can allude, among other process, to the valorization of cultural material assets – historical centers, buildings, memorials, public spaces, streets, among other examples of cultural public heritage. We consider such assets, sometimes considered by the regulatory system through actions like putting under the government trust (FONSECA, 2005), don't have symbolic value itself, but values that are given by the social groups (MENESES, 2000). For this reason, we devote ourselves to understand the territorialities expressed by the Núcleo Original da Freguesia do Ó (Original Center of Freguesia do Ó), as a way to interpret the legacy of it nationally declared public heritage by CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, (Municipal Council for Historical, Cultural, Environmental Heritage). This deliberation and its previous researches lists the historical, architectural, environmental and affective values of the neighborhood as a justification for the declaration, comprehending a group of streets, buildings and, mainly the Largos da Matriz Velha and Nossa Senhora do Ó, where is located the church with the same name. Also a group of saloons, restaurants and public areas. In recent research, using a quantitative methodology and the use of part structured interviews, we looked for manifestations like games, sports, celebrations, family meetings and consumption in market places to give lights on the symbolic values that Largos Nossa Senhora do Ó and Matriz Velha have for their inhabitants, visitors and passing. Therefore, under the lights of the current territorialities at the Núcleo Original da Freguesia do Ó, this work presents the results of our researches in dialogue with the justifications presented by CONPRESP for the declaration. Highlighting parts of the interviews, our proposition is to discuss elements that are side by side with these justifications, such as those that overpass, through the ongoing (re)significations that involve the socio-spatial practices and the cultural heritage declared. Because the relevance of understand the cultural heritage through the experiences and the experiencers (MENESES, 2000), we look to approach the present of these cultural assets, with focus on the usage given by the social groups.

Keywords: cultural heritage, territoriality, Freguesia do Ó.

INTRODUÇÃO

Iniciamos nossa abordagem com uma discussão teórica que busca justificar a premissa que embasa este trabalho: compreender as territorialidades como patrimônio cultural.

O Núcleo Original da Freguesia do Ó nos leva à irresistível reflexão sobre o passado e o presente desses bens e práticas culturais no contexto de uma metrópole. Esse conjunto de ruas, logradouros e praças, com valores histórico, ambiental, arquitetônico, urbanístico e afetivo reconhecidos, nos motiva à reflexão de como se processa tal valoração.

Fonseca (2005, p. 82) salienta que o sistema normativo de reconhecimento dos bens culturais, “através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas contribui para fixar sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura”. Assim, são elencados diversos critérios: valores históricos ligados ao espaço e tempo vivido; valores artísticos como fonte de fruição estética; ou valores etnográficos enquanto documento de processos e organizações sociais (FONSECA, 2005).

Destacamos que o reconhecimento desses valores é intersubjetivo, pois mesmo nas esferas institucionais ou acadêmicas os estudos seguem interpretações

elaboradas por sujeitos diante das dinâmicas da sociedade, contextualizados historicamente.

Tal intersubjetividade se aprofunda ao concebermos que os bens culturais não são isolados e estão inseridos no inexorável dinamismo da sociedade. Paes (2012) discute que as formas urbanas não criam a função, nem mesmo o valor que possuem. “É o movimento da totalidade social que, ao se reproduzir gera formas, funções e valores como forças propulsoras para novos movimentos e formas” (PAES, 2012, p. 327).

Na Freguesia do Ó, esse movimento nos lega um conjunto de edificações datadas da transição entre os séculos XIX e XX, bem como a própria Igreja Nossa Senhora do Ó. Nesse sentido, Cruz (2012, p. 96) ressalta: “muitos ‘produtos’ da cultura sobreviveram ao tempo porque suas sociedades envolvidas, pelas razões mais diversas, incluindo-se o próprio desprezo, permitiram sua permanência”. Assim, os bens culturais materiais demandam, simultaneamente, a compreensão do movimento de seus usos. Nosso objeto de estudo apresenta expressiva diversidade de usos sociais, sejam públicos ou privados. Usos intensos e variados nos diferentes contextos cotidianos, que se alteram ao longo das décadas.

O valor de um bem cultural também se consolida, portanto, pelo movimento das formas e usos, diante da dialética socioespacial. Esse movimento não apenas permite a permanência de determinados bens materiais na paisagem, como lhes confere especificidades que, sob o olhar do sistema normativo, são classificadas sob os critérios já elencados.

Podemos então coadunar com Meneses (2000, p. 31) quando afirma que determinados bens culturais tomam uma significação especial ao serem investidos de valor, e o patrimônio cultural, portanto, “é constituído não pelas coisas materiais ou imateriais elas próprias, mas pelos valores de que elas são produto”. Trata-se das vivências e viventes, como afirma Meneses (2012, p. 25): “A memória constrói e interpreta, dando sentidos ao viver. Portanto, é de vivência que tratamos ao desvelar os bens patrimoniais”.

Os viventes, nesses termos, podem ser compreendidos como aqueles que engendram a subjetividade a essas formas, por meio das práticas socioespaciais. Nesse processo, é preciso enfatizar a dimensão cultural do espaço em que o simbólico exerce centralidade: “Criados e recriados pelos diversos grupos sociais, os significados se expressam em símbolos ou formas simbólicas que constituem os traços fundamentais do ser humano” (CORREIA, 2012, p. 135).

Podemos compreender que o espaço delimitado pela resolução possui valor simbólico instituído pelos grupos sociais, sendo relevante uma ressalva:

Um bairro, uma praça ou rua, ou mesmo um prédio, são exemplos possíveis de lugares simbólicos inseridos no complexo do espaço urbano, diferenciado em termos econômicos e sociais. Há na realidade, escalas espaciais em que os lugares simbólicos podem ser apreendidos (Ibidem).

Compreender o modo como o conjunto de bens e práticas culturais está imbricado às dimensões políticas, econômicas e sociais da produção do espaço, em diferentes escalas, é imprescindível para qualificarmos a intersubjetividade do processo de valorização. Paes (2012, p. 327) contribui nesse sentido, referindo-se a dois planos ou dimensões da totalidade:

A da escala local, do cotidiano no centro histórico em diálogo com seu entorno, seu conjunto paisagístico, ou a cidade; e a da escala global, de centros históricos chamados a participar de um processo mundial de valorização, reprodução e refuncionalização para fins turísticos, como marca do urbanismo contemporâneo.

Nesse ponto, justificamos nossa opção categorial pelas territorialidades. Não há dúvidas de que as escalas mencionadas consolidam-se em total imbricação. Em escala local, no cotidiano em relação aos bens culturais, os grupos sociais, por meio dos usos que manifestam, exercem um processo de apropriação simbólica do espaço. Trata-se das territorialidades, nos termos de Haesbaert (2009). Nesse sentido, Paes (2012, p. 327) salienta:

A territorialidade expressa a intencionalidade de estabelecer relações de poder e alteridade, uma necessidade de separar identidades. Podem também fortalecer o sentimento de pertencimento e de exclusividade legitimados pela apropriação e pelo uso. Estas territorialidades podem se adaptar ou resistir às tessituras impostas pelo Estado, pelo poder do dinheiro, mas é no encontro entre tessituras impostas e territorialidades vividas que o lugar emerge.

Compreendidas nesse sentido, as territorialidades cotidianas manifestam-se enquanto patrimônio cultural, pois são processos nos quais se criam os significados e expressam-se os símbolos, seja por meio das práticas ou dos usos atribuídos aos bens culturais.

OBJETIVOS

Diante das questões levantadas, percurso teórico pelo qual interpretamos o patrimônio cultural e os processos que envolvem o Núcleo Original da Freguesia do Ó, este trabalho propõe um diálogo entre os valores reconhecidos pelo Conpresp e aqueles atribuídos pelos grupos de sujeitos, expressos através de suas territorialidades cotidianas.

Nosso objetivo principal é compreender o legado desse tombamento, relacionando as sínteses que desenvolvemos sobre os processos que se manifestam nesse Núcleo atualmente, diante das justificativas presentes na Resolução nº 46/92 e em seus estudos prévios.

METODOLOGIA

Antes de nos dedicarmos à metodologia específica deste trabalho, nos cabe esclarecer o percurso metodológico que foi desenvolvido no processo de elaboração de nossa dissertação. Esse percurso demandou uma metodologia para apreender a complexidade das práticas culturais desses sujeitos, que se expressam de forma simbólica por meio das territorialidades.

Optamos por partir do caráter interpretativo da cultura, elencando conjuntos de atos simbólicos (GEERTZ, 1989). Para o autor, o comportamento humano é uma ação simbólica, e o pesquisador deve se dedicar ao que está sendo transmitido. “A análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação [...] e determinar sua base social e sua importância” (p. 7).

Essa assertiva dialoga com Petersen (1995) ao afirmar que para trazer à luz as relações e determinações de um fenômeno é decisiva a pergunta que se formula, de modo a não dissolver o real através de um reconhecimento arbitrário da significação. Assim, foi preciso refletir sobre a intencionalidade do nosso olhar diante da intersubjetividade dos processos.

Para isso, nos valem da perspectiva de Magnani (2002) ao propor um olhar “de perto e de dentro”, ou seja, tendo como fio condutor os arranjos (práticas, formas, itinerários) estabelecidos pelos próprios sujeitos, diante de nossa experiência no local. Tais arranjos, verificados ao longo de trabalhos de campo prévios, desenvolvidos principalmente no ano de 2013, aliados à experiência pessoal de vida no bairro, entre a infância

e adolescência, culminaram num conjunto estruturado de interpretações dos atos simbólicos.

Duas categorias adotadas por Leite (2004 p.20) foram referência nesse sentido. Trata-se da convergência de sentidos e demarcação da diferença:

[...] inscritos na indumentária, nos adereços que diferenciam corpos, gestuais de saudação, nos ritos de acesso aos espaços, na fala codificada, no tipo de musicalidade cultivada, na forma como ocupam a rua e nela constroem itinerários, no modo como operam as relações com os outros.

Mesmo estando na condição de sujeito pesquisador, foi preciso destacar, como coloca Geertz (1989), que a interpretação da cultura não visa responder nossas questões mais profundas, e sim colocar à disposição as respostas que outros deram, “e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou” (p. 21). No caso, optamos pelo recurso das entrevistas semiestruturadas, uma vez que “se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Portanto, elaboramos um conjunto de questões norteadoras diante de nossas premissas teóricas, que puderam ser complementadas por temas e assuntos diversos presentes na abordagem de 40 entrevistas realizadas, sendo que 26 destinaram-se a moradores do bairro e 14 foram destinadas a visitantes. Foram ouvidos homens e mulheres entre 18 e 82 anos, no Largo Nossa Senhora do Ó e Largo da Matriz Velha, diante da maior possibilidade de aplicação, maior efervescência de usos sociais e maior concentração de edificações tombadas.

Salientamos que o caráter qualitativo e as possibilidades de interpretação em nossa proposta estiveram detidos nos conteúdos simbólicos dessas entrevistas, e não propriamente na amostragem quantitativa, ainda que, parcialmente, esta também foi trabalhada.

Retomando a especificidade deste trabalho, nossa proposta metodológica é elencar trechos dessas entrevistas, bem como as sínteses geradas a partir delas, dialogando-as com a menção explícita dos valores atribuídos aos bens, reconhecidos pelo Conpresp (SÃO PAULO, 1992)³.

3 Nesse diálogo elencamos trechos de estudos prévios que envolveram o processo de tombamento, arquivados no Conpresp – nº 1991-0.005.366-0 – e na Secretaria

DESENVOLVIMENTO

Iniciaremos esse diálogo com o seguinte trecho da Resolução nº 46/92, que resolve pelo tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó:

Esse contexto apresentado, publicado no início da década de 1990, cujos estudos prévios datam da década anterior, nos parece uma síntese dos valores elencados. De acordo com distinções que seguem, discutiremos esses valores em sua especificidade.

Valor histórico

Nessa esfera, o Conpresp destaca “o valor histórico representado pela área da Freguesia do Ó no processo de ocupação da margem direita do Rio Tietê” (SÃO PAULO, 1992, p.1).

Interpretando os documentos prévios à Resolução, esse tombamento justifica-se, sob o ponto de vista de seu valor histórico, por meio de três eixos principais: pelo tipo específico de assentamento, de caráter colonial; pela ocupação da margem direita do rio Tietê, ligada às atividades “bandeiristas e sertanistas”; e pela questão dos percursos, uma rede de caminhos secular, utilizada desde o século XVII, ligando São Paulo ao “sertão” (Ibidem).

A Freguesia do Ó sempre manifestou uma eminente ruralidade desde sua fundação, datada de 1580, até o início do século XX. O caráter urbano restringia-se ao entorno dos largos, sendo que um franco processo de ocupação residencial se deu após a metade do século XX, devido à construção das pontes de concreto transpondo o “isolamento geográfico” até então representado pelo Rio Tietê (BARRO, 1977). Segundo o Conpresp, esse modo de assentamento que foi desenvolvido numa porção elevada do território no entorno de uma igreja principal foi a condição que enfatizou as relações de sociabilidade.

Refletindo sobre os processos atuais, os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha possuem forte elemento aglutinador, sendo considerados ponto de encontro de familiares e amigos para 22 dos 26 moradores entrevistados (SANTOS, 2014). A maioria destaca que no período diurno a apropriação do espaço envolve famílias, num processo que é parcialmente ligado

às atividades religiosas. Remetendo-se às décadas anteriores, um morador de 77 anos menciona: “A gente vinha aqui passear, ficava nos largos. Vinha a passeio. [Sempre foi um lugar de encontro?] Sim, sempre... Juntava a família”. Já uma visitante e antiga moradora de 53 anos destaca no mesmo sentido: “Não tinha tanto comércio. A vida girava em torno da Igreja. Tinha a missa e eventualmente o jovem ficava por ali. Minha vida depois da missa era um evento... Tinha minhas colegas e a gente ficava ali” (informação verbal).

A predominância da Igreja como elemento aglutinador, desde as primeiras existentes no Largo da Matriz Velha, até a Igreja Nossa Senhora do Ó após 1901, passa a se relacionar com outros processos, principalmente após a segunda metade do século XX, com o advento de estabelecimentos comerciais nos largos. Uma moradora de 35 anos destaca: “A gente fica na praça batendo papo. Fica na Igreja. A gente vai lá na Casa de Cultura... Ver os espetáculos que tem”. Já para um morador de 54 anos, a “atividade religiosa e lazer, em função de bares e restaurantes. O pessoal acaba fazendo as duas coisas. Vem à missa e fica pra almoçar” (informação verbal).

A diversidade desses usos e apropriações do espaço também é influenciada pela presença da Igreja com ênfase no calendário de festas, com destaque à Festa do Divino Espírito Santo, datada de 1821 até os dias atuais. Como afirma uma moradora de 40 anos, “as festas e os eventos na praça unem as famílias... São os eventos religiosos” (informação verbal).

Diversos outros processos permeiam esses usos e práticas, que serão discutidos adiante. Por ora, convém destacar que entre os 26 moradores entrevistados, 15 associaram o valor dos largos à “história”, ao “passado” e à “antiguidade” (SANTOS, 2014). Esses termos foram de grande recorrência nas entrevistas, como uma moradora de 26 anos ao afirmar que o histórico do bairro é um elemento que demanda intervenção. “Pela preservação... Igual ao centro de São Paulo. Talvez para manter o mesmo aspecto... A Freguesia é um bairro muito antigo”. Para outro morador, de 54 anos, trata-se da “origem, nossos antepassados, cultura e sabedoria”. Já a evolução da cidade de São Paulo é lembrada por um morador de 74 anos, afirmando que o tombamento se justifica “pela fundação, pelos bandeirantes... Manoel Preto...”. Nesse sentido, coaduna com a afirmação de um morador de 62 anos: “É um bairro antigo né. É histórico. Aqui passaram os bandeirantes. Tem até o marco na Praça Antiga” (informação verbal).

Municipal do Planejamento (Sempla) – 1979-0.010.013-0. Como envolvem as justificativas da Resolução nº 46/92, adotaremos a referência São Paulo (1992).

Decerto essa compreensão está associada ao fato de que, como afirma uma moradora de 82 anos, “são muitas famílias tradicionais antigas aqui. Todas as famílias da redondeza têm mais de 70 anos aqui” (informação verbal). Com certeza não podemos nos basear nesse trecho pela precisão dos dados, porém, eles coadunam com a amostragem que apresentamos, em que 21 dos 26 entrevistados moram no bairro a pelo menos 50% de suas vidas, de acordo com as respectivas faixas etárias, sendo que 13 dos 26 são nascidos no bairro (SANTOS, 2014).

Esse reconhecimento do valor histórico foi menos presente entre os visitantes, constando em seis das 14 entrevistas realizadas. Um deles, de 50 anos, contextualiza como reconhece as questões históricas do bairro: “Acredito que em função da cidade que se expandiu para o lado de cá, então pelo lugar... Existe uma história da cidade e uma história do Brasil” (informação verbal).

Por meio da aplicação e interpretação das entrevistas, os elementos levantados pelo Conpresp vieram à tona. O valor histórico do bairro se afirma, porém, não apenas através dessas opiniões, mas por meio dos usos atuais relatados, em que territorialidades cotidianas estão relacionadas à Igreja como elemento aglutinador e promotor de sociabilidade. Esses usos ganham ênfase diante de outros processos, que serão tratados a seguir.

Valor urbanístico

Diante dessa questão, o tombamento é resolvido:

considerando o valor urbanístico e referencial na paisagem urbana paulistana, representado pelo conjunto de edificações que ocupa o núcleo original de povoamento do bairro, destacando-se a partir do final do século XIX a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó (SÃO PAULO, 1992, p. 1 grifo meu).

A disposição dessas edificações é referencial do ponto de vista de suas formas, bastante associado a uma ambiência peculiar do bairro e ao “seu clima de cidade do interior”, recorrente em entrevistas concedidas. A abordagem de um morador de 54 anos é expressiva: “Se você avaliar um prédio [casarão] aqui, as janelas e tudo mais, passa uma sensação de harmonia. Da convivência, da luz do Sol. As pessoas tinham essa liberdade, de dormir sem ter a porta trancada e ninguém mexer nas suas coisas” (informação verbal).

Esse conjunto de edificações, bens culturais materiais tombados, estão associados a diversos usos econômicos e práticas culturais, com constantes modificações em suas formas, mesmo com as exigências da Resolução nº 46/92. Trata-se de uma condição inerente às formas urbanas diante do movimento da totalidade. Destacamos, nesse sentido, os levantamentos e sínteses que desenvolvemos acerca dos processos mais relevantes na organização do capital e do trabalho na Freguesia do Ó, diante da economia política da cidade (SANTOS, 1994).

Interpretando séries de dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)⁴, podemos concluir que, no bojo da urbanização de São Paulo, a Freguesia do Ó sempre esteve num processo de formação de periferias urbanas de menor renda. Nas últimas décadas, no entanto, os dados salientam para uma elitização desse bairro, processo engajado à expansão do universo da moradia precária na cidade, conforme Maricato (2011).

Essa expansão se desenvolve em parte dos bairros adjacentes à Freguesia do Ó, na Zona Noroeste, enquanto esse bairro passa por constante valorização imobiliária devido ao processo de especulação. As séries recentes mostram menor concentração populacional e maior renda da população na Freguesia do Ó em relação aos demais bairros (SANTOS, 2014).

Elencamos uma síntese do modo como os processos socioespaciais imbricam-se ao Núcleo Original da Freguesia do Ó, influenciando as dinâmicas desse conjunto urbanístico.

A nosso ver, a organização do capital e do trabalho, através da economia política da cidade, salienta, no Núcleo Original da Freguesia do Ó, a predominância do uso do solo voltado ao comércio, uma dinâmica de centro de atração e lazer, variando entre maiores e menores concentrações de renda. Essa condição de uso econômico se dá concomitante à ocupação do espaço público dos Largos. Assim apresentam-se territorialidades diversas, expressão

4 Interpretamos dados referentes à expansão da área urbanizada, crescimento e distribuição da população, classes de renda, distribuição dos empregos por setores de atividade econômica, escolaridade, concentração de favelas, lançamentos verticais e valor dos imóveis. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

das dimensões sociais e econômicas da produção social do espaço (Ibidem, p. 121).

Relacionado ao valor urbanístico reconhecido pela resolução ainda resta-nos abordar, com maior especificidade “o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo de diversas edificações localizadas em torno dos dois largos - da Matriz Velha e da atual Igreja - na caracterização dessa área” (SÃO PAULO, 1992, p. 1 grifo meu).

Valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo

Esse conjunto de valores elencados é, a nosso ver, aquele em que se expressa com maior intensidade a relação com as territorialidades cotidianas. Vejamos suas especificações nos estudos que baseiam a resolução:

pelo assentamento apresentar, para sua caracterização, não só traçado viário nas proximidades dos dois largos, mas também nas edificações remanescentes do início do século (inclusive a própria igreja) e que colaboram para a conformação da ambiência tão característica daquela época. (Ibidem, p.148)

Neste fragmento notamos como as questões se integram: do traçado viário às edificações remanescentes, atingindo a questão de uma ambiência específica. Focaremos na questão da ambiência, relacionada à sociabilidade e afetividade como um norteador.

Mencionamos que os largos são considerados locais de encontro de familiares e amigos para a maioria dos moradores entrevistados. Aprofundando essa condição, dos 26 moradores entrevistados, 20 afirmam frequentar os largos pelo menos uma vez por semana. Em relação aos visitantes, o fato ocorre em sete dos 14 entrevistados. Trata-se de uma efervescência de usos, principalmente pela presença de 20 imóveis de uso comercial, seis de uso misto e seis cujas atividades fornecem serviços, de um total de 41 lotes presentes (SANTOS, 2014).

Além dessa amostragem, os conteúdos das entrevistas também nos conduziram para uma diversidade de práticas e grupos de sujeitos, entre períodos e situações, espaços públicos e privados. Um primeiro destaque que foi de grande recorrência é uma distinção temporal: o grupo do período diurno (predominantemente moradores, familiares e amigos, aos fins de semana) e o

grupo do período noturno (predominantemente jovens e visitantes).

Como afirma um morador de 30 anos, “a noite é mais amigos. Domingo é mais família.” Um morador de 22 anos sinaliza o mesmo, destacando o caráter de encontro dos largos: “De amigos, com certeza é. Mas de família é mais domingo mesmo. Porque aí vêm as crianças, vem... Vem gente mais velha”. Uma distinção enfática também foi recorrente em algumas interpretações como a de uma moradora de 82 anos: “[Para os] familiares de dia dá... Dá pra vir. Mas fim de semana... Assim, as famílias podem vir até certa hora. Depois das 17 horas fica muito difícil. Aí é dos jovens, eles tomam conta” (informação verbal). Com essa relação, presente em diversas falas, percebe-se uma postura que questiona os usos noturnos pelos jovens.

Outra questão relevante é a distinção desses usos entre o espaço público e o privado (bares e restaurantes). O espaço público dos largos apresenta grande diversidade, ligada às festas religiosas, aos eventos e programações da Casa de Cultura, ao Carnaval, cuja prática recente encontra-se em franca ascensão, à ocupação dos bancos e muretas para conversas, à manifestação de jogos e esportes, tais como skate e dominó, e outros processos.

Pensando no período noturno, os usos do espaço público mesclam-se aos dos estabelecimentos comerciais privados. Para um visitante de 29 anos, os largos são “um point da juventude. O pessoal costuma se reunir aqui pra conversar, comer alguma coisa [...] o pessoal mais idoso fica mais dentro dos restaurantes, uns barzinhos assim. A galera já costuma ficar na praça mesmo.” Já para um visitante de 27 anos, o local é “ponto de encontro, a galera que vem de vários lugares. Galera nova gosta de multidão e de público. Pelo fato de terem vários estabelecimentos de nome, vêm pessoas de vários lugares” (informação verbal).

Esses trechos enfatizam o caráter de atratividade do Núcleo Original da Freguesia do Ó, processo atrelado simultaneamente aos espaços públicos e privados, configurando circuitos específicos determinantes nas territorialidades. Em determinados estabelecimentos – que chamamos de “Largo Inferior” por estarem abaixo das escadarias dos Largos – se localizam as edificações tombadas em níveis de proteção mais exigentes, manifestando-se um público mais elitizado⁵. Um visitante

5 Destaca-se o Bar Frangó, por ser referência na cidade, situado como “coleccionador de títulos de melhor petisco

de 58 anos expressa essa condição, remetendo-se a um deles:

É um bom restaurante e segundo eles disseram parece uma cidade do interior. E como a gente mora em Higienópolis, fica relativamente perto. ‘Vamos lá que tem um clima de interior...’ Então foi esse o mote, vamos experimentar um negócio e sair um pouco do circuito convencional de bares e restaurantes de onde a gente mora para experimentar uma coisa que teria aparência mais interiorana... (informação verbal).

Por outro lado, as falas abaixo indicam as diferenças de processos verificados no “Largo Superior”, onde – é relevante destacar – as edificações não possuem níveis de restrição em seus aspectos arquitetônicos externos. Para um morador de 30 anos, “a parte de cima é mais a periferia mesmo. Não só da região, mas que vem lá da Brasilândia, de Pirituba, enfim, que vem aqui nos bares. A parte de baixo são as pessoas bonadas” (informação verbal). Destacamos que os bares da porção “superior” dos largos possuem, em média, preços 50% mais baratos do que os bares da porção “inferior”, comparando, por exemplo, cerveja e porções (SANTOS, 2014). A nosso ver essa condição relaciona-se a uma valorização econômica dos bens culturais tombados, processo que tem sido recorrente no contexto da patrimonialização.

Parte dos processos que envolvem esse circuito de consumo são vistos com críticas por muitos moradores. Para uma moradora de 29 anos: “Sinceramente, o nível de pessoas, violência, drogas... Não dá.” No mesmo sentido, afirma um morador de 26 anos: “Às vezes o pessoal faz uma bagunça, uma baderna. Principalmente o pessoal do entorno da região” (informação verbal).

Porém, nas entrevistas concedidas pelos próprios visitantes, esse reconhecimento de diferenças entre os públicos frequentadores praticamente não foi mencionado. Um visitante de 19 anos afirma: “Está todo mundo junto, não tem porque ter isso. [É um lugar convidativo então?] Isso...”. Já para uma visitante de 37 anos, “[está] tudo junto e misturado, ninguém olha de baixo pra cima, nem de cima pra baixo” (informação verbal).

de São Paulo”, segundo informações disponíveis em: <<http://www.cidadedesao paulo.com/sp/br/o-que-visitatar/atrativos/pontos-turisticos/2050-freguesia-do-o>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

Assim, ao mesmo tempo em que se verifica um cenário de diversidade, “vários grupos diferentes, estilos de música, classes sociais...”, como afirma uma visitante de 27 anos, interpretamos que há grandes circuitos específicos de usos, influenciados pela existência de bens tombados e por condições econômicas, o que relacionamos com territorialidades múltiplas.

RESULTADOS

Os valores dos bens culturais levantados pela Resolução nº46/92 e seus estudos prévios são expressivos contemporaneamente. Primeiro por suas peculiaridades arquitetônicas e urbanísticas, parcialmente resistentes em suas formas materiais, porém em pleno movimento de suas funções, ou seja, pela diversidade de usos que se manifesta.

Esses usos são de inerente intersubjetividade. Os conjuntos de atos simbólicos apreendidos, diante do modo de interpretação que propusemos, nos levam a contextos e situações específicas permeadas pelo encontro, jogos, esportes e festas, sendo que os momentos de sociabilidade incentivam os vínculos de amizade dos sujeitos envolvidos ao longo dos anos.

Salientam também a influência desse Núcleo apresentar-se como circuito econômico de consumo, incentivador de uma apropriação que divide o espaço e as opiniões dos moradores locais, promovendo uma ressignificação desses espaços por meio dos modos nos quais esses usos se manifestam e pelos símbolos e intenções que expressam.

Em nossas entrevistas questionamos o conhecimento acerca do tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó pelo Conpresp. Como resposta, 18 dos 26 moradores afirmaram positivamente e metade dos visitantes conhecia a determinação. Em geral, 25 dos 40 entrevistados sabiam da existência dessa resolução de tombamento.

Nas entrevistas foram recorrentes os relatos, seja em trechos de experiências vividas ou em exemplos de atividades verificadas no cotidiano, que contemplam e envolvem os elementos levantados pelo Conpresp. Buscamos, por meio dos trechos citados, contemplar tal recorrência através da expressividade simbólica das falas concedidas.

Sobre essas atividades verificadas no cotidiano pelos nossos entrevistados, consideramos haver os caminhos mais claros para a conclusão de que o valor desses bens culturais se consolida pelas múltiplas

territorialidades, pois os relatos tratam da intersubjetividade dos processos de modo mais abrangente do que os posicionamentos pessoais, organizados quantitativamente. Expressam nas opiniões, argumentos, exemplos e referências um conjunto amplo de práticas desenvolvidas pelos grupos de sujeitos.

Essas práticas descritas pelos entrevistados possuem muito significado para nós, em nossa condição de sujeito pesquisador, uma vez que estivemos em contato com as mesmas na ocasião dos trabalhos de campo e aplicação das entrevistas. De perto e de dentro, as interpretações sobre tais questões puderam ser estruturadas, reencontrando posteriormente as premissas previstas pelo tombamento.

Se, do ponto de vista da sociabilidade, há um encontro entre as territorialidades manifestadas e as justificativas do Conpresp, do ponto de vista dos bens culturais materiais podemos concluir que há uma constante e inexorável movimentação de suas formas e usos, diante das práticas socioespaciais. Esse movimento aprofunda a complexidade das territorialidades e nos permite compreender que o valor dos bens é constantemente renovado, sendo até mesmo transitório no intervalo de um dia. Trata-se da coexistência entre os modos de avivar o patrimônio cultural e, especificamente, sê-lo: as territorialidades cotidianas.

REFERÊNCIAS

- BARRO, M. **Nossa Senhora do Ó**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1977.
- BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 132-150.
- CRUZ, R. de C. A. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1989.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Edunicamp, 2004.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MENESES, J. N. C. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, E.; BRUSADIN, L.; PIRES, M. do C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- MENESES, U. T. B. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E ENERGIA, 2000, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, 2000. p. 29-47.
- PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 2, p. 319-334, 2012.
- PETERSEN, S. R. F. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um

“objeto” em via de extinção. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 103-150, 1997.

SANTOS, A. L. **Dimensões do patrimônio cultural: tombamentos e territorialidades do Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP)**. 2014. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO PAULO. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. **Resolução nº 46 de 11 de dezembro de 1992**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/36088_46_T_Nucleo_Original_Freguesia_do_O.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 80-103.

As antigas salas de cinema nos bairros do Brás e da Mooca: arquiteturas e espaços de sociabilidade¹

The old movie theaters in Brás and Mooca neighborhoods: architectures and spaces of sociability

BRUNA APARECIDA SILVA DE ASSIS²

MANOELA ROSSINETTI RUFINONI³

1 Este texto apresenta resultados parciais obtidos na pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), no período de 01/09/2014 a 30/06/2015, sob orientação da profa. dra. Manoela Rufinoni (EFLCH-Unifesp).

2 Graduanda de História da Arte pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).
E-mail: bruna.silvaassis@yahoo.com.br

3 Docente do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).
E-mail: rufinoni@unifesp.br

A pesquisa intitulada “As antigas salas de cinema nos bairros do Brás e da Mooca: arquiteturas e espaços de sociabilidade” objetivou identificar e analisar as antigas salas de cinema de rua dos bairros do Brás e da Mooca, na cidade de São Paulo, entre o período de 1927 a 1960. A identificação das antigas salas de cinema no tecido urbano nos permitiu levantar hipóteses sobre as trajetórias históricas relacionadas aos processos de urbanização nessa região, aos usos dos espaços do cotidiano e à configuração de particulares sociabilidades e memórias urbanas locais. Antigos bairros operários paulistanos, como o Brás e a Mooca, têm passado por transformações urbanas radicais nas últimas décadas, processo que está provocando alterações profundas em sua fisionomia arquitetônica e nas formas de sociabilidade e uso dos espaços. O desaparecimento dos cinemas, com a demolição ou reconversão de uso dos edifícios, foi um dos efeitos desse processo. É necessário salientar que as salas de cinema estudadas não são, necessariamente, grandes projetos de arquitetura construídos por arquitetos de renome, e este não foi o enfoque seguido. Buscou-se identificar as antigas salas com o intuito de mapear os espaços de sociabilidade e as conexões urbanas daí derivadas, independentemente da grandiosidade arquitetônica de cada projeto. Além de identificá-las individualmente, buscamos compreender as relações dessas salas com o entorno e a própria arquitetura desses imóveis, que apesar de muitas vezes singela e modesta, seguiu diversas tendências e estilos. Diversas salas de cinema identificadas nessa pesquisa já foram demolidas. Este estudo, portanto, é um importante caminho para compreendermos a função desse equipamento de lazer em antigos bairros operários, acentuando a importância da identificação e registro de paisagens e memórias em transformação.

Palavras-chave: salas de cinema, arquitetura, patrimônio histórico, Brás (São Paulo), Mooca (São Paulo).

The research entitled “As antigas salas de cinema nos bairros do Brás e da Mooca: arquiteturas e espaços de sociabilidade” [The old movie theaters in Brás and Mooca neighborhoods: architectures and spaces of sociability] aimed to identify and analyze the old movie theaters in Brás and Mooca neighborhoods, between 1927 and 1960. Identifying these buildings in the urban ambiance allowed us to raise hypotheses about the historical trajectories related to urbanization processes in this region, the uses of everyday spaces and configuration of special sociability and local urban memories. The old working-class neighborhoods in São Paulo, such as Brás and Mooca, have undergone radical urban transformation in recent decades, a process that is causing profound changes in its architectural physiognomy, forms of sociability and use of spaces. The disappearance of cinemas, with the demolition or conversion of use of these buildings, was one of the effects of this process. It should be noted that the cinema halls studied are not, necessarily, exceptional architectural projects built by renowned architects, this was not the approach pursued. In addition to identifying these buildings individually, we tried to understand the relationship of these rooms with the surroundings and the specific architecture of these buildings, which, though often simple and modest, followed different trends and styles. Several movie theaters identified in this research have already been demolished. This study, therefore, is an important way to understand the function of this leisure equipment in older working-class districts, stressing the importance to identify and record landscapes and memories in transformation.

Keywords: movie theaters, architecture, heritage, Brás (São Paulo), Mooca (São Paulo).

INTRODUÇÃO

A pesquisa que originou este artigo objetivou identificar e analisar as antigas salas de cinema de rua dos bairros do Brás e da Mooca construídas de 1927 a 1960⁴. A identificação dessas salas no tecido urbano atual nos auxiliou a compreender as trajetórias históricas relacionadas aos processos de urbanização nessa região e o modo como os usos dos espaços do cotidiano repercutiu na configuração e transformação de particulares sociabilidades e memórias urbanas.

Nas últimas décadas, ambos os bairros passaram por significativas transformações espaciais – sobretudo devido às demolições em decorrência do processo crescente de verticalização e especulação imobiliária, iniciado em meados dos anos 1980 (RUFINONI, 2004). Diante desse quadro, o desenvolvimento de estudos sobre o patrimônio arquitetônico local tem ganhado corpo nos últimos anos, abrindo caminho para a evidência de arquiteturas e espaços até então pouco abordados no campo da preservação de bens culturais, como edifícios industriais e conjuntos urbanos modestos. É nesse trajeto que se encontra esta pesquisa, já que as salas de cinema que se objetivou

estudar não são, necessariamente, grandes projetos de arquitetura, destacados na paisagem ou construídos por arquitetos de renome. Buscou-se identificar as antigas salas com o intuito de mapear os espaços de sociabilidade e as conexões urbanas daí derivadas, problematizando a função dessas salas de cinema como equipamento urbano e como espaço de lazer, independentemente da grandiosidade arquitetônica de cada projeto.

Além de identificá-las individualmente, objetivou-se ainda compreender as relações dessas salas com o entorno e a própria arquitetura desses imóveis, que apesar de muitas vezes singela e modesta, seguiu diversas tendências e estilos. Como muitas das salas identificadas na documentação já foram demolidas e poucas informações documentais foram encontradas nos arquivos públicos, acentua-se a importância deste estudo como instrumento de identificação e registro de paisagens e de memórias em transformação.

Desde o seu surgimento na cidade, o cinema foi uma das principais atrações de lazer dos paulistanos, conquistando cidadãos de diversas classes e faixas etárias. Dessa forma, o comércio de exibição e a produção cinematográfica cresceram, instigando empreendedores paulistanos e estrangeiros, principalmente os norte-americanos, a investirem no cinema na cidade de São Paulo, construindo grandes e luxuosas salas de exibição que se tornaram favoritas da população paulistana, como afirma Simões (1990, p. 10):

4 Intervalo determinado com base no levantamento documental e bibliográfico, buscando cobrir lacunas sobre períodos ainda pouco estudados.

Durante mais de trinta anos, o cinema reinou absoluto em São Paulo enquanto forma de recreação coletiva, atraindo crianças, jovens, homens, mulheres e velhos indistintamente. Nem mesmo a inauguração do Estádio Municipal do Pacaembu, em 1940, causou algum efeito maior, pois ainda que se realizassem ali grandes espetáculos do “esporte das multidões”, tratava-se de um programa exclusivamente masculino. Enquanto isso, o cinema era para todos, formando uma massa crescente de aficionados que tinha à disposição um número cada vez maior de salas e até uma região nobre ou “chic” no centro da cidade – a Cinelândia – cenário apropriado para o desfilhar da elegância paulistana.

Partindo desse pressuposto, da relevância do cinema como atividade de lazer do paulistano durante quase todo o século XX, é relevante considerar seu papel transformador e agregador em diferentes momentos históricos. Entre outras atividades, o cinema foi responsável por transformar práticas sociais e promover inovações estilísticas para a arquitetura da cidade de São Paulo, que até pouco tempo atrás era considerada por alguns como “provinciana” (SANTORO, 2004). Nas primeiras décadas do século XX, São Paulo vinha se afirmando como a capital do trabalho, do poder e do progresso. Com o aparecimento das primeiras salas de cinema, essa imagem de progresso é afirmada, calcada na promessa de modernização da cidade (OLIVEIRA, 2006). Logo, além dessa importante relação entre cinema e modernidade, deve-se atentar para seu caráter urbano, para as transformações que ocasionou na paisagem e no funcionamento da cidade, como a criação de linhas de bondes em locais próximos às principais salas de cinema, as transformações arquitetônicas das construções vizinhas para que compusessem um conjunto harmonioso e a relação da população com esses espaços, um local então considerado mágico, luxuoso, de aventura.

Julgamos oportuno desenvolver o estudo e investigação das antigas salas de cinema em ambos os bairros, no Brás e na Mooca, pois as duas regiões possuem o mesmo tipo de ocupação urbana, muito particular, de modo que no início do século XX compunham um conjunto urbano coeso, praticamente como um único bairro (DIAFÉRIA, 2002). Ambos são bairros marcadamente industriais e ocupados, em sua maioria, nas primeiras décadas do século XX por operários e suas famílias. A atividade industrial foi elemento fundamental na constituição de São Paulo como cidade do

trabalho, bem como no direcionamento da urbanização em diversas localidades (RUFINONI, 2004). Num contexto de urbanização intensa e de constituição de bairros operários cada vez mais populosos, muitos deles receberam várias salas de cinema, grandes e pequenas, de estilos arquitetônicos diversos, de modo a atender um público variado, mas principalmente para atender à população trabalhadora.

A partir do mapeamento e análise parcialmente expostos aqui, buscamos compreender a trajetória das salas de cinema nos bairros, desde o surgimento das primeiras salas no início do século XX, até o declínio da atividade a partir da década de 1960. De um lado, procuramos evidenciar a relação dessas construções com os usos da cidade, seu caráter simbólico, de imóvel que traz significado, mas também é significante; e de outro, como os edifícios remanescentes se encontram e quais usos abrigam, buscando identificar qual é a relação que mantêm com a cidade, levando em consideração seu possível valor patrimonial e memorial.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia adotada durante a pesquisa seguiu três caminhos, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de fontes primárias e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica esteve pautada, primeiramente, em textos que tratassem da história das salas de cinema na cidade de São Paulo enquanto arquitetura e equipamento urbano de lazer e sociabilidade, como a obra *Salas de cinema em São Paulo*, de Inimá Simões; *Salões, circos e cinemas de São Paulo*, de Vicente de Paula Araújo; *Ir ao cinema em São Paulo nos anos 20*, de Sheila Schvarzman; *Arquitetura de cinemas na cidade de São Paulo*, de Renato Luiz Sobral Anelli e *Edificações teatrais na cidade de São Paulo*, de Beatriz Mugayar Kühl. Aspectos mais específicos sobre as salas de cinema de São Paulo também foram abordados na pesquisa bibliográfica, como a preservação e restauração arquitetônica das salas, apresentados nos textos “Preservação do patrimônio arquitetônico: diretrizes para a restauração de salas de cinema em São Paulo” e “Salas de cinema em São Paulo: estudo de caso de preservação”, ambos de Licia Mara Alves Oliveira; e a transformação do território urbano da cidade de São Paulo pela perspectiva da implantação de diversas salas de cinema na obra *A relação da sala de cinema com o espaço urbano em São Paulo: do provinciano ao cosmopolita*, de Paula Freire Santoro. Ao mesmo tempo, com a

pesquisa sobre as salas de cinema de São Paulo, procurou-se também referências sobre o histórico de formação dos bairros do Brás e da Mooca e suas características de bairros industriais, encontradas nas obras *Bairros além Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho*, de Margarida Maria de Andrade; *Brás, Pinheiros e Jardins: três bairros, três mundos*, de Ebe Reale; *O bairro do Brás*, de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres e *Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca*, de Manoela Rossinetti Rufinoni. Em busca de informações e de relatos sobre o cotidiano dos bairros e de seus habitantes, foram pesquisadas obras de literatura e de memorialistas que evocam os bairros do Brás e da Mooca, como o livro *Parque industrial*, de Patrícia Galvão (Mara Lobo); *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Antônio de Alcântara Machado; *Brás: sotaques e desmemórias*, de Lourenço Diafêria e *Crônicas da Mooca (com a benção de San Genaro)*, de Mino Carta. O lazer e a cultura operária também foram abordados na pesquisa bibliográfica, por meio das obras *Orfeu extático na metrópole*, de Nicolau Sevcenko; *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*; *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosí; *Lazer e cultura popular*, de Joffre Dumazedier e *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*, de Francisco Foot Hardman.

A pesquisa de fontes primárias iniciou-se com o estudo pormenorizado das salas de cinema do bairro do Brás e da Mooca, encontradas no inventário realizado pela Associação Amigos do Arquivo Histórico de São Paulo (ArquiAmigos), *Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica na cidade de São Paulo: 1895-1929*. Trata-se de uma base de dados que inventariou as salas de cinema, teatros e circos da cidade de São Paulo entre os anos de 1895 a 1929, período correspondente ao acervo documental e iconográfico disponível no Arquivo Histórico Municipal.

Além desse levantamento, outra ferramenta utilizada na pesquisa de fontes primárias foi a busca por outras salas construídas após o ano de 1929 em páginas da internet, como no banco de dados do blog Salas de Cinema de São Paulo, em que foram encontradas informações sobre salas de cinema dos bairros do Brás e da Mooca construídas entre os anos de 1910-1960. Outro blog utilizado para a identificação das antigas salas foi o site Portal da Mooca, desenvolvido pela Associação de Moradores do bairro da Mooca, que listou as salas lembradas pelos moradores, entre as quais algumas que já haviam sido citadas pelo banco de dados do ArquiAmigos e pelo blog Salas de Cinema de São

Paulo. As informações consultadas em blogs, devido à ausência de dados precisos sobre as fontes, foram sistematizadas a título de mapeamento geral, mas passarão por estudos mais pormenorizados para averiguação da veracidade das informações.

Com a compilação de uma lista preliminar de salas de cinema, deu-se início à pesquisa nos periódicos, jornais e revistas, para que se pudesse encontrar a programação dessas salas já levantadas, bem como descobrir outras salas sobre as quais ainda não tínhamos informações. Para tal estudo, realizado em parte na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade e nos acervos on-line de periódicos, foram escolhidas como principais fontes os jornais *O Estado de São Paulo* (OESP) e *Folha da Manhã* (posteriormente *Folha de São Paulo*), por terem grande circulação na cidade de São Paulo e por desde os primeiros anos em suas edições já apresentarem informações sobre teatros, circos e, posteriormente, cinematógrafos. Por se tratar de jornais com grande número de edições, optou-se por fazer a pesquisa a partir de um recorte, intervalos de três em três anos, que foi iniciado no ano de 1899 até o ano de 1960, data limite estipulada durante os estudos. Nos jornais foram procurados anúncios das salas de cinema localizadas nos bairros do Brás e da Mooca da lista que já tínhamos, bem como de outras salas sobre as quais ainda não havia sido encontrada nenhuma informação. O levantamento buscou tais informações em notícias sobre as salas de cinemas nas colunas dos jornais e em suas programações, localizadas sempre nas últimas páginas de cada edição.

Sabendo que as salas de cinemas e os filmes foram assuntos de várias revistas especializadas na área, paralelamente à pesquisa nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha da Manhã*, também foram realizadas consultas aos periódicos *Revista Cinearte*, *A Scena Muda*, *Cine-Repórter*, *A Cigarra* e *O Malho*, nas edições pertencentes ao arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade e do Centro de Documentação e Pesquisa da Cinemateca Brasileira. Alguns jornais operários também foram consultados na Hemeroteca em busca de informações sobre as salas de cinema dos bairros operários, entre eles o bairro do Brás e da Mooca, mas nenhum dado foi encontrado entre os jornais *Marco-periódico operário* e *Jornal União Democrática Trabalhista*. Além desses periódicos, também foi feita a pesquisa no *Anuario Estatístico de São Paulo*, publicação que divulgava diversas estatísticas sobre o Estado de São Paulo, entre elas estatística eleitoral, movimento migratório, nascimentos, casamentos

e a *Estatística Theatral*, que trazia informações como valor do edifício, número de lâmpadas e assentos dos teatros, circos e salas de cinema de todo o estado, nos interessando as estatísticas da capital.

Outra fonte primária utilizada para a obtenção de informações sobre as salas de cinema já localizadas e a busca por novas salas foi a base de dados Sirca (Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo do Arquivo Histórico Municipal), pertencente ao Arquivo Histórico Municipal, onde foram buscadas informações sobre projetos arquitetônicos originais por meio dos nomes dos bairros, dos construtores das salas já conhecidas e de seus proprietários. Também foram feitas pesquisas pessoalmente no Arquivo Histórico Municipal, em busca de plantas dos cinemas ou memoriais descritivos de projetos não listados pelo Sirca. Na sequência das investigações, realizaram-se pesquisas no Arquivo Multimeios do Centro Cultural São Paulo para procurar imagens ou informações referentes ao bairro do Brás e da Mooca, e no banco de dados sobre cinema, resultado do levantamento feito pelo pesquisador Inimá Simões, na época da elaboração do seu livro *Salas de cinema de São Paulo*.

Analisando as informações coletadas durante a pesquisa bibliográfica, principalmente a pesquisa de fontes primárias, foi possível observar que existe uma maior concentração de dados sobre as salas de cinema de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX até 1930, período correspondente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal. A partir desse período, as informações tornam-se escassas, nos levando a compreender que nas décadas seguintes, como em 1950, quando a cidade passa por um processo de transformação urbana e as salas de cinema se tornam um dos principais equipamentos de lazer na cidade, não existem muitos dados. Por esse motivo, optamos por realizar a pesquisa sobre as salas de cinema dos bairros do Brás e da Mooca até a década de 1960, na tentativa de mapear e centralizar as informações existentes sobre os cinemas nesse período.

Com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de fontes primárias amadurecidas, e com a lista de endereços das salas de cinema consolidada, uma primeira busca foi feita por essas salas no Google Street View, para saber se seus edifícios ainda se encontravam erguidos. Com a confirmação da existência ou não dos edifícios, foi iniciada a pesquisa de campo, que procurou fotografar as fachadas dessas salas, para que se pudesse fazer uma comparação, quando possível, com o estado da fachada

no passado, com base no projeto arquitetônico original, fotografias antigas ou anúncios de periódicos.

OS BAIRROS DO BRÁS E DA MOOCA E AS SALAS DE CINEMA

Numa região marcada por uma “paisagem industrial” (RUFINONI, 2004), com grandes fábricas que ocupavam lotes inteiros em contraponto a casas e vilas operárias, construídas em terrenos compartimentados, as construções destinadas às salas de cinema podem ser observadas como um novo equipamento – urbanístico e social – na paisagem industrial do bairro: tanto as pequenas salas, de madeira e telhas de zinco, como as maiores, com projetos arquitetônicos específicos e inovadores.

Os bairros do Brás e da Mooca possuem características de formação e crescimento bastante específicas, o que nos leva a sugerir que o surgimento das salas de cinema nessa região aconteceu de maneira distinta à implantação das salas de cinema do centro da cidade de São Paulo. A escolha dos bairros do Brás e da Mooca como área de investigação das antigas salas de cinema, portanto, se deu pelas particularidades de formação urbana e vocação funcional. Desde o último quartel do século XIX, a região sofreu grandes transformações espaciais devido à chegada das ferrovias e ao início da atividade fabril, que ao desenvolver-se durante a primeira metade do século XX, foi responsável pelo crescimento e desenvolvimento da cidade de São Paulo. Nesse processo, observou-se a urbanização intensa das áreas a leste do rio Tamanduateí, formando bairros industriais e operários, como o Belenzinho, o Brás e a Mooca (Ibidem), que até os dias de hoje carregam características desse tipo de ocupação.-

Ao lado da indústria, desde o início do século XX a crescente economia urbana também atraiu para esses bairros diversos serviços, originando uma população composta tanto por operários fabris como por trabalhadores do comércio e dos serviços urbanos. Por volta de 1890 ambos os bairros possuíam vias centrais que concentrariam mais tarde as principais atividades comerciais e de lazer (TORRES, 1985): a Rua do Gasômetro e Rua do Braz (mais tarde Avenida Rangel Pestana), no bairro do Brás; e as ruas da Mooca, do Hipódromo e do Oratório, no bairro da Mooca, por onde circulavam centenas de pessoas em seus afazeres cotidianos, indo

ao trabalho, comércio, escolas etc. O reconhecimento da importância dessas ruas nos auxilia na tentativa de compreender o motivo pelo qual as salas de cinema inventariadas nessa pesquisa, num primeiro momento, foram ali construídas.

Durante a pesquisa de fontes primárias, foi possível observar que, nos periódicos mais estudados – jornal *O Estado de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Revista Cinearte* e *Revista Cine-Repórter* –, eram publicadas mais informações sobre as salas de cinema do bairro do Brás, em contrapartida aos cinemas do bairro da Mooca, o que nos permite afirmar que as salas de cinema do Brás e da Mooca tinham relações diferentes com seus bairros e com o centro da cidade de São Paulo. No bairro do Brás – mesmo possuindo salas de cinema instaladas nas vias principais, o que facilitava a divulgação para os moradores do próprio bairro –, os proprietários ainda faziam divulgação das suas principais salas nos jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, como é o caso do Cine Avenida (1911), Cine Apolo (1905) e o Cine Roxy (1940), atraindo moradores de outros bairros e diversificando o público que frequentava as sessões. Enquanto isso, observando a ausência de notícias e anúncios das salas de cinema do bairro da Mooca nos periódicos, levantamos a hipótese de que a instalação dos cinemas nas principais ruas de circulação era o principal meio pelo qual os proprietários e exibidores faziam a divulgação de suas sessões, que eram lotadas provavelmente por moradores do próprio bairro, operários e suas famílias, que durante o dia circulavam nas mesmas ruas no caminho para as fábricas, lojas, escolas e comércio. Ao anoitecer, encontravam no cinema um meio de divertimento próximo às suas casas, o que dispensava o deslocamento até o centro da cidade de São Paulo. Schvarzman (2005) afirma que, nos cinemas da década de 1920, a localização das salas é tão importante quanto à avaliação do filme e do cinema enquanto instalação, pois demarca o lugar social do público no bairro e na cidade.

Outro ponto a ser destacado é o período em que tais salas são construídas nos dois bairros. No bairro do Brás, existe um maior fluxo de surgimento de salas entre as décadas de 1900 a 1930, enquanto no bairro da Mooca um número maior de salas de cinema é construído entre os anos de 1940 a 1960.

As primeiras salas de cinema construídas nos bairros do Brás e da Mooca datam do início do século XX, e suas instalações eram bastante simples, com amplos galpões de madeira e telhado de zinco, cadeiras e uma

tela para exibição, como o Cinema Mooca (1911). O aumento populacional dos bairros operários com imigrantes e migrantes motivou o crescimento das salas de cinema nas décadas seguintes, de 1910 a 1930 (SCHVARZMAN, 2005, p. 164), que passaram a receber maior atenção dos proprietários, encomendando projetos específicos para as salas, seguindo a legislação vigente para esse tipo de edificação e igualando a ornamentação das fachadas às salas do centro da cidade de São Paulo. Segundo Oliveira (2006), na área central, naquela época, as salas de cinema reproduziam em suas fachadas e na decoração dos interiores os modelos dos cinemas norte-americanos, grandes e sofisticados (SIMÕES, 1990), incorporando “ares de modernidade” à cidade de São Paulo. No bairro da Mooca, esse processo de modernização dos projetos arquitetônicos pode ser observado no caso do Cine Moderno, com base na observação das plantas de sua construção. O Cine Moderno foi construído em 1916, demolido e reconstruído no ano de 1924, em um projeto inovador para o bairro da Mooca, um cinema com plateia, frisas e galerias.

A partir da década de 1940, observando a documentação encontrada das salas de cinema, como fotos e número de assentos do Cine Icarai (1944), Cine Imperial (1948) e Cine Safira (1959), e comparando-as aos documentos referentes às salas construídas anteriormente, pode-se notar que existe uma mudança nos projetos arquitetônicos dessas salas; não há mais uma preocupação com a ornamentação das fachadas e dos interiores dos cinemas como acontecia na cidade de São Paulo nos anos 1920-1930. As salas exteriormente não se parecem com cinemas, são edificações simples, que se assemelham aos imóveis de comércio tradicional, de usos mistos (SANTORO, 2004) – cinemas no térreo e salas comerciais no primeiro andar. As fachadas são limpas, destacando-se apenas o letreiro com o nome do cinema e os filmes a serem exibidos. Sendo a arquitetura simplificada, essas novas salas de maiores dimensões comportam maior número de assentos, o que pode significar que, no bairro da Mooca, o cinema já estaria consagrado como uma prática social e cultural. Importando como local de exibição e lazer, não eram necessárias salas decoradas e ornamentadas, mas boas programações para que a sala tivesse uma boa frequência.

Durante o levantamento na base de dados do ArquiAmigos e no Sirca à procura de informações das salas de cinema já inventariadas, descobriu-se que

alguns proprietários das salas de cinema já investiam anteriormente em outros tipos de imóveis, também para os operários, como casas e vilas no bairro da Mooca, no caso dos proprietários Luiz Pizzoti, Agostino Micciuli e Augusto Affonso, Ângelo Falgetano e João Maffi (que também possuíam uma sala de cinema no Belém, o Cine São José), e Paschoal Leonardi, proprietário e morador do bairro da Mooca. Esse tipo de informação nos mostra que, no bairro da Mooca, os mesmos proprietários das casas e vilas operárias, construídas para renda, compreendendo o sucesso do cinema na cidade de São Paulo, resolvem também investir em salas de cinema para uso da população local, em sua maioria operária. Outro tipo de relação descoberta durante esse levantamento diz respeito ao construtor Francisco Martins Pompeo, que segundo a base de dados Sirca, assina dezenas de projetos de construção no bairro do Brás e da Mooca, entre eles o projeto do Cine São João e do Cine Moderno.

Durante uma busca realizada no Google Street View pelo endereço das salas de cinema identificadas, descobriu-se que muitas delas não se encontravam no endereço aproximado ou haviam sido demolidas e outras construções ocupavam seu lugar. Podemos afirmar que apenas duas construções ainda estão na malha urbana do bairro, por meio da comparação de imagens do Google Street View e de anúncios antigos, sendo elas construções recentes, o que facilitou sua permanência no tecido urbano do bairro; são o Cine Patriarca, construído em 1951, que teve sua fachada alterada em 2011 e seu espaço reutilizado, e o Cine Safira, de 1959, também reconvertido em novo uso, um estacionamento.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Investigando o processo de surgimento das salas de cinema nos bairros do Brás e da Mooca, e sua consolidação e permanência até meados da década de 1980, é possível afirmar que a exibição cinematográfica foi uma atividade muito importante nos bairros durante todo o século XX, e que o desaparecimento dessas salas significa a perda de parte da história urbana e cultural da região.

Das 45 salas inventariadas – sendo 27 delas referentes ao período de 1927-1960 –, até o momento pudemos identificar apenas quatro edifícios ainda existentes, abrigando novos usos: dois edifícios no bairro do Brás e dois no bairro da Mooca. As outras possivelmente

foram demolidas sem que se fizesse um estudo aprofundado de sua representatividade urbana e das funções que encerrava. Esses quatro exemplares remanescentes nos bairros do Brás e da Mooca demonstram as dificuldades de se preservar arquiteturas e espaços urbanos “não excepcionais” do ponto de vista estético, mas que possuem particular interesse como suportes da memória coletiva e da identidade local; ou seja, edifícios cuja atribuição de valor patrimonial reside nos usos e papéis sociais que ajudou a configurar, e não necessariamente em sua qualidade arquitetônica. Essas arquiteturas são fragmentos de uma identidade local (GUTIÉRREZ; MÉNDEZ; KOHAN, 2011), espaços que somente em tempos recentes começaram a chamar a atenção no campo da preservação, a exemplo das mobilizações em torno do tombamento do Cine Belas Artes, em São Paulo (SANTOS, 2011).

Nesse sentido, afirmamos que é importante que essas salas de cinema sejam reconhecidas como patrimônio histórico e cultural, pois foram locais de convívio social, evidenciando trocas políticas e culturais em um bairro marcado pelo trabalho. As salas demolidas ou descaracterizadas também devem ser tidas como patrimônio “invisível”, ausente, pois o que nos interessa na pesquisa não é precisamente a arquitetura enquanto projeto, mas as relações e práticas sociais desenvolvidas por meio desses edifícios nos bairros em questão.

Por ser uma região que está passando por transformações urbanas radicais, identificar e registrar as antigas salas de cinema torna-se primordial, para que a memória de seus usos e de seus frequentadores, a classe trabalhadora, seja lembrada e estudada; e para que sejam compreendidas como pontos de referência (GUTIÉRREZ; MÉNDEZ; KOHAN, 2011) numa paisagem industrial mutante.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDRADE, M. M. de. **Bairros além Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**. 1990. Dissertação (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARAÚJO, V. de P. **Salões, circos e cinemas de São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ASSIS, B. A. S. de. **Salas de cinema no bairro da Mooca: arquiteturas e memórias urbanas**. 2014. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica PIBIC-CNPq – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

_____. **As Antigas Salas de Cinema nos bairros do Brás e da Mooca: arquiteturas e espaços de sociabilidade**. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica FAPESP, sob orientação de Manoela Rufinoni. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2015.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica na cidade de São Paulo: 1895-1929. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine.htm>>. Acesso em: 23 out. 2014.

BARRO, M. **A primeira sessão de cinema em São Paulo**. São Paulo: Cinema em close-up, [19-?].

CARTA, M. **Histórias da Mooca**. Rio de Janeiro: Berlendis, 1982.

_____. **Crônicas da Mooca (com a benção de San Genaro)**. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Paulicéia).

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CRUZ, H. de F. **São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural de variedades paulistana 1870-1930**. São Paulo: Imesp, 1997.

DE LUCA, L. G. A. **A sala de cinema: critérios para uma sala de exibição moderna**. 2000. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DIAFÉRIA, L. **Brás: sotaques e desmemórias**. São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Paulicéia).

GUTIÉRREZ, R.; MÉNDEZ, P.; KOHAN, M. **Arquitecturas ausentes: obras notables demolidas de la ciudad de Buenos Aires**. v. 1. Buenos Aires: El Artenauta, 2011.

LOBO, M.; GALVÃO, P. **Parque industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MACHADO, A. de A. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. São Paulo: Papagaio, 2012.

OLIVEIRA, L. M. A. **Preservação do patrimônio arquitetônico: diretrizes para a restauração de salas de cinema em São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **Salas de cinema em São Paulo: estudo de caso de preservação**. 2001. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA, L. Á. **Memória urbana: a grande São Paulo até 1940**. v. 1. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

PENTEADO, J. **Belenzinho, 1910: retrato de uma época**. 2. ed. São Paulo: Carrenho; Narrativa Um, 2003.

PORTAL da Mooca. Disponível em: <http://www.portaldamooca.com.br/cinema_mooca1.htm>. Acesso em: 11 out. 2014.

REALE, E. **Brás, Pinheiros e Jardins: três bairros, três mundos**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1982.

RIBEIRO, S. B. **Italianos do Brás: imagens e memórias – 1920-1930**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUFINONI, M. R. **Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca**. 2004. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fap-Unifesp; Edusp; Fapesp, 2013.

SALAS de cinema de São Paulo. Disponível em: <<http://salasdecinemadesp2.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

SANTORO, P. F. **A relação da sala de cinema com o espaço urbano em São Paulo: do provinciano ao cosmopolita.** 2004. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Em defesa do cinema Belas Artes. *Drops*, São Paulo, ano 11, n. 040.04, Vitruvius, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.040/3727>>. Acesso em: 26 maio 2014.

SCHVARZMAN, S. Ir ao cinema em São Paulo nos anos 20. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49, p. 153-174, 2005.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIMÕES, I. F. **Salas de cinema em São Paulo.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

TORRES, M. C. T. M. **O bairro do Brás.** 2. ed. São Paulo: Secretaria da Educação e Cultura, 1985.